

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

onde o sertão reside

o sertão na terceira margem
de Brasília

PRISCILA ERTHAL RISI

Salvador, agosto 2014

PRISCILA ERTHAL RISI

onde o sertão reside

o sertão na terceira margem
de Brasília

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Thais de Bhanthumchinda Portela

Salvador, agosto 2014

FICHA CATALOGRAFICA

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA (orientadora)
PPGAU/FAUFBA

Profa. Dra. PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PPGAU/FAUFBA

Profa. Dra. CIBELE SALIBA RISEK
IAU/USP

Salvador, agosto 2014

*Esse trabalho é seu, Tereza, que está em tudo que
faço e é sempre o melhor de mim.*

*Por todas as margens e travessias que já fizemos
juntas e pelas que virão.*

agradecimentos

Aos meus pais, pelo carinho e apoio em tantos sentidos, todos os possíveis – a vocês muita gratidão, aos meus irmãos Guilherme, Erica e Eduardo pelo carinho;

À Tai, mais do que alimentar uma pesquisa me ajudou a desbravar um mundo, seu devir galinha d'angola faz encher a vida de amizade e amor sendo a “destrancadora” de ideias. A você tenho tanto a agradecer;

À cidade de Salvador e ao nosso pequeno-mundo na Bahia e sua potência transformadora, fazendo dessa experiência algo que afeta e empresta sentido a tudo em devir e porvir. Cuca, Jana, tsia Thai e Passarinha, repousam em absolutamente todas as brechas desse trabalho e da vida que fiz ai, aos amigos muito especiais Cinira, Jurema (nossas terceiras e muitas margens!), Pablo, Laura, Benjamin, Caca, Gloria, Gaia, Sofia, Marcelo Terça-Nada, Oz, Amine. A Thiago pela amizade e generosa leitura. A Dudah pelo sutil cuidado. A Marina e Anderson, pelo carinho e pelas leituras que afetaram diretamente esse sertão;

Às professoras da banca Paola Jacques e Cibele Rizek, pelas leituras atentas e críticas e por abrirem conexões ricas para essa pesquisa;

À Gabriel, o dispositivo-Bahia que me levou até Salvador onde tudo começou. Imensa gratidão pelo enorme incentivo e apoio para o ingresso nesse mestrado;

À Paulão, que sempre abre braços largos e cuida de tudo e mais um pouco com coração e coragem incansáveis, minha admiração. Muito obrigada por todas as delicadezas e otimismo.

Aos amigos de Brasília que me acolheram tão bem: em especial minhas comadres Silvia, Carolzinha e Ciça (leitura atenta e dedicada, imprescindível!), às trocas valiosas de inquietudes sobre essa pesquisa e sobre tudo que cabe numa vida;

Á Oxalá – orixá dos mestrandos e doutorandos (!)
por trazer paciência em momentos difíceis e calma para continuar.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

RISI, Priscila Erthal. **Onde o sertão reside: o sertão na terceira margem de Brasília.** Orientadora Thais de Bhanthumchinda Portela. Salvador: UFBA/PPGAU, 2014. Dissertação.

Esta pesquisa debruça-se sobre o imbricamento sertão-Brasília, por entender que são potências discursivas relacionadas. Intenciona-se transbordar a tradicional dicotomia entre urbano e rural, onde é apresentada a sugestão do sertão, como a provocação à essas categorias deterministas de espaço, na medida em que a pesquisa aciona a potência **desterritorializante** da dinâmica das cidades e seus **territórios**, sertão-cidade é apresentado como uma ideia que nos leva ao conceito de terceira margem. A terceira margem é um conceito esse emerge dos processos de construção, desconstrução e reconstrução de certas espacialidades em cidades brasileiras imbricadas com a ideia sertão. A pesquisa chega a Brasília por ali haver um desses imbricamentos sertão-cidade no Brasil.

A terceira margem é um devir-espaço, que imbrica categorias que expressam e ao mesmo tempo escapam à esse binarismo urbano e rural. Ao elencar Brasília enquanto fragmento de entendimento e operacionalização da ideia de sertão no campo da produção de cidade, acionamos o mito utópico de cidade modernista e derivações conceituais a essa utopia.

palavras chave: sertão, Brasília, utopia, modernismo, territorialização

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| 1. <i>MIRE E VEJA AS IDEIAS DESTERRITORIALIZADAS</i> | 13 |
| 2. A IDEIA DE SERTÃO ATRAVÉS DO CONCEITO DA TERCEIRA MARGEM | 23 |
| O sertão acabou? | 25 |
| Panorama conceitual e o que deixar para trás | 27 |
| Terra Ignota e as narrativas prestigiadas | 34 |
| 3. CIDADES, FRONTEIRAS, UTOPIAS /DISTOPIAS/HETEROTOPIAS | 45 |
| Espaços simbólicos de conquista | 46 |
| Devir-território devir avião | 66 |
| Ou a civilização que avançará na capital aérea e rodoviária | 91 |
| 4. HIPOTHESES SOBRE RECORTES DE BRASÍLIA | 96 |
| A Novacap e a espacialização das relações de poder | 105 |
| Devir ecovila, devir aldeia | 119 |
| 5. TRAVESSIAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS | |
| A terceira margem do sertão na cidade Brasília? | 132 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 138 |

“(...) essa coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada “realidade”, que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro”.

Guimarães Rosa

em correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason

Me colocando como sujeito de reflexão de como este trabalho surgiu, consigo entender que ele começou muito tempo atrás, na época em que eu, muito sem saber, tive a palavra sertão pela primeira vez grudada em mim. Se tivesse de eleger um marco para esse “devir” sertão no meu pensamento, facilmente me transporto para as aulas de literatura do segundo grau, com Guilherme, meu professor de literatura, lendo trechos de *Grande Sertão: Veredas* em voz alta para uma turma que estava, ligeiramente, desinteressada naquilo. Eu não, eu mergulhava num lugar paradoxal, margeando o confortável ao mesmo tempo desconfortável, tudo ao mesmo tempo vibrante. E ele, um híbrido entre professor, ator, performer e caboclo, dramatizava a leitura sem se constranger com a falta de atenção da maioria, ele – e alguns alunos como eu – se esqueciam de todo o resto. Acho que ali começou o “não-lugar” utópico do sertão para mim.

Naquela mesma semana eu fui até uma livraria em um *shopping center* e comprei uma edição do livro, empolgadíssima. Tinha então 16 anos e vivia em Brasília com meus pais e três irmãos. Estava absolutamente fascinada por literatura naquela época. Comprei o livro de Guimarães Rosa e alimentava por ele um fetiche tão grande que fui até a biblioteca de minha escola e o tomei emprestado – tudo isso para não “gastar” minha pequena riqueza.

Alguns anos depois eu estava na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e integrei uma equipe multidisciplinar no Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da universidade para participar do “Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco”, trabalho que criou um forte território existencial em mim. O Assentamento São Francisco foi uma destinação do INCRA para o reassentamento de uma população de 90 famílias de posseiros, oriundos de fazendas que, em 1989, foram transformadas no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no município de Chapada Gaúcha, MG. Foi um trabalho exaustivo, com um tensionamento fortíssimo entre os posseiros, a política fundiária do governo federal e a produção econômica da região – bem representado pelo nome do município sede do parque – Chapada Gaúcha, município fundado a partir de uma política de colonização do “oeste” brasileiro. A parte que me coube participar do projeto foi um intenso

entrelaçamento entre arquitetura, topografia, etnografia, urbanismo. Passei, ao todo, quase 1 mês vivendo entre os assentados, trabalhando de dia e de noite na elaboração do desenho do loteamento, participando das reuniões da associação de moradores, almoçando, tomando cafezinho, enxotando as galinhas da cozinha, ouvindo a curraleira, fumando cigarro, tentando dormir na ruidosa cama de buriti, acordando o barulho de morcegos e aranhas, tomando banho de rio à noite à luz de lamparina à óleo. Mas principalmente sendo absorvida por aquela experiência capaz de represar um mundo de sentidos. Voltei de lá se não transformada, mas com mais um rastro, vestígio desse sertão grudado em mim. Voltei ao livro, depois do trabalho entregue, o reli em trechos fragmentados e o mantinha na cabeceira da cama.

A experiência com o PDA São Francisco foi preciosa e dolorida. Eu era estudante de graduação, tinha uma construção racional de um modo de fazer reforma agrária, fazer arquitetura, política e de participar do diagrama de forças que manipulavam a vida das 90 famílias de forma sem muito critério, comunicação e responsabilidade, o que criou um ponto de inflexão na minha percepção de estudante. Acho também que grudou em mim. Essa experiência ganhou protagonismo no meu Projeto de Diplomação (etapa referente ao Trabalho Final de Graduação) onde me debrucei no projeto de coletivização de infraestrutura para o assentamento, ainda sem uma compreensão clara de como aquela experiência havia me afetado e como eu, aspirante a arquiteta e urbanista, poderia colaborar na emancipação daquele lugar de mundo.

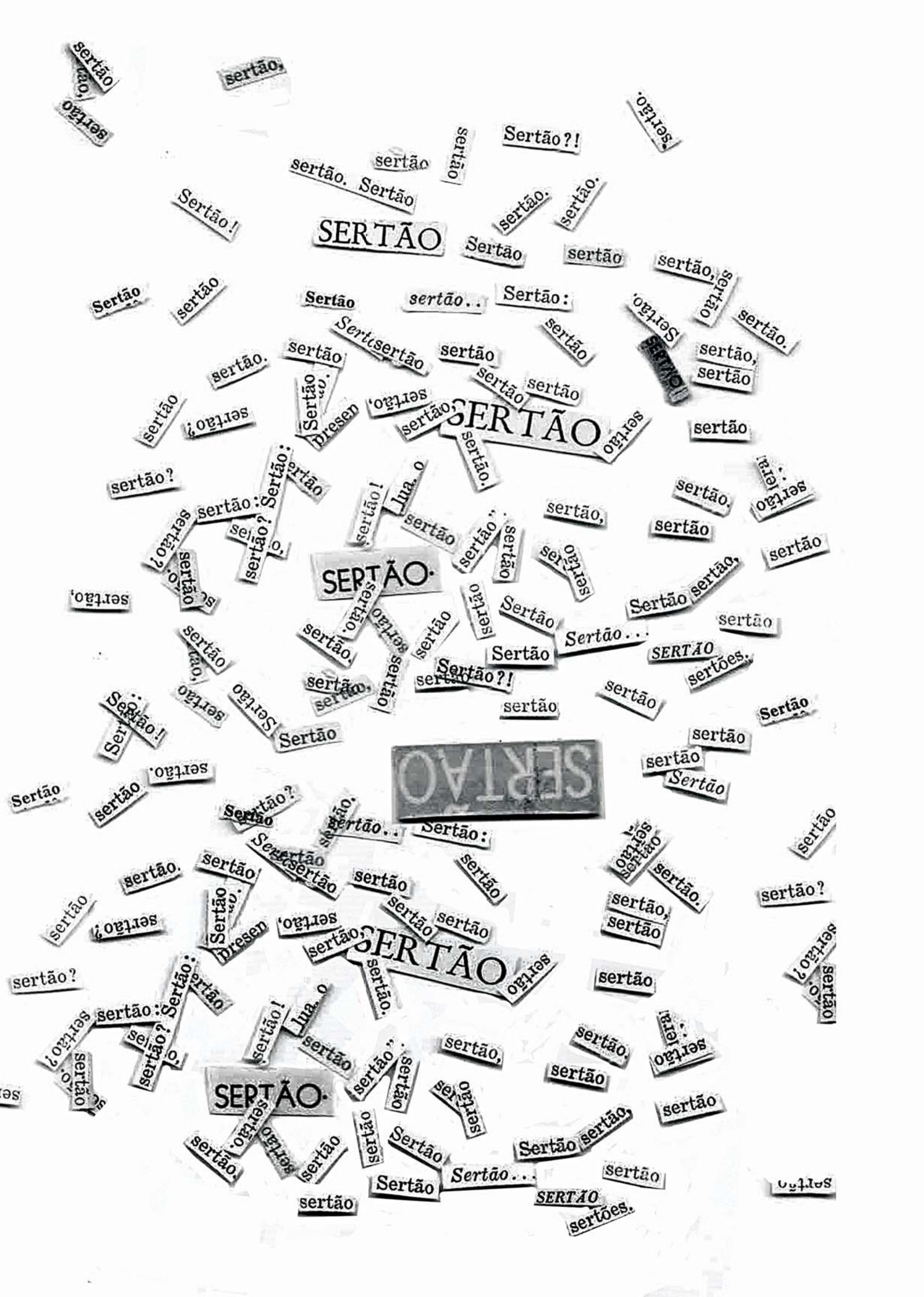
Depois caiu num hiato. Parecia até que o sertão, seus mitos e aquele assentamento, haviam desgrudado. A vida seguiu um curso, um rio que em nada remontava a isso, foi indo até o mar. Formei, trabalhei, mudei para Londres para integrar uma equipe de *Masterplanning* em um plano diretor e de estudos de desenho urbano para a implantação de um novo parcelamento urbano milionário em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Considero esta minha experiência profissional mais distópica possível, seria na minha interpretação, a natureza mais radical da disciplina do urbanismo que presenciei. No ano seguinte estava em Salvador, e grávida. Pari, afetei e fui afetada pela maior transformação que já senti ao tempo em que experimentei uma cidade com modos de vida e de habitar completamente novos e de fragmentada alteridade para mim, até então. Numa recomposição de como olhar a

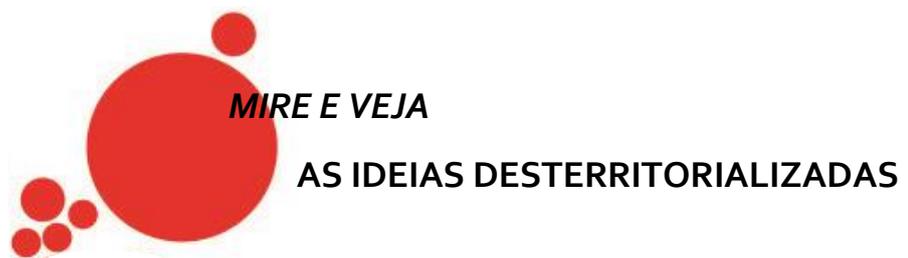
cidade e uma nova vida, dilatei a minha, fiz caber todas as certezas e incertezas que eu pudesse enfrentar.

E nesse processo, o sertão regrediu, foi repostado. Quis retornar à academia, investir numa relação com minha profissão que me permitisse atravessamentos mais ricos, que pudesse tensionar os discursos de profissão que havia experimentado e me movimentado entre. O desejo de voltar a estudar fez o tema sertão reaparecer no meu discurso de mundo. Naquela época entendi que eu, quando falava sertão, falava de um modo de sertão (e que tinha raízes naquele assentamento rural, no noroeste de Minas) o que me fez elaborar uma pesquisa que, no meu entendimento da época, estava circunscrita ao campo da geografia. Como a poética de sertão para mim estava imbricada com a leitura de *Grande Sertão: Veredas* imaginei a pesquisa num diálogo entre a epistemologia da literatura e a da geografia, usando os conceitos de paisagem e representação como ferramentas. Pretendia ali fomentar a discussão acerca das fronteiras do conhecimento que não apenas aquelas traçadas pelas bordas disciplinares que as descrevem. Mas sim, integrar pluralmente os sentidos de percepção, significação e apreensão do sertão construído e reconstruído na geografia e na literatura. Durante meu único semestre cursado no mestrado da geografia, os embates travados com minha orientadora, frustrados pela falta de intersubjetividade de comunicação, me fizeram deslocar para outro caminho de entendimento de pesquisa, de sertão e de lugar a ponto de fazer minha orientadora desistir de me orientar.

Para grande parte daquela faculdade de geografia, o sertão era sinônimo de ruralidade, embora eu sempre discordasse, inclusive parafraseando Guimarães Rosa, para tentar alargar esse domínio de território. Comecei a perceber que eu via *sertão está em toda parte*,^{GSV:p.286} quase literalmente. Minha frustração crescia.

De um encontro casual, faiscou uma possibilidade incrível de pesquisar esse sertão imbricado com tantas coisas, nunca querendo separar, sempre juntar; e foi onde fiz outra seleção e ingressei em 2012. E ela e ele, se misturaram numa associação e condensação de forças e fluxos que fizeram acumular várias potências de pesquisa. E tudo começou a tomar corpo, de pesquisa, pela tentativa de se reorganizar o lugar de onde se produzia um discurso de sertão.





Toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo.

Guimarães Rosa

Mire e Veja. A partir do *leitmotiv*¹ do livro *Grande Sertão: Veredas, Mire e veja*, pretendemos chamar a atenção para o essencial a essa abordagem. *Mire e veja* busca a atenção do leitor: veja, enxergue, olhe com atenção. Entenda.

A proposta deste trabalho partiu do desejo de sensibilização para um espaço² de resistência e reinvenção da cidade. Um questionamento sobre e da cidade, esta que vamos experimentando, assistindo, entendendo e criticando, essa que há poucas décadas atrás era chamada de *locus* da modernidade. Este espaço de reinvenção abriga códigos peculiares, dinâmicas sociais singulares, poeticamente registradas, é um espaço de resistência a um modo de vida higienizado, padronizado, espetacularizado. A essa ideia de espaço chamamos sertão. Logo de início surgem algumas questões ao olhar aqui posto: aqui esses espaços atendem por sertão, mas obviamente sertão não é uma invenção, então de qual sertão se diz? E na perspectiva de falar de cidade, como usar do sertão quando, supostamente, ele é seu avesso? São dimensões que estarão elaboradas e incitadas ao longo desta leitura que convida a ultrapassar o território urbano e procurar por potências do fazer cidade.

Antes de explicar o quadro de conceitos e ideias por onde pisamos, e toda a questão teórica que motiva este trabalho por trás do nome, há o aporte narrativo dessa ideia. E para explicar toda a dimensão narrativa, esse aporte literário, faz-se preciso antes de mais nada evocar a palavra – sertão. Sertão, essa palavra, no mundo existe de várias formas; para este trabalho não está no regime de palavra, simplesmente, está no regime de um conceito-literário emprestado, instrumentalizado em uma ideia para falar de relações de urbanização.

As palavras podem acionar um rito de passagem, um rito de margem. Elas desestabilizam. De momento a momento no decorrer desta pesquisa, vamos nos aproximando de algumas palavras que apresentam conceitos, que vão grudando, dando espessura, desgrudando, regrudando em outra palavra, outro conceito, e assim, esse colocar de palavras trabalha numa produção de sentidos com a pretensão de colaborar com a nossa ideia. São sentidos sobre nossa ideia de **sertão**, sobre nossa

¹ *Leitmotiv* (palavra alemã “motivo condutor”) s.m. frase, fórmula que surge com frequência numa obra literária, num discurso, etc. Retirado de <http://www.priberam.pt>

² Aqui partimos do raciocínio foucaultiano de que o espaço não é nunca um território neutro, suas bases estão nas relações subjetivas, de apropriação, de captura, de dominação [saber e poder].

ideia de cidade. São várias as palavras que vão grudar neste trabalho sobre cidade e sertão: sertão, território, distopia, desterritorialização, heterotopia, terceira margem, reterritorialização, utopia, discurso, agenciamento. Aqui serão introduzidas, ao longo do trabalho serão palavras desenvolvidas em seus conceitos. Se numa primeira vista parecem palavras soltas, no decorrer da leitura vemos que se tratam de conceitos, conceitos emprestados da filosofia, conceitos emprestados da literatura.

Vamos deixando uma disciplina segura, a do urbanismo, e adentrando um outro lugar. E alguns autores voltam sempre, adentram esse lugar conosco. Nos fazem pensar essas transições de lugares, sobre **desterritorialização** com toda a potência e a força de um campo de interrogações. Esses autores nos dizem que a nossa subjetividade, nossos gostos e valores não são exclusivamente individuais. Essa subjetividade coletiva deriva das relações com os outros. E assim acontece com as palavras, elas já nos são dadas no mundo com um destino desenhado, desvendadas. Eu falo isso e talvez você pense aquilo, e aquilo outro. Mas elas também antropofagam esse mundo, incorporam novos destinos e fabricam novos mitos. Da mesma forma como fabricamos novas **utopias**, fabricamos novas cidades. Algumas palavras carregam um senso comum muito forte. Algumas surgem já numa associação imagética emblemática. Há palavras que estão especialmente colocadas em enclaves, num lugar entre realidade e arte, e assim tornam-se uma **distopia**, ou um agenciamento hegemônico, ou uma resistência, uma **heterotopia**.

Como VER as palavras?

A literatura dá um tratamento distinto e especial a elas, e assim vamos buscá-la (a literatura) nessa constituição de uma pesquisa que partiu, por estrutura, da sensibilização para um espaço de resistência da cidade, no campo do subjetivo – acionado pela literatura. Mas o que acontece quando essas palavras, e suas potências de **discurso**, são retiradas do texto literário? A literatura sem sua palavra. O território sem seu mito. Ou a palavra subtraída de sua composição. Vamos retirar o sertão da literatura e enxertá-lo no urbanismo, nesse movimento somos atravessados pela filosofia. O enxerto permite a reprodução e multiplicação de novas árvores e arbustos (que aqui são ideias, acontecimentos e arranjos). Essa possibilidade de construção de

novas narrativas, novos arranjos, novos desfechos; a partir de uma nova leitura, é mobilizada pelos agenciamentos, pelas memórias e afetos de quem as lê. Buscamos trechos da literatura que falam, distinguem um lugar que busca expressar justamente a tensão entre sertão e as margens, a cidade..

Tirar as ideias de seu lugar, então. Tirar o sertão do seu lugar, procurar entender sua potência **desterritorializante** na produção e na dinâmica das cidades e seus **territórios**. Aqui Deleuze nos fala sobre a invenção de uma palavra (uma palavra bárbara, para construir um conceito), fala sobre a formulação de uma ideia, de um imaginário, que não vem apenas da palavra mas que através dela adquire múltiplos sentidos.

(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de **desterritorialização**. (...) precisamos às vezes inventar uma **palavra bárbara** para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Gilles Deleuze, em entrevista em vídeo)(grifo nosso)

Essa noção de palavra bárbara para produzir conceitos não aparece como uma criação feita para digerir ou engolir sentidos num só, ao contrário, para Deleuze e Guattari o conceito vem de uma relação com outros conceitos, outras ideias, agrega sentidos, não exclui, mas assume a potência desse conceito como uma revolução. Antropofaga as ideias, no sentido dado ao Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, antropofaga qualidades, afetos e intensidades para fazer pulsar em novos contextos, novas situações. Tal qual Suely Rolnik trabalha a questão da antropofagia na cartografia³.

Com efeito, todo conceito, tendo um número finito de componentes, bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participam de uma co-criação. Um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada

³ O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. (...) Aliás, “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem. Suely Rolnik: *Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil*.

de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes.(DELEUZE; GUATTARI: 2006, p.30)

Esse modo de buscar por palavras da literatura para falar de urbanismo e cidade acaba nos levando até a filosofia, no deslocamento desses processos de antropofagia e nessa “coleção” de conceitos. Torna-se a pretensão no campo do urbanismo, em seu transbordar pela literatura e filosofia. Onde a filosofia **reterritorializa** no urbanismo para se pensar em relações de poder que atuam nessas formações históricas e lançando nova afirmação de força política. É o próprio movimento da vida, de estar sempre se lançando mais para longe, novos espaços, bens, direitos. *Os pássaros se dando sertão*, onde Guimarães Rosa explicava ao seu tradutor: *são os pássaros fugindo para longe, debandando*. Então seria a filosofia *se dando sertão*. É um caminho incerto esse de entender como uma espacialização incerta da filosofia pode atingir diferentes grelhas de metáforas espaciais como lugar, **território**, paisagem, solo.

Todo esse agenciamento de conceitos trabalha na escuta de uma pergunta que será repetida algumas vezes ao longo desse trabalho: a cidade acaba com o sertão?⁴ O território urbano pode ser infiltrado por áreas de fronteira, em diálogos que transbordam a dicotomia entre urbano e rural, espaços outros – que ao mesmo tempo expressam e escapam a essas categorias binárias? Que sertões, em termos culturais, existiram e existem no Brasil de antes até hoje? Assim, o desenvolvimento desta ideia – sertão – será o fio condutor do trabalho. Aliado a ele um outro conceito retirado da literatura, o da **terceira margem**, funde-se dentro do debate da geografia política, na interação entre política e **território**. A terceira margem é aqui entendida como um conceito que nos ajuda a ver a cidade a partir da ideia de sertão, que mistura cidade e sertão, em aproximações e contaminações de uma no outro e vice-versa, não os aparta como dois objetos de natureza distinta. Não fixação e quebra da dicotomia.

Trazer conceitos filosóficos para a construção de um pensamento baseado em problemas e questões principalmente espaciais, as urbanas, e dentro de uma pesquisa que se debruça sobre a produção e apreensão de cidades contemporâneas, está no

⁴ Nos meandros da narrativa de *Grande Sertão: Veredas* a frase *A cidade acaba com o sertão*.^(GSV:p.129) é colocada pelo narrador Riobaldo, que logo depois duvida: *Acaba?* E mais à frente chega à uma observação do seu cotidiano: *Agora o mundo quer ficar sem sertão*.^(GSV: p.223)

entendimento da importância da perspectiva espacial dentro do acontecimento social da vida. Para Foucault, durante um período de seu trabalho as “obsessões espaciais” mediavam sua forma de pensar o poder e foram fundamentais para a construção de seu raciocínio sobre essas relações entre poder e saber. *Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos*⁵. Interessante pensar ainda como várias noções-geográficas, largamente utilizadas nos jargões do urbanismo por motivos diretos, remetem a noções de diversos campos de diversificados saberes como o jurídico, o militar, o econômico, político – como **território**, região, fronteira. Ou seja, não são exclusivos a um campo, são possibilidades.

Podemos então pensar que o pensamento acerca do urbanismo e os conceitos com quais se trabalha nele, pode ganhar espessura ao alargar seu contorno com outras reflexões, podendo estar adjacente ao pensamento filosófico. Tal abordagem tem a importância de lançar topologicamente (no terreno de estudo) as práticas políticas de seu discurso porque transforma o terreno em campo de disputa:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. (...) Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos... (DELEUZE; GUATTARI: 2006, p. 14)

Para o entendimento desta pesquisa, separar ou entender enquanto disjunção o pensamento filosófico do pensamento do urbanismo, implicaria em retirar a dimensão espacial do discurso filosófico e, portanto entender a análise desses discursos somente em termos de tempo; o que Foucault considera como sendo um modelo de consciência individual. No caso do movimento inverso, o de apartar dos debates da arquitetura e do urbanismo, o pensamento da filosofia; implicaria numa despolitização e um entendimento do espaço num aspecto formal e enquanto apenas

⁵ Entrevista do filósofo Michel Foucault publicada com o título *Sobre a geografia* no livro *Microfísica do poder*, pág. 158.

o espaço construído. Imbricar as ideias e conceitos espaciais entre uma multiplicidade de conhecimento, e os antropofagar; colabora no descolamento do discurso em relação a outras ideias, outras formas de interpretar o mundo. Pensar a partir dessas investidas de deslocamento – o deslocamento da palavra buscando uma produção de sentido de conceitos, a transferência de discurso na “desordem biológica” é entender que as palavras como transbordamento, criam ideias novas, é assim que falamos do **sertão**.

O trabalho estrutura-se então sobre essas investidas de deslocamento: deslocamento de uma palavra-conceito, deslocamento de um lugar.

No primeiro movimento nos deparamos com a primeira parte do trabalho chamada “A IDEIA DE SERTÃO ATRAVÉS DO CONCEITO DA TERCEIRA MARGEM” exploramos as possibilidades de falar de sertão. Dialogamos com a ideia de sertão dentro de suas formas camaleônicas: da etimologia da palavra, sua discussão dentro da geografia, do sertão enquanto categoria histórica, um desvelar do sertão dentro das artes – principalmente da literatura, as chamadas narrativas prestigiadas do sertão (Euclides da Cunha e Guimarães Rosa), encontramos o conceito da terceira margem e a imprecisão a respeito das territorialidades, que estão sempre num movimento de se desfazer aqui para refazer em outro lugar. A terceira margem é o conceito que ajuda a superar a realidade binária. A movência da terceira margem está bem citada por Guimarães Rosa: *essa coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada “realidade”, que é a gente mesmo, o mundo, a vida*. Assim a terceira margem permite compreender o sertão como um terceiro lugar, uma margem entre urbano e rural.

O capítulo seguinte “BRASÍLIAS / FRONTEIRAS, UTOPIAS / DISTOPIAS / HETEROTOPIAS” busca abraçar outros conceitos que serão somados à ideia central, construindo essa constelação, esses “problemas conectáveis” ditos por Deleuze e Guattari. Aqui o conceito de territorialidade caminha junto com a elaboração e afirmação dos caminhos de utopia, distopia, heterotopia porque a territorialização está no enfrentamento da produção e ocupação de qualquer espaço. Mas o espaço que vai sendo desenhado neste capítulo enquanto “símbolo de cidade” frente a um “símbolo de desurbanizado” é Brasília e o momento de modernização do Brasil. Então falamos da construção do discurso de Brasília enquanto um espaço – sertão – deve ser

superado e conquistado. Essa etapa busca se debruçar sobre o imbricamento sertão-Brasília e esse território surgido. Brasília, dentro desse trabalho, operacionaliza a ideia de sertão dentro do pensamento de urbanismo, em contraponto aos dispositivos de modernização e modernidade. A “capital aérea e rodoviária” neste recorte ganha potência emblemática por acionar o mito utópico da cidade modernista e significar o sertão enquanto alteridade radical a esse modelo.

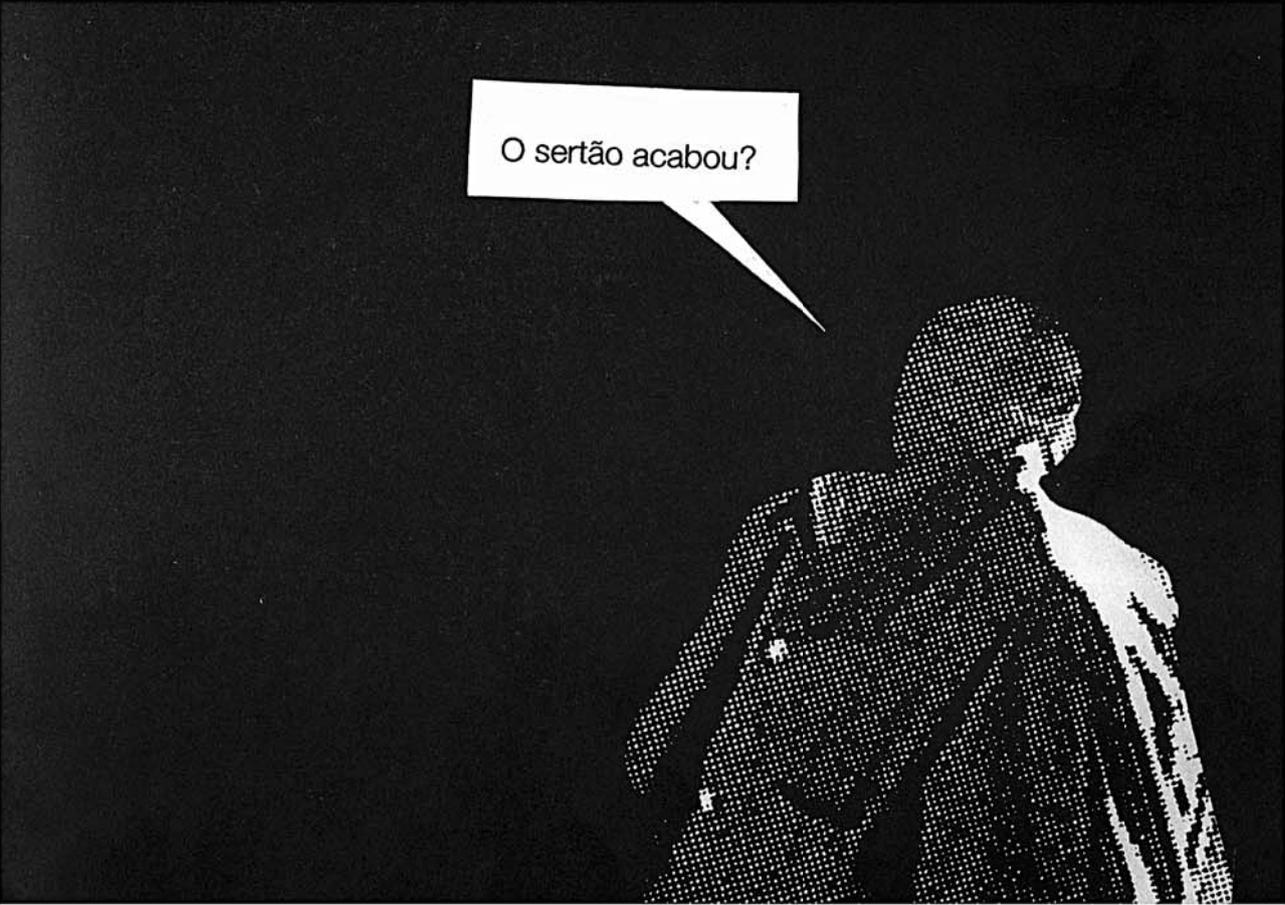
O capítulo “HIPÓTESES SOBRE RECORTES DE BRASÍLIA” se aproxima do momento da transferência da capital e sua materialização urbana. Fala dos acontecimentos dentro da produção dessa cidade: movimentos de luta por moradia, ocupações irregulares, demarcação de terras, criação de instituições de disputa pelo território em dois recortes temporais distintos. O movimento de deslocamento agora é dessa Brasília, desse outro lugar, já enquanto resultado do pensamento idealizado da utopia. Com a perspectiva de uma modernização que não integra, usamos os dispositivos institucionais do governo federal e distrital para acompanhar processos de des-reterritorialização dos sertanejos e candangos que na verdade acabaram por representar o Brasil que se pretendia negar, sem deixar de olhar e entender as estratégias do poder de criar mecanismos de estratificação social.

O tensionamento entre sertão e Brasília é buscado não através de um modelo categórico, descritivo ou decisivo; mas através desse movimento de reflexão que de início des-re-territorializa algumas ideias e depois des-re-territorializa um lugar. Brasília é desterritorialização de uma fronteira ideológica. Nos deparamos com o desafio de como construir um pensamento sobre resquícios de temporalidades no mesmo espaço, entendendo que não há substituição desses resquícios, mas coexistência.

Entendemos que o sertão se atualiza constantemente, no imaginário e na sua territorialidade. Podemos falar de sertão, como uma categoria de espaço particularmente brasileiro, sem necessariamente imprimir a ele uma forte precisão e, principalmente, sem localizá-lo. Porque o sertão, figura no imaginário social como vários, não é um, são tantos. Essa noção para alguns autores e pesquisadores o transforma na própria ideia de metáfora do Brasil. É um risco de se cair num reducionismo, ou chegar a uma ideia totalizante de sertão.

Então é importante antes refletir sobre a matriz do olhar através do qual será lançado, aqui, o sertão. E que perseguir essa ideia, de um sertão-risco e arriscado, se constrói o ritmo dessa escrita. Escrita arriscada, constantemente, de cair em algum lugar folclórico ou íntimo demais para ser partilhado e compartilhado, nesse esforço pela ruptura com a imagem de um lugar tão precioso ao imaginário das ciências humanas, das políticas nacionais e das artes no campo da produção acadêmica brasileira.

Para finalizar devemos lembrar que sertão possui uma fortuna artística e crítica muito extensa que aqui não está liquidada, pelo contrário.



O sertão acabou?



Antonio, quem conhece uma cidade, conhece todas. Estas que existem, da forma como existem, nos levam a sonhar outras...



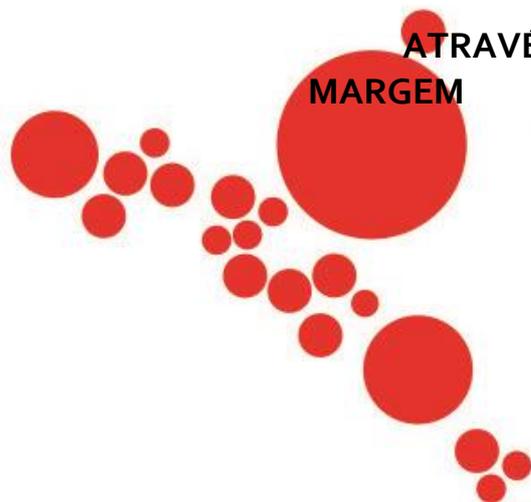
E, talvez, nos distanciar dos obstáculos da vida diária. Sempre pergunto a ele por que não operar dentro das condições dominantes. De museus a chefes de estado há um ambiente hollywoddianista, que não entendo bem. As cidades enfermas se revitalizam ao serem planejadas como shoppings, por que negar isso?



Tantas vezes percorri as ruas das cidades desse mundo sem fim, sempre me deparando com os mesmos problemas, as mesmas injustiças a cercar a vida de todos nós, a nos roubar a alegria, tornando as mais belas obras do engenho humano, coisas sem valor.

A IDEIA DE SERTÃO

ATRAVÉS DO CONCEITO DA TERCEIRA MARGEM



Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, **de meio a meio**, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que **não havia, acontecia.**

(...)

Se o meu pai, sempre **fazendo ausência**: e o rio-rio-rio, o rio – **pondo perpétuo**. Eu sofria já o começo de velhice – esta vida era demoramento.

*A Terceira Margem do Rio -
Guimarães Rosa*

sertão acabou?

A cidade acaba com o sertão? Onde reside o sertão? Esta pesquisa parte de perguntas, imersas em palavras e numa ideia genérica daquilo que é chamado de sertão e daquilo que é chamado de cidade, buscando tensionar uma provocação com um tipo de aproximação a ambos – sertão e cidade. De forma muito sucinta esta provocação pode ser entendida com uma questão que é: para entender o urbano contemporâneo. Ela se apoia no cenário de urbanização e metropolização da sociedade urbana, assim como em um entendimento de sertão que pode se revelar em várias formas de expressão e de conteúdo: discursivos, objetais, culturais, sociais, econômicos - em relações de disputa, de inadequação, de (des)valorização, de conquista, de comercialização. Estas formações discursivas de enunciados criam condições de possibilidades que historicamente se traduziram em um discurso de ordenamento espacial, ordenamento que dá visibilidade a esse discurso. Pretende-se então buscar uma proximidade entre essas duas ideias, em princípio sem uma rigorosa ligação, sertão e cidade, mas que operam numa associação sensível.

Intenciona-se transbordar a tradicional dicotomia entre urbano e rural, onde é apresentada a sugestão do sertão, ou dos sertões, como a provocação de uma categoria de espaço urbano, sertão é apresentado como uma ideia que nos leva ao conceito de terceira margem para produzir algo. Um território enraizado no Brasil como algo que expressa e ao mesmo tempo escapa a esse binarismo; colocando-se em tensão com o urbano, mas também com o rural. Nesse imbricado da terceira margem é onde se tensionam as questões desse trabalho: rural/urbano...cidade/sertão.

A partir da inserção cada vez maior da produção agrícola no mercado global, segundo a lógica do *agrobusiness*, e toda a reestruturação territorial e das dinâmicas socioeconômicas decorrentes dessa mudança de escala, o deslocamento de eixos econômicos e seus pontos de escoamento; um complexo e acelerado processo de urbanização das cidades brasileiras vem se desdobrando nas últimas décadas. Esse processo encontrou seus primeiros aliados na emergência do pensamento urbano industrial da Era Vargas, no histórico de valorização da terra urbana e no plano intranacional de urbanização do interior do Brasil, cujo pensamento tem vínculo ainda mais remoto na pesquisa histórica, conforme será colocado nos capítulos seguintes. O sociólogo Brasilmar

Ferreira Nunes considera que, o que se conhece como sociedade, está hoje resumido em sua estrutura à questão urbana, especialmente na metrópole racionalizada – sendo este seu cenário sociológico. A própria ideia de cidade racionalizada é genitiva a um modelo de pensamento onde o tema *habitat* e o da problemática urbana emergem no contexto de grande avanço industrial e tecnológico. Na atualidade a leitura predominante que se faz de racionalidade, junto ao autor citado, são os rumos contemporâneos da experiência sociológica de cidade.

O “espírito urbano” sempre dominou na lógica estrutural de nossa formação histórica – ponta-de-lança de interesses metropolitanos na colônia, lugar de mercado e posteriormente lugar da indústria e, em todas elas, lugar da burocracia do poder instituído. (NUNES: 2007, p. 35)

Conforme dados apresentados no último censo do IBGE, elevou-se a taxa de urbanização brasileira ao índice de 84,4% (IBGE Censo 2010) e, portanto, desde o levantamento de 2000, houve um aumento de cerca de 23 milhões de pessoas vivendo nas cidades⁶. O sertão então está acabando? E de que sertão se fala?

A ideia sertão aqui se pretende então como operador – uma ferramenta, algo inventado, que opera no âmbito da investigação aqui proposta, dessa que extrapola relações rural e urbano, evidenciando os limites de abordagens tradicionais e novos desdobramentos nos estudos da cidade e do urbano. Aqui interessa a crítica objetal⁷, ou seja, a crítica ao objeto-em-si. Nessa perspectiva, a cidade se problematiza frente a ela mesma, se confrontando com seu próprio passado/presente, ou em relação a um modelo utópico de cidade gerando um questionamento ou uma resistência a essa utopia. Nesse entendimento, podemos ver a cidade como produto de uma imagem de sociedade.

⁶ Segundo o site do IBGE “O acréscimo de quase 23 milhões de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 81,2% em 2000, para 84,4% em 2010. Esse incremento foi causado pelo próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, além das migrações com destino urbano. Os critérios adotados para subdividir o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais são baseados nas legislações de cada município brasileiro.” <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=1866&view=noticia>

⁷ O entender, conhecer ou mesmo construir uma crítica ao urbano e à cidade, na leitura proposta por Antonio Risério, pode ser feita pela crítica contrastiva ou pela objetal, a primeira diz respeito a uma leitura por contraste com o mundo extracitadino, constituída fundamentalmente na dessemelhança em relação ao campo (RISERIO: 2012).

panorama conceitual e o que deixar para trás

(...) se o homem tem um destino, esse será mais o de escapar ao rosto, desfazer o rosto e as rostificações, tornar-se imperceptível, tornar-se clandestino (...) Sim, o rosto tem um grande porvir, com a condição de ser destruído, desfeito(...) Ora, o rosto possui um correlato de uma grande importância, a paisagem, que não é somente um meio mas um mundo desterritorializado. (DELEUZE; GUATTARI: 1997 v.3, p. 45)

Tanto a literatura quanto a própria etimologia da palavra “sertão” distinguem um lugar. Mas esse lugar não é uma paisagem material, como um fato geográfico, imagético, como o descrito pela geografia física. Um lugar é espaço fruto de um produto social, uma territorialidade que acontece quando se passa por um processo de individualização e se compõe de singularidades próprias. Aqui o sertão, foge desse “rosto histórico” de sertão para perseguir outros destinos, expandir em novas paisagens. A paisagem pensada como um rosto humano, retirada unicamente do caráter estético e composta pela relação entre tempo/acontecimento, mais do que como uma necessidade de mudança, mas como uma certeza dessa mudança, o rosto como uma transição entre o que está, o novo e o porvir.

Essa paisagem em transformação que busca vetores de saída, de territorialidades outras, espacializações (i)legítimas de outras margens; encontra fundo na bonita metáfora criada por Guimarães Rosa da terceira margem do rio⁸. A terceira margem exprime a figura dessa territorialidade que aparece no meio, no lugar do entre, um outro lugar que transborda o binarismo e a dualidade de apenas duas margens. A terceira margem é um lugar sem fixação, está na constante movência de um rio. Este estudo pretende refletir sobre o sertão como essa territorialidade produzida pelo movimento da terceira margem, que produz outras territorialidades também em um sem-lugar, cria margens permeáveis. E atua na criação de um sertão como um terceiro lugar resistente a ambas as categorias: urbano e rural, mas sempre em relação a elas. Carlos Antônio Leite Brandão em seu texto intitulado “Sobre o sertão e a natureza do ser humano em Guimarães Rosa” liga o conceito da terceira margem à suspensão de uma descrição definitiva dentro de limites e bordas:

⁸ A metáfora capturada foi lançada no conto “*A terceira margem do rio*”, integrante da obra *Primeiras Estórias* (1962) de Guimarães Rosa, que conta a história de um homem que abandona a família e sua vida social, para viver à deriva numa canoa, no meio de um grande rio e jamais volta a pisar em terra firme: *sem fazer véspera (...)* e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.

(...) o rio ou a terceira margem em que nos movemos é o território da travessia, do movimento incessante de ir e vir, de estar no meio, na "entredade" das coisas, avessa à lógica da exclusividade, lógica do "ou" e da certeza, para instaurar um espaço da indagação, **da inclusividade do "e": no sertão, "tudo é e não é", simultaneamente.** (BRANDÃO: 2003, grifo nosso)

O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai mesmo de escuros buracos, tirando o que vem do céu. ^{GSV:p.407}

Há uma densa discussão, principalmente dentro da geografia, a respeito do uso de tais termos: urbano, rural, cidade. Cada palavra carrega consigo um conhecimento epistemológico, com largas contribuições teóricas dentro de dadas categorias. São categorias espaciais, de organização espacial com uma relação estreita com "um modo de vida", modo de ocupação, e maneiras de produção econômica e social. Desde seu início, a construção desse projeto de pesquisa utilizava-se da pretensão de instaurar uma discussão baseada na territorialidade e em signos, signos (produtores de sentido) da sua singularidade, do rural, do conflito, da inadequação. Com pretensão de falar na quebra do diacronismo de urbano e rural, operacionalizado no conceito da terceira margem, para falar de sertão e de cidade. Esse sertão como um modo de experiência de vida urbana. Aos poucos a experiência urbana foi sendo desenhada na figura identitária de Brasília, criada e planejada para a cidade e seus habitantes, circunscritos a uma realidade controlada pelo desenho urbano. Essa identidade imaginária dada a Brasília neste trabalho é o que vai grudar na questão urbano, e na palavra sertão. Brasília entrou e repousou ali, no espaço do sertão, e ele nela. Com o tempo percebemos que a palavra sertão já estava colada em Brasília, como uma imagem paralela ao fato, desde tempos remotos.

A natureza do sertão e a natureza da vida, das coisas e dos homens, se misturam e contaminam. Para tanto parte-se de sua concepção da palavra inicial sobre sertão, forjada na imprecisão geográfica e identificando-o com a denominação de terra não colonizada. Considerando portanto que sertão não se trata, aqui, de uma paisagem geográfica delimitada por uma conjuntura natural / regional específica. Não é o sertão nordestino, sob o signo da caatinga, não se trata também do sertão mineiro e goiano, ampliado em desenhos panorâmicos de chapadões e veredas. Apesar de tradicionalmente existir um signo muito forte da natureza ligado à ideia de sertão, ela aqui é abordada como uma faculdade secundária e coadjuvante. Tampouco, conforme a mesma abordagem

tradicional, desvenda um modelo de produção econômica que o circunscreve a uma dinâmica essencialmente rural, antagônica à cidade.

Nesta pesquisa nos interessa menos buscar conteúdo sertão na paisagem e nos seus modos de produção. A contextualização buscada não pensa o sertão enquanto uma noção de lugar, ou enquanto um estudo de morfologia, síntese ou explicação de uma imagem do mundo. Tampouco compreende a paisagem conforme uma região de conteúdo semiótico.

(...) uma região "geográfica" para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade no campo historiográfico da origem desta identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade. (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2011, p.39)

Os sentidos do sertão negados acima fazem parte, irrefutavelmente dos enunciados sobre a palavra sertão, fazem parte do pensamento geográfico e social não podendo ser negados e na medida de nossas possibilidades, são contextualizados aqui conforme acompanhamos o deslocamento da palavra ao longo da história. O sertão é um desbravar incessante de fronteiras físicas, sociais e culturais e uma constante conquista de independência. Este trabalho não pretende negar essa constelação de enunciados e significados estabelecidos na produção de paisagem e no processo de ocupação, ordenados por dinâmicas econômicas, populacionais, culturais e ambientais que lhes abrigaram. Historicamente, o sertão representou um avanço de espaço territorial, uma construção de geografia rumo ao oeste para a conquista e ocupação de um outro Brasil, para o dentro de si. As bandeiras, enquanto um dos primeiros processos de interiorização e marcha sobre o território brasileiro, são pensadas aqui enquanto demonstração de uma autonomia – entre os séculos XVI e XVII promoveram o deslocamento de processos de produção de discursos de desenvolvimento, nacionalidade, civilização, sociedade, que se repetiram ao longo da história. Nas palavras de Kubitschek (1959):

(...) o que agora estamos fazendo é fundar a nação que os bandeirantes conquistaram (...). E o que lhes quero dizer é que a mentalidade que eles deixaram felizmente não desapareceu do Brasil, e aqueles que quiserem percorrer milhares de quilômetros para conhecer o que o governo está realizando em pleno coração do Brasil irão aí encontrar o mesmo espírito e a mesma decisão daqueles que já mais de três séculos começaram a desfiar o mistério insondável deste imenso continente. (SOUSA in PAVIANI: 1998 p.169)

O exemplo das bandeiras aqui é tomado como o início, mas não único, como uma iniciativa de conquista que mantém-se enquanto símbolo, enquanto produção e

manutenção de uma ordem simbólica. Representam o discurso de avanço pelo território e o conquistar de si mesmo. Um sertão ruralizado, com ocupação típica de pastoreiro o situa num domínio de sociedade singular em um lugar “deixado por ocupar”. As bandeiras dos séculos XVI e XVII geograficamente consolidam um ponto de partida – o planalto paulista – para a avaliação e comparação de um modelo de civilidade e impõe um gradiente nessa aproximação com um outro lugar. Para Cassiano Ricardo, autor de *Marcha para o Oeste* (1940), o exemplo dos bandeirantes são como uma narrativa de nacionalidade, de uma produção espacial de uma nação, onde o sertão é uma parte enquanto representação de um “todo Brasil”:

Se ela (a bandeira) tem um limite no espaço, não o tem no tempo. Há um bandeirante anônimo caminhando no sangue de cada um de nós, porque o bandeirante é sinônimo de pioneiro que o **Brasil original** criou para figurar ao lado dos povos em marcha (...) quando a bandeira penetra o sertão, termina a história de Portugal e começa a do Brasil (...) (RICARDO apud SOUZA in SENA, SUAREZ: 2011, p.216)

Cassiano Ricardo é autor apontado como um dos grandes entusiastas da colonização bandeirante, aparece nesta pesquisa como referência textual considerada como representação de sertão histórico e de uma suposta lógica de um problema nacional, sobre os caminhos da formação nacional e na influência que esses textos imprimiram na produção intelectual brasileira.

Como dito acima, a partir dessa investida das bandeiras, os sertões foram se tornando uma região de criação extensiva de gado, propiciando uma ocupação típica de pastoreiro que deu vida à figura do vaqueiro e à figura do jagunço, sendo que esse personifica o fenômeno da violência no interior do Brasil e protagoniza a iniciação dos leitores de João Guimarães Rosa e Euclides da Cunha. Há aqui um cenário de sertão genérico – suficientemente vasto – ao mesmo tempo com uma ordem específica. Neste cenário genérico algumas características de sertão são persistentes a várias representações, como a noção de grandes propriedades de terra (onde não floresce a ideia de desmembramento destas em menores propriedades), o povoamento esparso e o poderio dos grandes proprietários que exercem assim sua supremacia política regional.

São aproximadamente 2,5 milhões de quilômetros quadrados (desde o interior do estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará)⁹ de sertão:

⁹ Segundo dados do IBGE: 2006.

O Planalto Central do Brasil desce, nos litorais do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas. Assoberba os mares; e desata-se em chapadões nivelados pelos visos das cordilheiras marítimas, distendidas do Rio Grande a Minas. (...) Estiram-se então planuras vastas. Galgando-as pelos taludes, que as soerguem dando-lhes a aparência exata de *tabuleiros* suspensos, topam-se a centenas de metros, extensas áreas ampliando-se, boleadas, pelos quadrantes, numa prolongação indefinida, de mares. É a paragem formosíssima dos campos *gerais*, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros... (CUNHA:2000 p.11)

Esse retrato do Planalto Central brasileiro tem como predicado geográfico o Rio São Francisco, que nasce nessa “Minas sem mar” e a atravessa cortando os territórios da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Esse “atravessamento” o consolida como eixo de ligação de diferentes partes do sertão e como via de acesso; rebocando consigo uma transbordante miríade de sentidos. O São Francisco deu duplo sentido à região, de atraso e de brasilidade. O rio, em *Grande Sertão: Veredas* é seu eixo narrativo, numa teia de relações com o espaço físico e temporal, com quem lhe dá voz, Rio-baldo. E foi ele, o São Francisco, que *partiu a vida em duas partes*.^{GSV:p.178}

Esta ideia de “partir a vida” empresta significado a uma busca por outro sentido de sertão, acionado por uma relação entre narrativas, é por onde andamos. No entanto, aqui o espaço social construído por narrativas e seus discursos, configura num espaço que carrega todo um sentido existencial ligado a ele. Sertão aqui é uma experiência, não é apenas um desvelar, uma coisa que está oculta. Sertão aqui é uma constelação de muitas coisas, que se somam e se conflitam, mas que principalmente se formam a partir de experiências de lugar e de travessias do sertão para a cidade, da cidade para o sertão em suas margens terceiras. Não está ajustado somente na profundidade, como para o compositor baiano Elomar, entende que o sertão é outra realidade:

Foi justamente em *Na quadrada das águas perdidas* que eu intui, me chegou a ideia de **sertão profundo**. Eu dei esse nome, que é justamente um sertão inserido dentro da **geografia política** do sertão. No entanto, ele existe num estado de espírito de grande inventiva, imaginário e irreal, ao mesmo tempo insólito. Ele (o sertão profundo) se passa dentro desse sertão nosso, mas dentro de outra realidade. É difícil explicar isso!

Não é fácil de se entender, só a partir de boa vontade e tem que ter uma certa percepção fora desse plano da realidade. Tem que ser um pouco sonhador, um pouco

tresloucado pra poder entender o que é o sertão profundo. Ele tem uma fronteira invisível, uma dimensão que o fecha.¹⁰

É antes uma experiência, um transbordamento, que pela cidade, dá um testemunho de acontecimentos. Assim, esta pesquisa se dá inicialmente através da aproximação de uma narrativa sobre o sertão produzido pela leitura de *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa e da própria etimologia da palavra sertão. Por motivos que serão explicados, *Grande Sertão: Veredas* (1956) de Guimarães Rosa é considerado por alguns intelectuais e teóricos da área de literatura e historiografia, como um ensaio de reescrita de outra obra canonizada da literatura brasileira, *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Apesar do tom especulativo de tal hipótese, é forte a aproximação entre ambas as obras. Para esta pesquisa por palavras emprestadas da literatura, que antropofagam um mundo e fabricam novos, vamos acionar basicamente estes dois escritores, que trabalharam e pensaram essa transição de lugar e que acabaram por incorporar mitos de sertão ao imaginário urbano.

Vou expor, imediatamente, minha tese: a literatura é o discurso teórico dos processos históricos. Ela cria o não lugar em que as operações efetivas de uma sociedade têm acesso a uma formalização. Bem longe de considerar a literatura como a "expressão" de um referencial, conviria reconhecê-la como algo de análogo ao que os matemáticos foram, durante muito tempo, para as ciências exatas: um discurso "lógico" da história, a "ficção" que a torna pensável. (CERTEAU: 2011, p. 92)

Além da literatura, para falar com a história, usamos a língua portuguesa como substrato para uma arqueologia, onde é proposta a ideia do sertão-rosiano como a narrativa de uma experiência, que pelo seu caráter de universalidade do pensamento, imbrica-se com o urbano. Imbrica-se através de um estar ENTRE, está entre ser paisagem – não ser paisagem, ser concreto – ser simbólico entre desterritorializar –reterritorializar. Move-se entre várias camadas que separam o sertão da cidade; tudo embrulhado e imbricado. Seguindo o conceito da terceira margem, esse imbricamento está no movimento de aproximação das margens, que são relações já definidas e categorizadas historicamente – rural / urbano, entre cidade formal / cidade informal, forças hegemônicas de produção de cidade / ações de resistência, utopias, distopias, heterotopias. A experiência estando no entre das margens, transforma a potência da terceira margem num esforço de ser *uma*

¹⁰ Elomar em entrevista áudio no livro de GUERREIRO, Simone. *Tramas do sagrado: a poética do sertão de Elomar*. Salvador: Vento Leste, 2007

espera enorme....sendo des-reterritorialização contínua e na inclusividade como colocado por Brandão.

Guimarães Rosa trabalha todo um sistema retórico na narrativa que transforma a noção de espaço em um sentido existencial ligado a ele - dar espaço a um espaço. Uma ideia estrutural de dilatar o espaço para nele abrir-se numa ação de multiplicidade e inclusividade.

Sertão o senhor querendo procurar, nunca não encontra. (...) quando a gente não espera, o sertão vem (...) o sertão churro, o próprio, mesmo. O sertão é o mundo. Sertão é dentro da gente, é o sozinho. O sertão está em toda parte.^{GSV:p.255-286}

Nessa passagem, como em tantas outras, o sertão-rosiano toma contornos de obscuro e cósmico numa narrativa que trabalha com uma essência abstrata e ambígua de um espaço que, sendo imenso, um mundo, é sublinhado por uma espera enorme. Estando em toda parte nunca se sabe onde está ao certo. Há uma relação de travessia, desse e para esse lugar. Uma espera, que não repousa exatamente no tempo, mas para uma mudança, um novo arranjo uma espera reterritorializante. Essa espera enorme, menos relacionada com a duração, e mais com uma interrupção no tempo histórico tem uma recusa no encadeamento causal, sendo que *Tudo que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num câmpito*^{GSV: p.149}. Nos faz questionar sobre como entender a experiência através das imposições temporais, como entender o *chronos*¹¹ sob o acontecimento. Tradicionalmente delimitados (tempo e história) como aspectos “coextensivos” (PELBART: 2011), na filosofia contemporânea vem cada vez mais sendo pensadas desvencilhando-as dessa tradição filosófica¹². Deleuze numa desordem conjunta de tempo e história pensa a categoria do intempestivo, que significa: nem o tempo, nem a eternidade. A filosofia constitui-se da “oposição ao que sua época glorifica” um procedimento de ultrapassagem.

A terceira margem está às voltas com essa medida de um tempo, pensada como uma trijunção entre lugar, tempo e homem. É o tempo da vida de um homem e o espaço do rio que perdura nesse tempo: não tem uma direção linear – é água que não para. Buscamos,

¹¹ Chronos para os gregos referia-se ao tempo cronológico e sequencial. Passível de ser medido.

¹² “Cabe à filosofia moderna sobrepujar a alternativa temporal-intemporal, histórico-eterno, particular-universal. Graças a Nietzsche, descobrimos o intempestivo como sendo mais profundo que o tempo e a eternidade: a Filosofia não é a Filosofia da História, nem a Filosofia do eterno, mas intempestiva, sempre e só intempestiva, isto é, “contra este tempo, a favor, espero, de um tempo que virá” (DELEUZE apud PELBART: 2011 p.186)

seguindo pistas de Deleuze e Guattari, entender como o acontecimento pode propor um novo conceito de história, onde a história é experiência, é um processo de territorialização é a criação de uma ação, de um empirismo, relacionado com o tempo da cotidianidade. E não com o tempo do *chronos*.

Ela (a cotidianidade) e o sertão, são o resto do que o tempo (o progresso) deixou, e representam mais “uma forma de pensamento” (BOLLE: 2004) que atravessa na entreidade das ordens, num incansável movimento de des-reterritorializar. É o fluxo de movimento que cada hora se aproxima de uma margem e de outra, quando na verdade está criando a sua própria. Então o rio é o espaço-tempo de possibilidades.

A emergência dessa paisagem-sertão na formação literária, imagética e discursiva, vem alargada em seu contexto ao atingir principalmente um leitor urbano e escolarizado, no século XX, ao mesmo tempo em que se observa uma profunda transformação geográfica nesse sertão-material, enquanto sistema morfológico, que vai aos poucos se tornando bastante diferente dos caminhos percorridos pelos romancistas que o canonizaram, em suas viagens e andares desconhecidos pelas caatingas, matos, cerradões, chapadões e campos gerais.

É o que está sendo chamado de narrativas prestigiadas, de Euclides da Cunha em *Os Sertões* e João Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, consideradas obras matriciais do pensamento social e literário brasileiro sobre o sertão. Para o professor de teoria literária Willi Bolle, *Grande Sertão: Veredas* é uma *arqueologia da servidão, as relações entre cidade e sertão, o regime de desmandos, o problema social e a indagação sobre a identidade do “povo” e da “nação”* (BOLLE: 2004 p.23). São elementos que contam a história das estruturas do país.

terra ignota e narrativas prestigiadas

Ah, este norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional!... A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...^{GSV: p.319}

Esse aspecto sertanejo de espera, travessia, de antagonismos e de vazios é roubado de seu sentido na narrativa *Os Sertões* de Euclides da Cunha, chamado de gênero de

“retrato do Brasil”¹³ por alguns críticos, onde o sertão é apresentado como uma categoria de entendimento do Brasil, nas obras consideradas ensaios de história e ciências sociais. No livro de Euclides da Cunha, é narrado o massacre da comunidade camponesa “Império do Belo Monte”¹⁴ localizada no interior da Bahia que, além ao abolir a propriedade privada e recusar-se a pagar impostos, teve sua dizimação justificada por um discurso étnico e culturalmente bastante preconceituosos. Não era um cômputo, como dito por Rosa; o sertão de Euclides da Cunha, era unidirecional, era o símbolo do anacronismo, uma imagem do atraso e da fraqueza de espírito civilizador.

Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um **parêntese**; era um **hiato**; era um **vácuo**. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava.^{OS: p.479} (grifo nosso)

O sertão surgia não como uma espera, mas como uma angústia de superação pela força. Metucioso e atento leitor de *Os Sertões*, Guimarães Rosa considerava de grande contribuição antropológica e historiográfica o ponto de inflexão que Euclides da Cunha havia estabelecido ao ter *tirado à luz o vaqueiro*¹⁵, *em primeiro plano e como o essencial do quadro – não mais paisagístico, mas ecológico* (BOLLE: 2004 p.28). No entanto, a atitude euclidiana de retratar uma cultura a ser vencida, ou no máximo tolerada por indulgência, chama a atenção para os que “respiram” o sertão. Em uma crítica, Guimarães Rosa expõe sua apreciação e lança uma proposta, um projeto que fez *Grande Sertão: Veredas* ser considerado como uma reescrita crítica de *Os Sertões*:

Daí, porém, se encerrava o círculo. De então tinha de ser como se os últimos vaqueiros reais houvessem morrido no assalto final a Canudos. Sabiam-se, mas distanciados, no espaço menos que no tempo, que nem mitificados, diluídos. O que ressurtira [...] revirou no liso do lago literário. Densas, contudo, respiravam no sertão

¹³ Para Willi Bolle os retratos do Brasil escritos no século XX *estendem-se desde o livro fundador OS Sertões (1902), até os últimos estudos de Darcy Ribeiro, passando pelas obras já clássicas de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Junior (p.23)*

¹⁴ O nome Canudos vem de uma fazenda de gado pertencente ao município de Monte Santo. Monte Santo tem várias passagens na história do sertão: foi quartel-general do exército durante a Guerra de Canudos, anos mais tarde Lampião e seu bando costumavam passar frequentemente pela cidade, também passou por lá Glauber Rocha nos idos de 1963 para filmar Deus e o Diabo na Terra do Sol. “Como dizia Glauber, “a luta deve ser estética, econômica e política”, tal qual o cangaço, que fez emergir um *life style* ainda não visto naquele sertão outrora descrito por Euclides. A vida nômade, (...) e, principalmente, a não inserção no *modus operandi*, aproxima Virgulino Lampião de Antônio Conselheiro, ambos tiveram o mesmo fim, a morte na guerra, o degolamento.” retirado de <https://medium.com/@thiagodezan/o-sertao-os-sertoos-fe09770d409c>.

¹⁵ Guimarães Rosa nessa citação refere-se à segunda parte do livro de Euclides da Cunha, denominada O Homem. Euclides da Cunha insiste em chamar de “jagunços”, em diversas passagens discriminatórias.

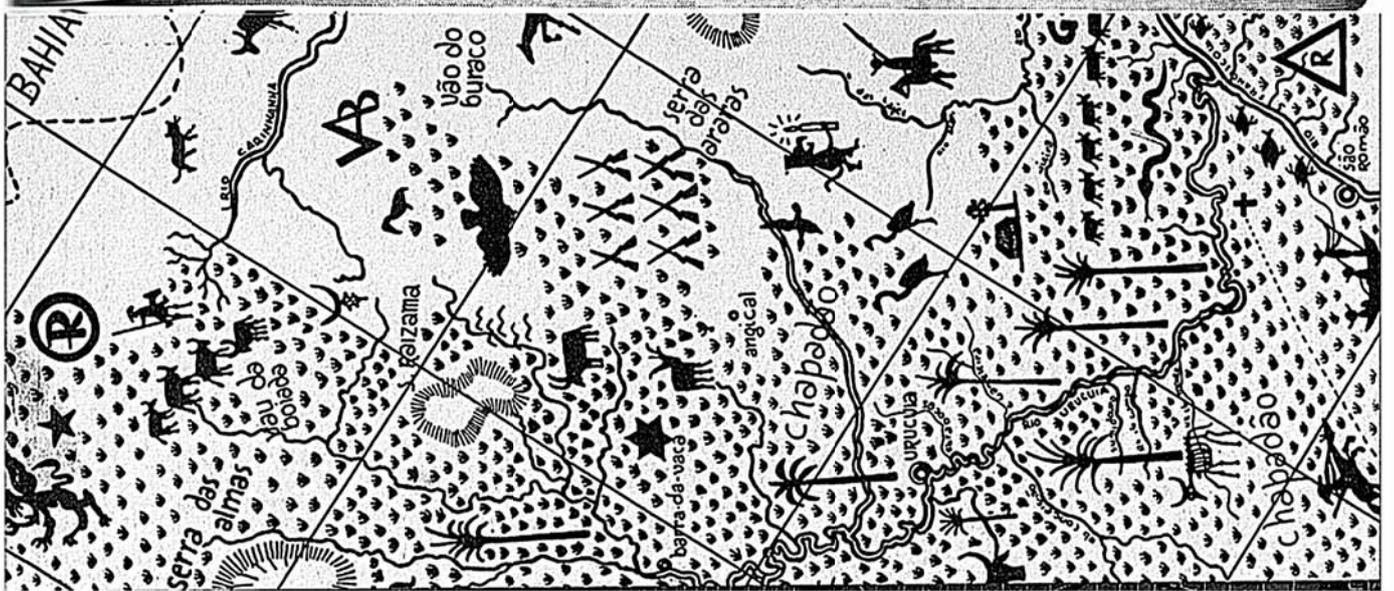
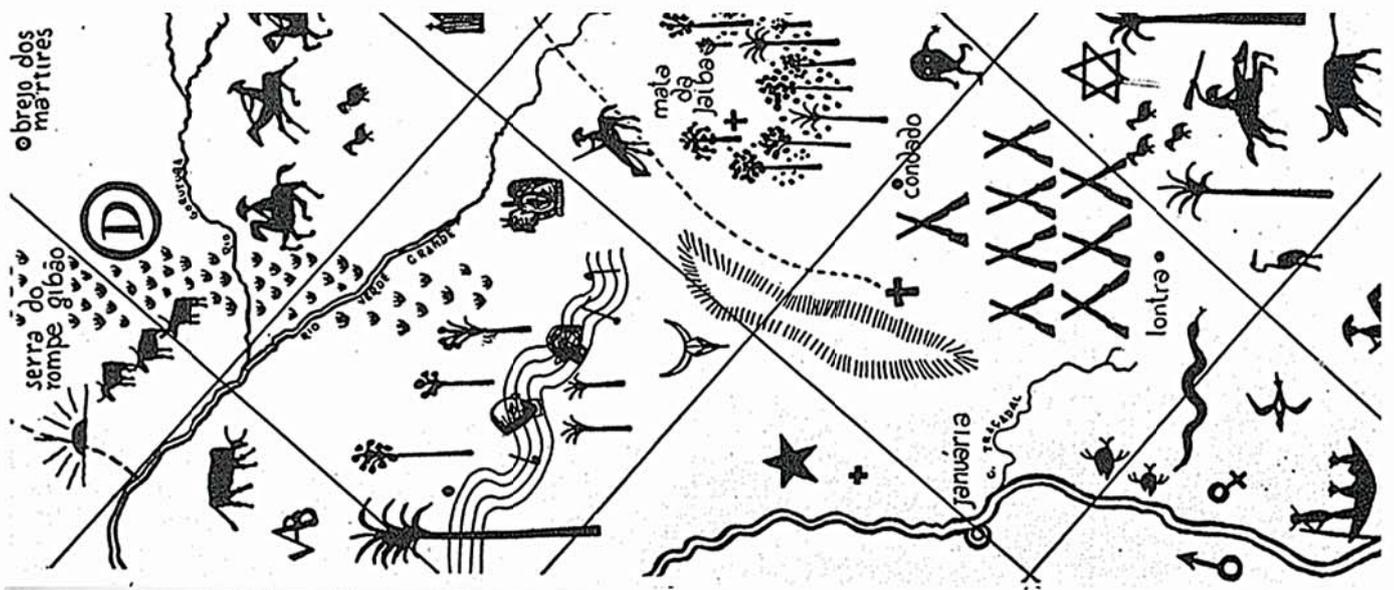
as suas pessoas dramáticas, dominando e sofrendo as paragens em que sua estirpe se diferenciou. E tinha encerro e rumo o que Euclides comunicava em seus superlativos sinceros. (idem p. 28)

Euclides da Cunha desenvolveu uma postura paradoxal diante da revolta de Belo Monte: se antes de escrever considerava a campanha “uma página vibrante de abnegação e heroísmo”, se referindo à marcha do exército nacional até Belo Monte (Canudos). Considerava um momento da história do Brasil em que deveriam ser *desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro e [descesse] a primitiva quietude sobre os sertões baianos*. Belo Monte faz uma margem com a heterotopia, conceito que será tratado melhor no capítulo seguinte, é uma utopia construída (na quietude) que se significa na diferença (desbaratamento) ao mesmo tempo em que se empodera no espelhamento de seu contexto, mas principalmente, significa um espaço real dentro de outro. Após uma participação *in loco* na campanha, Euclides da Cunha imprime uma atitude de culpa e lamentação, impactado pelas barbaridades cometidas pelos vencedores. Pelo que se autodenominou “mercenário inconsciente”, na figura de um narrador sincero e tocado pelo genocídio que assistiu:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História” (...) no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes. A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivenda parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. (...) Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo. ^{ES: p.01}

(...)o **gerais** corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova (...) O sertão está em toda a parte. (...) Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... ^{GSV:p.01-12}

Com uma narrativa montada a partir do chão, a caminhada cartográfica através de *Grande Sertão: Veredas* é envolvente, ela vai e volta, como a própria linguagem, linguagem essa que lhe afere uma autonomia sobre o próprio deslocamento. Em seu processo de mapeamento e experimentação, o descobrir do espaço fora dos nossos mapas e o atravessar de lugares visitados, revisitados e imbricados; é o fundamento da narrativa. Onde narrativa-mapa se transformam no próprio processo de mapeamento da experiência.



A linguagem do mapa é um processo que contém a comunicação. No risco do mapeamento as errâncias são propriamente os efeitos da subjetividade e a ressonância desse andar pelo “chão movente”. *Grande Sertão: Veredas* apresenta um sertão visto de dentro e indissolúvel, ritmado por um andar que contém um espaço que é lançado pelo tempo. A declaração de Poty¹⁶ a respeito da elaboração do mapa a que fora contratado, pela editora José Olympio, para elaborar de *Grande Sertão: Veredas* (para a 2ª. edição datada de 1958):

Foram quatro versões do mapa. O mapa era sempre o mesmo, mas as figuras, ele mudava: “*Essa pra cá. Tira mais um pouco. Acrescente esse diabo. Não, põe ali. Não, põe aqui.*” Ele me disse os elementos e eu compus: o diabo, a personagem feminina, a coruja.....O símbolo do infinito era só o que ele queria como ilustração, no final, além do mapa. Eu presumo que **o mapa é como se fosse um resumo do livro**. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA: 2006, p.34; grifo meu)

E assim surgiu uma rica ilustração com suas imprecisões, alegorias, natureza, movimentos, teatralidade e a profunda sensação de nomadismo que a estória de Riobaldo e Diadorim entrelaça no sertão e seus territórios. A ilustração de Poty busca captar as raízes estéticas e subjetivas do romance. Tomado como uma expressão de caráter fortemente simbólico, o mapa não inspira uma contextualização exata em sua historicidade, geografia e temporalidade, que Antonio Candido adverte o leitor:

Dobrados sobre o mapa, somos capazes de identificar a maioria dos topônimos e o risco aproximado das cavalgadas. O mundo de Guimarães Rosa parece dado pela observação. Aqui, um vazio; ali, uma impossível combinação de lugares; mais longe, uma rota misteriosa, nomes irrealis. E certos pontos decisivos escapam de todo. (CANDIDO: 1957, p.7)

O mapa de Poty sugere a experiência e lança a potência de estar na narrativa. Constrói uma imagem paralela aos fatos da narrativa onde passamos do espaço de contemplação para o de reflexão e resignificação. Territorializamos nosso tempo naquele tempo do homem do sertão. Um tempo não linear, um do acontecimento. Acontecimento sertão. E é precisamente através desses modos de fuga que o sertão escapa à geografia.

¹⁶ Ainda sem ter lido *Grande Sertão: Veredas* para fazer sua capa, Poty ouviu do próprio autor durante oito horas, sem interrupção, toda a estória do romance. O processo de manufatura do mapa foi uma parceria. O mapa de Poty, era parte integrante do romance (como dito anteriormente, era a orelha do livro) em suas primeiras edições. Durante muitos anos foi retirado da publicação e recentemente, novamente reincorporado a uma edição comemorativa.

Historicamente, a concepção do sertão é marcada pela dicotomia litoral e interior, ao tempo em que o senso comum que apoia-se na ideia de uma corruptela da palavra "desertão". Para Walnice Galvão tem sua origem na linguagem e sua etimologia consolidada em estudos críticos e ensaios acadêmicos que a tratam. A história da palavra sertão é assim resumida por Walnice em seu livro intitulado *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos* (2001):

A palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. (...) Nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de "interior", de distante da costa: por isso, o sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. (...) O vocábulo se escrevia mais frequentemente com c (certam, certão) (...) do que com s. (G. Barroso) vai encontrar a etimologia correta no Dicionário da Língua Bunda de Angola, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete muceltão, bem como sua corruptela certão, é dado como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de "mato", sentido corretamente usado na África Portuguesa, só depois **ampliando-se para "mato longe da costa"**. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeram-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário. (GALVÃO apud BOLLE:2004, p.48, grifo nosso)

Marco Paulo Fróes Schettino, pesquisador da ideia de vazão e sertão na literatura de Saint-Hilaire, faz uma leitura diversa:

Etimologicamente a palavra "sertão" deriva de "desertão", forma através da qual os portugueses do século XVI se referiam às áreas "despovoadas" de outros continentes, África e Ásia. Desertões também foram as áreas "despovoadas" do novo continente americano nas terras brasílicas, hoje sertões. Do latim clássico *Serere*, *Sertanum* ou trançado, entrelaçamento, embrulhado; *desertum*, o que sai da fileira, desertor, o que daí da ordem e desaparece; *desertanum*, lugar desconhecido para onde foi o desertor, **estabelecendo a oposição entre o lócus certo e o lugar incerto**. (SCHETTINO apud MARC ibid SENA, SUÁREZ: 2011, p.75)

O que permanece irrefutável é que desde seu uso frente às primeiras conquistas territoriais no período colonial brasileiro, o termo sertão não remete a uma localização geográfica específica, mas sim a uma zona vista como área de fronteira, de cruzamentos e separações ao mesmo tempo; é justamente nessas fronteiras imprecisas e amplas que se abriga seu forte enunciado. Em 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - deu início à coleção ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DE REGIÕES BRASILEIRAS, contribuindo no estudo dos diversos segmentos territoriais brasileiros. Uma vez lançado esse material, ficou emergente a abertura da agenda da pesquisa cartográfica no Brasil ao campo da literatura. O segundo volume desse projeto, denominado *Sertões*

Brasileiros, aborda o campo temático do sertão, numa mistura de pesquisa em história e geografia, através da literatura, espaço e tempo. Por se tratar de um Atlas, é composto por mapas, imagens e texto através das lentes geográfica, sociológica e literária. Na introdução do caderno *Sertões Brasileiros* essa nova abordagem fica evidente:

Um certo sertão, percebido como lugar de homens que amam a liberdade, mesmo estando em permanente fuga, lugar de buscas interiores, de perigos e descobertas. Lugar de paisagens belíssimas e inesquecíveis. Esse sertão, com o qual a região dos *currais da Bahia* esteve associada durante mais de um século, e que dela guarda várias características, está retratado em obras clássicas da literatura nacional. Talvez a mais clássica delas – *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa – seja também a mais emblemática dessa região. Estão nela presentes o rio, os chapadões, os jagunços, o gado, as grandes distâncias sem povoamento algum. (...) grande parte do *Grande sertão: veredas* espraia-se pelo norte de Minas e passa pelos *currais da Bahia*, **ainda que se possa sempre discordar da localização do sertão**. (ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS: 2006 p. 08, grifo nosso)

Se a primeira significação da palavra aparece com os portugueses nomeando as terras que se estendiam para além de seus acampamentos como sertão, derivou-se esse sentido para “terras desconhecidas, inexploradas, perigosas” e, finalmente, “terras ainda não colonizadas” (ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS, p. 11). Num primeiro momento da estratégia de ocupação e produção da coroa portuguesa, o indígena representava um dos grandes obstáculos ao desbravamento, submissão e conquista territorial desse sertão. Aos poucos o espaço sertanejo transfigura-se e ganha profundidade no século XIX, com o descortinamento de grandes extensões de terra no interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, e Mato Grosso; principalmente na busca de fabulosas riquezas das explorações minerais e na consolidação do processo de expansão territorial e de domínio do império português.

Sertão como já dito, não se relaciona unicamente com a dimensão espaço-temporal desse território, mas trata da ocasião onde uma ou mais culturas se encontram e se confrontam, é onde o princípio da incerteza e da dessemelhança habita. E desse encontro, nesse hibridismo que é de sua natureza, permanece sua dimensão abstrata é o que alimenta o mistério cósmico e a sacralização deste espaço, distópico, heterotópico¹⁷. A partir dessa

¹⁷ Os conceitos que serão aqui lançados de território, distopia, heterotopia; serão assunto no texto e nas perspectivas de análise no capítulo seguinte deste trabalho. Aqui aparecem no sentido de extrair elementos de destaque do pensamento.

ideia de encontro e de dessemelhança firma-se uma aproximação com a ideia do *outro* e apoia-se no entendimento do outro como um lugar de reflexão de sua própria condição. Assim, o outro é o lugar da reflexão, do questionamento sobre algumas práticas e ordenamentos sociais. Mantendo o conceito da terceira margem, seguimos na tentativa da superação de uma realidade binária (dicotômica) e tentamos entrar no pensamento da multiplicidade que conjuga essas formas de expressão e formas de reflexão. Se nas ciências chamadas “duras” o sertão é pensado como delimitação geográfica, suporte natural e componente biológico, aqui ele está na vida e na ação que a acompanha, na literatura rosiana ele representa uma sondagem de um espaço que produziu uma sociografia singular. Nessa perspectiva de entendimento de um espaço chamado sertão, um espaço de interação, um modo de subjetivação produtiva, construtiva, que fabrica uma localização. Esse território é sempre construído em cima de outro, de várias escalas sociológicas, psicológicas, geográficas. A produção de territorialidade produz e oculta discursos, processos culturais, devires.

Existe no sertão uma ideia de transformação, de um Brasil recalcado, uma ideia de país que tem uma fé mítica no progresso e que se mostra adepto de uma razão desenvolvimentista baseada na ocultação de cadáveres, como entendido por Michel de Certeau (2011) ao tratar do conceito de história na perspectiva da psicanálise. Para Certeau, buscamos vestígios históricos nos processos de construção de um discurso de cidade, vestígios de cadáveres que foram ocultados ou dissimulados, sucessivas camuflagens de processos culturais, sem sabermos ao certo qual o lugar Outro, quais os vestígios desse passado Outro, na produção de textos históricos.

(...) cujo recalco é o trabalho da tradição (ela dissimula o cadáver), mas cujos efeitos repetitivos são identificáveis através de suas sucessivas camuflagens (existem vestígios); garantia de encontrar, em qualquer linguagem, “fragmentos da verdade”, estilhaços e resquícios relativos a esses momentos decisivos, cujo esquecimento organiza-se em sistemas psicológicos e cuja reminiscência introduz possibilidades de mudança em um estado presente. (CERTEAU: 2011, p.75)

Para o autor, a história é construída através desses encontros com “fragmentos de verdades”, verdades que apoiam-se no recalco para emergirem, algo quase levado ao esquecimento mas que deixa indícios, pois “o recalco se sintomatiza”. Impulsiona também a maneira de se dizer e construir a história e a memória. Esse contraste entre pensar uma abordagem de história (relembrando o que já foi colocado por Certeau enquanto o papel da

literatura nesses processos de leitura histórica) e acessar uma narrativa do Outro, ou como para Certeau, do ausente; faz pensar nas implicações políticas que estão subjacentes ao conteúdo das narrativas. Considerando que o escritor é o que fala sobre o Outro, há aí uma questão de alteridade. E pondo esta fala em dúvida reconhece-se que falar pelo ou sobre o outro é em si um discurso de poder sobre esse Outro, portanto toma-se a narrativa como um ato político que é. Assim, questiona-se a autoridade de quem fala pelo outro e traz-se à tona a discussão do papel político nessa construção de um discurso quando entendemos que *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta* (FOUCAULT: 2011 p. 10) e que, portanto, produz uma prática. Sobre a dimensão da memória e a noção do presente nos processos de produção da verdade e da história, Walter Benjamin assinala: *Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são chamados bens culturais* (BENJAMIN: 1994 p.225).

Certeau e Benjamin postos aqui lado a lado nos ajudam a aproximar duas ideias – recalque e cortejo – para a disputa discursiva da produção de memória e história. Para este trabalho, ambas as ideias participam do que está sendo dito sobre sertão, discurso do sertão e produção de Brasília e entender que o presente também trabalha na reinvenção de seu passado. Os recalques não estão apenas na fortuna literária de Euclides da Cunha, ou na experiência dos bandeirantes, estão nos Outros de Brasília, seus sertanejos-candangos-índios e de como se diz a construção e a cidade.

O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece, debaixo da gente...Travessia perigosa, mas é a da vida. ^{GSV: p.57}

O recalque do sertão na terceira margem com Brasília deve muito ao pensamento de utopia, e faz essa utopia estremecer. A produção de verdade para a construção de um projeto de utopia foi tão forte, emblemático de uma vitória do homem moderno, que a figura do candango, depois de um passado de subordinação e assujeitamento torna-se é fictícia e folclorizada, mas na maioria das vezes ocultada. Na contemporaneidade, falar de limites e bordas é falar na entrelinha, nessa terceira margem, da transformação. Essas relações paradoxais entre as cenas modernas e a vida tradicional são intrínsecas à *própria concepção de modernidade, o moderno não apaga o resto, mas deixa sobras, vestígios,*

rastros; e esse resto, na medida em que brilha intensamente a luz da modernidade, ela se expande para as bordas e beiradas ampliando sua área de iluminação até bordas antes sombreadas. Nesse processo desocultam-se certos cadáveres de outros, do pouco explorado. O contraste torna-se um fato da modernidade. E o lado antagônico produz assim suas próprias cintilações.

Dentro desse contexto de modernidade, há a questão do diálogo entre as classes sociais, nessa problematização de utopia, modernidade, sobras e restos. Os elementos de composição dessa difícil aproximação entre sertão e modernidade tomam papéis invertidos, também. Quando o sertão e seus pastos carecem de fechos, ele supera uma simbólica posição, localização e amplia seus domínios para o antagonismo de cultura, de discurso, de poder.

Nesta busca por enunciações coletivas da ideia de sertão, narrativa, história, e tateando através da semiologia; a obra de Guimarães Rosa *Grande Sertão: Veredas* é uma lente de aproximação daquilo que foi dito, da linguagem que deu forma de expressão ao sertão e que marcou a literatura brasileira. No livro não se trata unicamente de uma aproximação a um sertão, mas de um batismo contínuo, no qual o “poder do lugar”¹⁸ põe em prova sua capacidade de atravessá-lo. É ao mesmo tempo atravessamento e travessia.

O sertão é uma utopia? É uma distopia? Heterotopia? Porque até mesmo para dar fôlego às relações paradoxais entre a cena sertaneja e as transformações físicas, culturais e sociais que o Brasil vinha acumulando, o sertão é tratado como uma sociedade senão em perfeita forma – mas num não-lugar onde se inventa uma civilização de certa forma imaginária, heroica; um lugar “legítimo” e “leal” que está às vésperas de assistir seu enterro:

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. ^{GSV:p.9}

¹⁸ Antonio Candido, em citação na publicação da instalação de Grande Sertão: Veredas para a inauguração do Museu da Língua Portuguesa, em março 2006 comenta: *A impressão que eu tinha é que não só a coisa é flutuante no plano psicológico, mas também no plano geográfico (...). É intransponível, mas de repente é transponível. É mais um deserto simbólico que um deserto real. Ele ser ou não transponível não depende da realidade geográfica, depende da força psicológica de quem está ali.*

que SERTÃO é ESSE?

plano de notas:

#1

Sertão é uma ideia. Ideia que começa na palavra, experimenta seu deslocamento - na literatura, na geografia, na sociologia - rumo a um conceito. Mas aqui, talvez, volte a ser uma ideia de sertão. Fala de um lugar que não é preciso... um lugar que nesse trabalho insiste em permanecer impreciso, mesmo quando se monta um recorte espacial bem traçado para falar dele. Um lugar nunca é muito preciso para não correr o risco de cair na ficção demais.

#2

Sertão é dentro. Para este trabalho, o sertão enquanto ideia não se ocupa dele mesmo, não é uma representação de um “todo” que se completa num sentido – sentido de sertão. Está dentro de algo outro, não do mesmo. Entender o sertão a partir da cidade e a cidade a partir do sertão. Portanto esse algo outro, o sertão que falamos, está na cidade. E o sertão, mesmo estando dentro, consegue conservar uma autonomia de sentido e de fluxo. É uma resistência em relação a uma produção de cidade e a uma produção de imaginário de cidade, a uma produção de subjetividade. É uma resistência articulada pela diferença atribuída ao sertão, seja ele o sertão geográfico, o social, o mítico.

#3

Sertão se movimenta na terceira margem do rio. Esse sertão mantém relações estruturadas em torno de sociografias singulares, de contraste. É uma geografia não ocupada, são espaços de ausência de um modelo de cidade, são afastamentos e aproximações de margens e mapas produzidas por nossa ideia de cidade e nossa ideia de sertão. Modo próprio de matizar o contraste entre imaginários, mas não de oposição. Mas essencialmente a não inserção num *modus operandi*.

#4

Sertão aqui é um espaço para reinvenção das nossas próprias ideias de sertão. Ele vem emprestar um diálogo para falar de urbanização, falar do urbanismo. O sertão para enxergar algumas invisibilidades do cotidiano. O sertão enquanto o espaço inadequado.

#5

Quais são as categorias de um lugar impreciso? Como falar de sertão sem descrevê-lo? Sobreviver a uma experiência



CIDADES,
FRONTEIRAS,

UTOPIAS/DISTOPIAS/HETEROTOPIAS

Vou agora escrever uma coisa da maior importância: Brasília é o fracasso do mais espetacular sucesso do mundo. Brasília é uma estrela espatifada. Estou abismada. É linda e é nua. O des pudoramento que se tem na solidão. {...} Quero que me convidem a participar dessa aridez luminosa e cheia de estrelas.
{...} Brasília ficção científica –
futuro que aconteceu no passado.

Brasília - Clarice Lispector

espaços simbólicos de conquista

Para Deleuze e Guattari não há um “conceito simples, todos os conceitos tem componentes”, nesta parte do trabalho iremos observar mais atentamente a constelação de conceitos que foram lançados no capítulo introdutório, lançados como palavras simples, e que não o são: territorialização, devir, território, distopia, desterritorialização, utopia, heterotopia, reterritorialização. Foram lançados assim àquela altura de modo a sensibilizar o olhar, sensibilizar uma leitura dessas palavras bárbaras. Essas palavras bárbaras surgem para engrossar e contribuir no debate acerca de produção de espaços, espaços simbólicos. Espaço simbólico está aqui entendido dentro do campo de construção social – de disputa simbólica, resultado de um imaginário – abraçado pela amplitude dessa noção. O simbólico está dentro da maneira como percebemos nossa ação cotidiana, estando ela inserida ora em uma velocidade racionalizada do fluxo econômico hegemônico do espaço, ora estando na lentidão e no contraste à esta aceleração contemporânea, estando enfim, nos modos de produção de imaginários de experiências urbanas.

Tentar entender modos de falar de alguns espaços simbólicos de conquista é falar da territorialização que afeta espaços e corpos, procurando foco dentro de uma *lógica diferente* daquelas regidas pelos espaços hegemônicos, tentando entender a lógica de agenciamentos¹⁹, constituídos de multiplicidade de formas, que se identificam com a territorialidade que os envolve. Estes espaços de conquista serão aqui engendrados por uma aproximação da história de Brasília e da construção de um espaço chamado Brasília, dentro do campo simbólico articulador das ideias desta pesquisa – o sertão. Neste trabalho se pretende abordar principalmente a construção e a transformação de uma cidade diante da construção e atualização de uma memória coletiva, desses acontecimentos, e não enquanto um surgimento ou acontecimento preso ao passado. Compreendemos também que a gestação e a atualização da ideia de sertão, no discurso e no processo de formação de um pensamento social, econômico e político, criou condições de verdade, e portanto, *condições*

¹⁹ A noção de Agenciamentos se inicia nos meandros do pensamento de Michel Foucault, mas Deleuze e Guattari lançam esse conceito de modo mais formal. É um conceito que preexiste a partir de uma dupla articulação: Agenciamentos coletivos de enunciação (regimes semióticos, regimes de signos) e Agenciamentos maquínicos, o que se faz (ações, exercícios, paixões). *Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. (...) Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de desterritorialização que o impelem.*

*de possibilidade*²⁰, sobre o espaço ideológico e utópico de elaboração de sertão, de Brasília. Foucault trata do acontecimento enquanto um transbordamento das condições de pensamento que permitiram existir um discurso de saber e poder sobre o espaço, sobre os corpos, sobre os signos, que desencadeiam acontecimentos. O discurso, para Foucault não possui foco no significado e sim no significante, portanto, na modulação do imaginário. O discurso se reproduz “de” e “para” o represamento desse imaginário, que vai se perpetuando em potências de ação, acontecimentos.

As condições de possibilidade elaboram o acontecimento, represa desses múltiplos discursos. Há uma positivação do discurso quando está embutida a ideia de condições de possibilidade, já que o discurso trabalha na realização de algo – o discurso gera uma prática. Para dar um entendimento do sentido que está aqui sendo posto, alguns exemplos. O discurso sobre o sertão fez assistir um massacre sobre o arraial de Canudos, como veremos adiante. A fala sobre o sertão de Guimarães Rosa foi feita num período onde já se andava na esteira dos acontecimentos e agenciamentos herdados pelo Manifesto Pau-Brasil e a Semana de 22, e sua elaboração de questões políticas e estéticas sobre o campo das artes influenciaram o chamado regionalismo, que seguiu ressoando, “rompendo rumo”, no experimentalismo e em uma renovação da linguagem. Assim como esse modo de pensar o sertão foi uma das condições de possibilidade que colaborou para que Brasília fosse concretizada; o discurso do sertão, da utopia, o modernismo, o populismo, foram algumas das condições de possibilidade da construção de Brasília.

E essa positivação carrega em si uma potência de espacialização, uma organização temporal e espacial e uma espécie de poder em relação aos corpos que emergem dessa positivação. Sendo isso, entendemos que o enunciado discursivo de sertão, dentre outras condições, foi fundamento para a elaboração de uma concretização de discurso de Brasília. A sugestão da ideia de condições de possibilidade compreende que não há núcleos de significados nos discursos, mas sim possibilidades de verdades no emaranhado deles.

Neste texto, a ideia de território e de des-re-territorialização caminha junto com a de produção de utopias, distopias, heterotopias, usando para isso, para dar a sugestão de movência de produção, o conceito da terceira margem. Os conceitos de território,

²⁰ No entendimento foucaultiano do princípio regulador da análise do discurso estão inscritas as noções de inversão, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade (melhor compreendido em *A Ordem do Discurso*).

territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão compreendidos a partir do pensamento filosófico de Deleuze e Guattari, seguindo o esforço de trazê-los para o entendimento espacial das formas de produção de espaço, de agenciamentos e nas estratégias de enfrentamento destes agenciamentos na produção e ocupação deste espaço que aqui, será delimitado pelo espaço de Brasília.

A partir do entendimento desta bibliografia, pretende-se emprestar significado a processos históricos que servem de diapasão, no sentido de sintonizar maneiras de falar da produção e da reprodução do processo de ocupação e da territorialização de uma cidade em “ritmo civilizatório”. Tal processo será explicitado em algumas práticas e circunstâncias que se deram na representação de um modelo de cidade formal, pela construção de Brasília, em outros momentos essas práticas se alteraram buscando outros sentidos para essa ideia de cidade formal, na invenção de vários territórios, com vários investimentos frente a uma “urbanização desurbanizante”. A partir desse deslizamento seguimos “perseguido” o fundo, no fundo dos símbolos de cidade. Para nós ali se encontra o sertão, em Brasília. O sertão nas raízes sociais e espaciais de Brasília.

O sertão imbricado em Brasília é ao seu próprio modo, diferente de modos outros urbanos, quando outras cidades imbricam-se com o sertão. Certamente, a fala sobre sertão atravessa e problematiza outros lugares, pois como dito anteriormente há uma relação com esse modo de dizer sertão em incontáveis espaços no Brasil; mesmo Euclides da Cunha fala das cidades e fronteiras amazônicas, em expedição à Amazônia, colocando-se como observador, pensador e escritor dos “territórios abandonados” da nação, desses sertões; ou da publicação da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), de 1838, que narra a aventura de um bandeirante conhecido como Muribeca que ao se embrenhar pelos sertões encontrou supostas cidades perdidas, de civilizações antigas.

Esta pesquisa debruça-se sobre esse imbricamento sertão-Brasília por entender que, sem o sertão, Brasília não teria sua potência de discurso, seu papel simbólico, sua inventiva imaginária de maneira tão reafirmada e legitimada. O devir Brasília parte de uma “invenção” do sertão e de seu martírio, onde ele é revertido, superado pelo moderno.

Mas sempre deixando suas margens, vestígios, indícios, é o rio-rio-rio e seu *demoramento*. E para nos movermos por essas margens, terceiras, e nos deslocarmos numa forma de entender uma coisa em outra, voltamos aos conceitos e às palavras bárbaras. Como dito no início deste trabalho, partimos da consideração de que as palavras não

remetem a objetos cujos sentidos estão fixos e estáticos, mas ao contrário, as palavras contêm expressões historicamente variadas, formam ideias e conceitos e estão sempre em uma disputa discursiva. Chamamos especialmente algumas palavras de performáticas – como sertão. Propusemos deslocar, retirar de seu lugar-cânone da literatura, de seu território firme, para atravessá-lo pela experiência urbana, em outros termos de seu tradicional uso e criar novos territórios da linguagem em outras margens, e chegar a Brasília. Nesse movimento de transplante e exercício teórico, vamos aos poucos colar outros conceitos a essa inscrição do sertão em Brasília: território, utopia, distopia, heterotopia, des-reterritorialização.

territorialização

desterritorialização / reterritorialização
agenciamento nomádico
espaço existencial

utopia

locus do moderno/ civilização e cultura/
centralidade do Estado

distopia

espaços marcados por ausência/
categoria "entorno"/
arranhão no projeto utópico

heterotopia

espaços outros
exceções / alternativas espaciais

Com as palavras bárbaras postas, faremos uma calibragem dos conceitos que estão sendo interpelados nesta discussão. Trazemos tais conceitos para o interior dessa discussão porque não temos a intenção de contemplar Brasília sob sua perspectiva de idealização de projeto utópico. Buscamos a movência das ideias, dos discursos, dos territórios, das

peças. O entrelaçamento desses agenciamentos e acontecimentos, uma inesgotável fonte de inovação. Entendemos que para uma melhor compreensão de conteúdo, que (a palavra bárbara) território seja a mais latente por ser um conceito com desdobramentos importantes de criação filosófica, com formas particulares de pensar e criar uma abordagem geográfica no interior desses conceitos.

.....do território e do devir.....

O território surge como um produto (ou processo) de uma territorialização, para Deleuze e Guattari, num movimento onde “os afetos se atualizam na invenção de um território” (GUATTARI, ROLNIK: 2005 p. 9). O escopo teórico que nos faz entender afeto aqui também se relaciona com os autores supracitados, quando entendemos que o afeto é um exercício de poder. Trata-se do poder de afetar e ser afetado, num exercício inter-relacional. Nesse movimento de territorialização, encontramos essas forças de afeto que se pressupõem num diagrama recíproco de agenciamentos – forças de afetar e forças de ser afetado - e através dessa captura se constituiu um território. Esse território está formado a partir de uma construção da nossa experiência empírica, a partir dos modos que temos de pensar e ver o mundo, tudo isso agentes que condicionam a formação de nossa subjetividade.

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK: 2008, p. 29)

O território é o reflexo de uma relação, não implicando um espaço físico geográfico específico, mas sim, um valor existencial. Esse território existencial não o circunscreve a um fechamento espacial. A nomeação desse espaço enquanto território é o movimento pelo qual ele se territorializa, numa operação de tomada de posse, de domínio, de permanência; sendo indissolúvel o investimento material do afetivo, para o movimento de territorializar. O nômade procura pelo espaço liso, pelo território aberto, pelo espaço não regulamentado da cidade. O território como tratado em Mil Platôs mantém uma ambivalência em relação a

terra – considera-se o espaço liso, o nomadismo (em oposição a uma correspondência sedentarizada), as relações com os aparelhos de Estado²¹ e o regime de propriedade sobre ela, a terra.

O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afetos, mais que de propriedades.(...) O espaço estriado, ao contrário, é definido pelas exigências de uma visão distanciada: constância da orientação, invariância da distância por troca de referenciais de inércia, junção por imersão num meio ambiente, constituição de uma perspectiva central. (DELEUZE & GUATTARI: 1997, p. 185 e p.205)

O que se diz para a territorialização, diz-se para o movimento de desterritorialização, “o movimento pelo qual se abandona” o território numa linha de fuga de sentidos. E a reterritorialização acompanha o fluxo, vai se territorializar outra vez, em outro espaço, são conceitos que se repetem com “circularidade”, porque não é o retorno ao mesmo. Uma repetição e uma diferença – o regressar já entendido como um novo partir.

Seria preciso, inicialmente, compreender melhor as relações entre desterritorialização, território, reterritorialização e terra. Em primeiro lugar, o próprio território é inseparável de vetores de desterritorialização que o agitem por dentro: seja porque a territorialidade é flexível e “marginal”, isto é, itinerante, seja porque o próprio agenciamento territorial se abre para outros tipos de agenciamentos que o arrastam. Em segundo lugar, a desterritorialização, por sua vez, é inseparável de reterritorializações correlativas (...) participa a um só tempo de formas diversas. (D&G: 1997, vol.5, p.225)

A cidade se torna um campo de disputa: de onde vem a ocupação de uma área, vem o controle daquela área e conseqüentemente um fluxo de saída e reocupação e reinvenção de produção de território.

Dentro do pensamento da filosofia, o conceito de território e os processos de desterritorialização e reterritorialização são importantes ferramentas para o entendimento não apenas de questões filosóficas enquanto práticas sociais e na construção de um projeto político de interpretação dos desejos, do potencial da criação e da produção de subjetividade. É possível pensar para Brasília vários fluxos que contemplam processos de

²¹ Aparelhos de Estado, termo cunhado por Deleuze e Guattari que diz respeito aos aparelhos de captura do Estado, que buscam estriar o espaço, controlar o nomadismo. Instaurar um processo de captura dos fluxos, intensidades e afetos. O Estado busca sempre controlar o espaço, organizar a vida. Ver mais em Mil Platôs volume 2.

desterritorialização e reterritorialização, nomadismo; a dificuldade repousa no recorte o qual trará experiências repletas de singularidades e enunciamentos.

Assim como VER as palavras é um olhar sobre algo, uma forma de ver algo, VER um recorte, destacar esse recorte para análise o torna um recorte relacional, relativo de uma experiência. As escolhas tomadas para esta pesquisa foram relacionais com as questões compreendidas aqui enquanto território e os processos des-reterritorializantes, de Brasília. Ao se elencar Brasília enquanto fragmento de entendimento e operacionalização da ideia de sertão no campo de produção de cidade, acionamos o mito utópico de cidade modernista que, pragmaticamente, nos conduz a outras expressões adjacentes à utopia – distopia e heterotopia. De certa maneira, esses termos juntos: utopia/distopia/heterotopia parecem criar um tipo de simbiose (urbana) numa relação de afeto, de produzir afetos e afetar outras forças, e como já dito, numa dimensão inter-relacional e seu exercício de poder. Atuam juntos, referenciam-se mutuamente, estranham-se, dialogam em suas dessemelhanças, organizam-se paralelamente e expõem-se à explorações filosóficas. Aqui a hipótese se trata de entender que esses três conceitos: utopia/distopia/heterotopia alimentam e imbricam-se com o paralelismo espacial da [te-des-re] territorialização e de devires de territorialização.

Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça, seja de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Tampouco dois termos intercambiantes. (...) Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos.

Devir é um conteúdo do desejo, desejar é produzir devires. Uma falta de movimento não atuante como suporte para a territorialização não faz encontrar um território existencial. Mas por vezes, pela sua oportuna negação, cria a própria consistência do real que gera, em si, seus desejos de abstração, de fuga, de reinvenção. O devir assim atua no território que está em vias de desterritorialização, em seu movimento de travessia – e está no movimento de reterritorialização, na produção de um novo arranjo.

O devir atua como um desejo, e o “desejo como produção do real social” (ROLNIK), ao tempo em que produz marcas (políticas, éticas) sendo essas marcas capazes de adormecer em um momento e de reativar num seguinte. São movimentos que reverberam quando postos em circulação e quando encontram “ambientes por onde encontra ressonância”, ganham potência. Esses movimentos de devir quando reverberam, se

atualizam, criam novas conexões, ostentam novos esforços e propõem revoluções, o desejo “é revolucionário porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos” (ROLNIK). Os devires se encontram no pensamento da utopia, da distopia e da heterotopia; que são estados de diferença, mas que em comum instauram um campo para uma criação, uma abertura de devir.

.....da utopia.....

A utopia da cidade modernista é tema mais que explorado por farto material de crítica e teoria do pensamento social e urbano. A palavra utopia e sua noção tem um longo percurso na história ocidental e foi objeto de pesquisa na tese de Adriana Caúla²², surgiu na literatura em 1516 por neologismo de Thomas Morus, segundo pesquisadores:

O prefixo grego da palavra é considerado por alguns autores como **ou** - que tem sentido de negação enquanto outros consideram o prefixo como **eu** - que tem sentido positivo (significando o que é bom). Outros autores ainda consideram as duas possibilidades, uma junção dos dois prefixos, ampliando a significação e tornando a palavra paradoxal. (CAÚLA: 2008, vol1 p. 6)

Ao longo da história utopia adquiriu deslocamentos temporais, sendo situada no futuro, “associação estreita com a ideia de progresso” (CAÚLA: 2008), e demonstração de racionalidade. No século XIX:

(...) houve a maior ampliação de significados e complexidade de empregos de utopia após sucessivas revoluções (primeiro liberais e depois sociais). Utopia tornou-se um nome comum e levado a sério, despido de toda sua origem crítica, irônica e bem-humorada como fora apresentado inicialmente por More. (...) Foi então que a palavra se politizou, sendo associada às teorias sociais, o que fez com que a carga pejorativa fosse fortalecida. “Irreal”, “esquema ficcional” e “irrealizável” passaram a figurar como definições constantes incluídas na maior parte dos dicionários. Foi neste início de período industrial, que as teorias começaram a se tornar modelos e a serem tomadas como base para a construção e estabelecimento de comunidades isoladas.(p. 12)

Nesta abordagem sobre utopia é onde situamos o discurso de Brasília, o discurso de uma cidade ideal do século XX, que expressa o poder e a beleza da tecnologia moderna, e onde pulsa a justiça social. Três planejadores urbanos, foram aqui destacados por se debruçaram sobre essa agenda: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright e Le Corbusier; para

²² Tese defendida em 2008 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA denominada “Trilogia das utopias urbanas: urbanismo, HQ’s e cinema”.

eles a sociedade precisava de um novo modelo de cidade onde a crise moral, social e urbana seria ultrapassada e desencadearia na reconstrução da sociedade industrial. Enquanto teóricos do urbanismo, Howard, Wright e Le Corbusier chegaram a elaborações diferentes baseadas em suas próprias teorias sociais, mas todos criaram um domínio de conteúdo que influenciou e lançou novas pretensões teóricas para o campo do urbanismo. De maneira breve, iremos elencar o pensamento dos arquitetos para, mais a frente nos determos com maior atenção às condições de possibilidade de Brasília e aos desdobramentos do ideal utópico de planejamento urbano modernista.

Ebenezer Howard contribuiu com o conceito de cidade-jardim, com um plano de descentralização urbana e cooperativismo socialista, Howard pretendia construir novas cidades no interior da Inglaterra, cidades cuja propriedade do solo urbano seria coletiva. O modelo da Cidade-Jardim surgiu com um diagrama fechado: uma praça central, avenidas radiais e a zona industrial localizada periféricamente. Compreendia uma área de 2400 ha, sendo 400 destinados à cidade propriamente dita e o restante às áreas agrícolas; sendo que no centro, estava prevista uma área de 2,2 ha de jardim, adjacentes a ele os edifícios públicos e culturais. A ideia era que a Cidade-Jardim fosse um conglomerado de cidades nesse modelo, ligadas por um eficiente sistema de transporte.

Frank Lloyd Wright trabalhou um modelo que se opunha ao cooperativismo de Howard, onde na verdade era idealizada uma nação de indivíduos. Sua cidade planejada, chamada *Broadacre City*²³ desembrulhava a ideia de descentralização em pequenas comunidades para a individualização de inúmeras propriedades familiares em lotes de no mínimo um acre. A proposta desintegrava as cidades médias e grandes e propunha a cidade contínua, descentralizada, sem fronteiras, a solução absoluta através do esquadramento territorial. Elaborava uma crítica à cidade industrial e à especulação do mercado habitacional.

Le Corbusier talvez seja considerado a grande personalidade teórica que influenciou a utopia arquitetônica e urbanística de Brasília. Planejou duas cidades ideais que serviram

²³ *Broadacre City* é lançada inicialmente por Frank Lloyd Wright em 1932 no livro *The Disappearing City*, apresentada em forma de uma maquete hipotética de 10km² em 1935 e retomada no livro *The Living City*, de 1958.

de base teórica para as discussões dos CIAM²⁴ e sua influência sobre o desenho de Brasília é inegável: Uma Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes (1922) e A Cidade Radiosa (1930). Le Corbusier acreditava que seu modelo para a cidade industrial representava soluções universais para as cidades contemporâneas: cruzamento de vias expressas, unidades de moradia, zonas de recreação, prédios administrativos, monumentos civis: tudo num terreno perfeitamente plano, intocado pela natureza ou pelo homem. A proposta de *tabula rasa*²⁵, como um experimento de laboratório, isolada de qualquer contexto.

Tais exemplos de utopias urbanas traçam características comuns entre si, são narrativas discursivas que compartilham historicamente alguns códigos e percursos. Os autores aqui elencados, tomados como exemplos pela grande visibilidade dentro do campo do urbanismo, compartilham signos que certamente compõem a concepção do plano piloto de Lúcio Costa, assim como de vários outros urbanistas brasileiros. Howard, Wright e Le Corbusier caracterizaram suas utopias por desenhos geométricos rígidos, sobreposição desses elementos geométricos por repetição e simetria, proximidade e forte relação dos elementos urbanos com o signo da natureza e uma área de proteção natural próxima ao perímetro da cidade, elementos centrais de foco cívico e justapostos com o sistema de transporte.

O projeto totalizante de Brasília representa um modelo dogmático de uma cidade-CIAM, filiada a trabalhos progressos de Le Corbusier. O capítulo "A civilização que avançará na capital aérea e rodoviária" discutirá melhor os princípios modernistas de filiação corbusiana discutidos dentro das reuniões do CIAM e como Le Corbusier lançou a ideia da Cidade Contemporânea em projetos e artigos. Neste momento cabe apresentar Brasília dentro do discurso de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer como veículo de controle estatal de uso da terra, com diretrizes urbanísticas de regulação da força da especulação imobiliária, limitando os interesses da propriedade privada e restringindo a construção em áreas

²⁴ Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna /1928-1956. O tema do *habitat* (habitação social) e da cidade funcional, tidos como centrais nas discussões dos Congressos, emergiram em um contexto de reconstrução das cidades europeias no pós guerra e de grande avanço industrial e tecnológico.

²⁵ *Tabula rasa* é uma expressão do latim que significa "tábua raspada", tem o sentido de que o terreno está em branco, não há singularidades existentes. O conceito de *tabula rasa* sugere que a cidade está além do sujeito, e que pode ser manejada conforme interesse dos planejadores urbanos, esse conceito é fundamental na compreensão de metodologia do ambiente arquitetônico e urbanístico modernos.

públicas da cidade. Tal discussão, centrada no debate entre interesses privados e públicos se engaja nas questões urbanísticas dos CIAM. Acerca desse objetivo o relatório do plano piloto de Brasília de Lucio Costa sugere controle da estratificação social, em seu item 17:

E seja como fôr, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a **totalidade** da população. (grifo do autor)

É uma mudança exemplar que demonstra o paradoxo no qual Brasília estava fundada: paradoxo entre as condições históricas brasileiras e o imaginário modernista. E exemplarmente inverte essa noção ideológica desde sua construção renegando-a desde o início de sua materialização, acabando por promover uma negação de um futuro experimental ao mesmo tempo em que hospedou um experimentalismo ao avesso, reativo, territorializando distopias, territorializando heterotopias, imbricando a ideia de sertão nesse movimento. O projeto utópico de Brasília além de rejeitar processos sociais e traços culturais brasileiros, supunha-se instaurador de uma identidade sociológica de exemplar excepcionalidade e exterioridade. Modelo este aplicado em contexto *desistoricizante* (HOLSTON), de alteridade radical socialmente, politicamente e arquetonicamente.

Embora tenha sido concebida para criar um tipo de sociedade, Brasília foi necessariamente construída e habitada por outra – pelo resto do Brasil, que se pretendia negar. O desenvolvimento social de Brasília é impulsionado pelas tensões e contradições entre as duas sociedades. (pág. 30)

A perspectiva de distopia/heterotopia aqui é situada no núcleo de outro paradoxo, utilizando de duas formas de leitura: a distopia que fala sobre o que é usualmente colocado enquanto uma atualização ou percepção acerca da criação da realidade de um projeto utópico, distopia vira a experiência do projeto utópico diante de uma realidade dada, que aponta para inadequações e diversas problematizações. A segunda leitura utiliza de outra dinâmica, outra acumulação dessa realidade, baseada numa bibliografia foucaultiana do conceito de heterotopia, que articula sobre *Outros Espaços*²⁶, espaços que desafiam ou

²⁶ Título do texto de Foucault melhor abordado nas páginas 58-59.

contestam aquele no qual vivemos através de relações transversais de resistência ou oposição que reestratificam, encontram, fabricam novos nós.

Ambos os conceitos, distopia e heterotopia, atuam historicamente em literaturas de múltiplas áreas e expõem experiências alternativas, tanto em relação a diferentes formas de sociabilidade quanto a formas de gerar espaços e produzir suas cotidianidades.

Se utopia como entendido como um projeto futuro de sociedade, distopia e heterotopia são conceitos que tratam da história do presente, do atual, através de uma justaposição de faces visíveis de desterritorialização, territorialização, imaginação, de associação e de nossa capacidade de leitura e de problematização dos olhares construídos com e pelos processos de observação, memória, experiência, esquecimento, elaboração, identificação, etc.

.....da distopia e da heterotopia.....

Quando se fala em distopia²⁷, esta deve ser entendida menos enquanto uma utopia que deu errado, como empregada muitas vezes. Nesta pesquisa, não se trata de situar a distopia em plano a-histórico num quadro definido de resultado, mas de buscar percebê-la dentro do funcionamento de um projeto utópico para grupos específicos, em ações que produzem particularidades e alteridades.

A distopia acontece na disputa dentro da vibração utópica ou na disputa pelo que está circunscrito a uma identidade utópica (e portanto dentro de uma dimensão histórica). A problemática do que está “mal colocado” no sistema de produção de subjetividade da utopia se dá numa reapropriação heterogênea e relacionada ao outro, à alteridade – uma diferença a partir de algo. Para alguns autores que se debruçaram sobre o tema utopia/distopia²⁸, cada utopia carrega em si uma distopia implícita - quer seja a distopia do *status quo* ou aquela encontrada quando a utopia corrompe a ela mesma. Convém reforçar a ideia de que a distopia encontra-se na apreensão das condições do projeto utópico e nos modos de pensar a relação entre esses enunciados e a criação de uma realidade.

²⁷ É importante ressaltar aqui que nossa abordagem sobre distopia difere de uma apresentação histórica do conceito, baseada na formulação de “anti-utopia”, onde distopia é trabalhada diante da perspectiva de negação da utopia, onde significa 'lugar ruim'.

²⁸ GORDIN, Michael, TILLEY Helen, PRAKASH, Gyan (orgs). Utopia/Dystopia: Conditions of Historical Possibility. United Kingdom: Princeton University Press, 2010.

A distopia e as condições de possibilidade derivam em práticas descontínuas de organização espacial. Sobre condições de possibilidade e o jogo discursivo, Foucault afirma que o discurso não é uma representação simbólica, mas se produz aleatoriamente ao mesmo tempo em que é contextualizado; essa afirmação se aproxima do pensamento procurado aqui para distopia, que busca não a distopia dentro do discurso da utopia, mas fora dele nos seus acontecimentos, tornando-a inseparável e em troca mútua com a produção objetiva e subjetiva de cidade e de seu espaço urbano.

(...) não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras." (FOUCAULT: 2011, p.53).

Explorando essa diferença entre os dois conceitos, há uma reinvenção de seu presente e uma abertura de um espaço conceitual que o explore, aproximando o conceito de distopia de uma categoria de análise e de experimentação, um devir. A distopia está num movimento de desterritorialização, num desejo de sair, esse devir de lançar a experiência prática do discurso utópico, que está no acontecimento. E ao acontecer já cria novos discursos e novos agenciamentos, batalhas travadas entre o novo criado a partir de projetos velhos, uma distopia é gerada dentro da utopia, mas traduz-se em outra prática. Distopia é fruto de um acontecimento.

Se está em relação a este espaço de disputa utópico, entre a concepção de um projeto utópico e a experiência individual e coletiva da prática desse projeto, a distopia é, portanto, mediadora tanto das potências do imaginário quanto das condições de possibilidade que atuam em seu ambiente cultural. Torna-se o espaço aproximativo da visão utópica com suas circunstâncias particulares e contemporâneas a essa visão, considerando que "visões utópicas nunca são arbitrarias" a distopia torna-se o empírico reflexo de uma disputa no campo da política e da cultura, nas macro e microrelações.

Utopias são consideradas falaciosas, "seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente as condições de existência da sociedade" (GORDIN; TILLEY; PRAKASH: 2010, p.06) posto que o pensamento utópico está menos preocupado em observar as condições de realidade, mas em imaginar uma transformação idealizada. Mas outras transformações, outras produções estão sempre em devir de acontecimento, com novas apropriações do

espaço e quebras de dicotomias de regras, de funções, de compreensão de sociabilidade, etc.

A obra monumental de Bachelard e as descrições dos fenomenologistas demonstraram-nos que não habitamos um espaço homogêneo e vazio, mas bem pelo contrário, um espaço que está totalmente imerso em quantidades e é ao mesmo tempo fantasmático (...). O espaço no qual vivemos, que nos leva para fora de nós mesmo, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também em si próprio, um espaço heterogêneo. (FOUCAULT: 1967, p. 79)

Nesse deslocamento de uma discursiva utópica, atravessamos o campo da distopia e agora nos movemos para o campo da heterotopia. A heterotopia é um movimento de reterritorialização e de devir. Foi dito que a distopia está na vibração e na disputa do projeto utópico, entendemos que a heterotopia está na produção de uma nova criação, nova expressão de singularização; por isso deixa de ser projeção, é prática, está na vida, é cotidiano, vida praticada que foge às identidades, nacionalidades, noções de ordem, referências estabelecidas. A singularização compõe uma reflexão importante no livro de Guattari e Rolnik, *Micropolítica: Cartografias do desejo* e está no sentido de produção de subjetividade e rejeição a uma forma predeterminada e referências estabelecidas. Os processos de singularização diferenciam-se das *produções serializadas de identidades* pois o processo de singularização é um processo de criação, é verdadeiro para a vida; e diferencia-se de indivíduo para indivíduo, pela sua maneira de criar e interpretar sua existência, mesmo estando no cruzamento de vários sistemas de representações e códigos sociais compartilhados com outros. Guattari formula que a questão da problemática das identidades está por um lado nas grandes máquinas produtoras e de controle social, e na violenta conexão que tais ferramentas fazem com nossa maneira de perceber o mundo, no caráter psíquico de formulação dele.

Identidade e singularidade são completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários (...) a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. (GUATARRI; ROLNIK, 2008, p.80).

Da maneira como articulam seus pensamentos teóricos, além de deslegitimar a noção de identidade, que facilmente cai no sistema de "decalque" identificativo, Guattari e Rolnik agenciam o processo de singularização como uma recusa a todos os modos de

codificação, manipulação e de dispositivos de controle; uma recusa que rompe no movimento de construir outros modos de sensibilidade, de criatividade, de alteridade, modos de produção de uma subjetividade singular.

A singularização existencial coincide com um desejo, com um gosto pela vida que faz o sujeito usar o espaço, construindo e ocupando, tornando o espaço vivido, praticado, usado. A singularidade instaura dispositivos nos sujeitos que permitem transformar sociedades e valores já sedimentados (p.24).

Em nosso entendimento a heterotopia armazena um processo de singularização em sua essência e por isso está aqui posta. É um conceito elaborado por Michel Foucault²⁹ que coloca o pensamento de singularização, e criação de uma alteridade, em lugares e espaços que atuam em condições não hegemônicas. A primeira referência que Foucault fez ao conceito de heterotopia apareceu em 1966 no prefácio do livro “As palavras e as coisas”, onde ele a apresenta enquanto um conceito mais textual, voltado para o espaço da linguística. Nesse prefácio, Foucault esclarece que se inspirou na leitura de uma passagem de Jorge Luis Borges, onde há a seguinte classificação de animais encontrada “numa certa enciclopédia chinesa”:

a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas.” (FOUCAULT: 1999, p.09).

A leitura dessa citação de Borges é carregada de um sentido de justaposição absolutamente impossível, entre criaturas reais e fantásticas – e o espaço literário é o único a aceitar tal justaposição. Em 1966 Foucault durante o programa de rádio *France-Culture*, onde o filósofo debatia sobre o tema de utopia e literatura, constrói novamente o conceito de heterotopia dessa vez em outra abordagem, retirada do campo da linguística e na reflexão acerca de espaços de conflito. Agora fora do espaço textual, o conceito de heterotopia foi novamente abordado por Foucault em conferência proferida no *Cercle d'Études Architecturales* em 1967, palestra com o título de *Des espaces autres*, que anunciou

²⁹ O conceito de heterotopia também foi desenvolvido por Henri Lefebvre. Segundo o prefácio de David Harvey do livro “Rebel Cities”, *Lefebvre's concept of heterotopia (radically different from that of Foucault) delineates liminal social spaces of possibility where "something different" is not only possible, but fundamental for the defining of revolutionary trajectories.*

maiores referências ao conceito, carregando-o de dimensão sociológica e espacial. São lançados no texto os seis princípios da heterotopia e aqui destacados três deles:

Terceiro princípio: A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis.

Quarto princípio: As heterotopias estão ligadas, mais frequentemente, a recortes de tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias: a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional.

Quinto princípio: As heterotopias tem uma função específica ligada ao espaço que sobra. O seu papel será ou o de criar um espaço ilusório que espelha todos os outros espaços reais, todos os lugares em que a vida é repartida (...) ou então o de criar um espaço outro, real, tão perfeito, meticuloso e organizado em desconformidade com os nossos espaços desarrumados e mal construídos. (FOUCAULT: 1984)

A heterotopia de Foucault carrega essa potência de espaço heterogêneo, espacialmente e temporalmente, que articula novas práticas urbanas. *A heterotopia abriga as exceções a um modelo dominante de cidade* (SHRANE: 2007). É um lugar que mistura o estático e o fluxo, e para tanto está constantemente tentando se equilibrar nessas situações, está no movimento de se territorializar, na reinvenção e ressignificação de seu presente. Articula na dimensão da biografia da cidade, do espaço e da sociedade. Historicamente já houve exemplos de lugares criados enquanto espaços especializados de exclusão – como os guetos, prisões e clínicas psiquiátricas, por exemplo.

Entendemos que as operações de discursos continuam produzindo espaços contemporâneos heterotópicos, espaços de alteridade, de estranhamento. Tais espaços não são determinados e estão fixados, assim como o conceito de distopia está em movimento, sofrendo capturas e contaminações, erosões e assumindo fluxos outros. Segundo Foucault, as sociedades declaram certos objetos, comportamentos ou pessoas como tabu; e objetos, comportamentos e pessoas tabus não são simplesmente eliminadas da sociedade, não podem - ou porque eles são necessários ou porque são não-erradicáveis, então esses tabus são segregados. E o espaço ocupado por esses sentidos de exclusão cria um ordenamento espacial alternativo.

Buscamos então encontrar esses outros espaços nos desvios da utopia, nas des-territorializações da distopia, nos espaços em processos de diferenciação e suas tentativas de produção de novos modos de subjetivação. Desvios possíveis ao espetáculo da cidade, ao capital imobiliário especulativo, às relações de dominação da sociabilidade.

A heterotopia consiste em produzir condições de singularidade, aquilo que é a diferença em si, mas que não está simplesmente na contraposição, rebatimento de uma coisa em relação à outra porque ela frustra esses mecanismos pela sua própria diferença e singularização, a heterotopia carrega em si uma afirmação própria num regime de traço singular. Há uma ideia de transbordamento que abriga a noção de heterotopia, de um lugar que resiste a um projeto e a partir dessa desterritorialização, reterritorializa numa contraordem à ordem do domesticado e do culto e a partir daí singulariza seu meio, no meio de outros territórios. Entre duas margens, surge uma terceira margem, de singularidade e subjetividade próprias.

Sendo a heterotopia essa ultrapassagem de singularidade sobre a identidade, ela fundamentalmente atua na produção de subjetividade e na coletividade, já que a subjetividade atua na compreensão de que nossos desejos, nossos gostos e valores são coletivos, partem de uma relação consigo que deriva das relações com os outros, ou seja, nossa subjetivação é uma produção de sentidos coletiva. Dizemos que produz uma prática, porque a subjetividade e o imaginário geram um vetor de ação que nos dá uma condição humana; atuando, na esfera de nossa racionalidade e na nossa produção de devires.

Nós não vivemos num espaço neutro, plano.

Nós não vivemos, morremos ou amamos no retângulo de uma folha de papel.

Nós vivemos, morremos e amamos num espaço enquadrado, recortado, matizado com zonas claras e escuras, diferenças de níveis, degraus de escadas cheias, corcovas, regiões duras e outras friáveis, penetráveis, porosas.

Há regiões de passagem: ruas, trens, metrô; regiões do transitório: cafés, cinemas, praias e hotéis e também as regiões fechadas do repouso e do lar.

Eu sonho com uma ciência que teria como objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas outras contestações míticas e reais do espaço em que vivemos.

Esta ciência não estudaria as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que não tem lugar.

Mas ela estudaria as heterotopias, espaços absolutamente outros e forçosamente a ciência em questão se chamaria “heterotopologia”, o lugar que a sociedade reserva nessas margens, nessas praias vazias que a envolvem, esses lugares são principalmente reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida.

Texto retirado de FOUCAULT POR ELE MESMO – vídeo disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>



O diagrama busca mostrar os agenciamentos e acontecimentos na compreensão entre sertão-Brasília e utopia-distopia e heterotopia. Aqui representadas pelas "bolas" que são as coisas que grudam, vão chegando pelo rio e pela imprecisão do resto do papel, se movimentam fora e dentro, de qualquer lado, de qualquer tipo de desterritorialização, de qualquer direção e vão fazendo "margem" grudando com outros, tentando reterritorializar e fazendo ora uma **U**, que solta vira outra coisa vira uma **DIS**, que pode regrudar noutra margem e novamente **RE**-territorializar. Em Brasília se faz a partir dessa produção de margens o sertão seria essa movência, que numa margem colou na ideia de Brasília e territorializou nisso, e como todo o resto foi desterritorializando, regrudando noutras coisas gerando distopias, heterotopias, outras utopias dela mesma. O sertão produz a utopia, mas desterritorializa, produz distopias que viram heterotopia ou voltam pra utopia. A terceira margem é o fazer as margens, o estado de MOVÊNCIA

Poderíamos falar do imbricamento entre sertão e Brasília trazendo para este trabalho os dois eixos: a ideia sertão e o conceito da terceira margem, que inegavelmente são questões centrais a esse trabalho e que poderiam definir satisfatoriamente os lugares dos quais estamos falando e as relações dos lugares/não lugares as quais queremos delinear. Mas em justaposição a isso, criamos novos cruzamentos, formamos uma constelação de conceitos. Através dessas outras palavras que transplantamos para cá, ou melhor conceitos, saímos do fluxo de algo que nos leva de um ponto a outro. Estas palavras bárbaras que aqui tratamos: [des-re-territorialização, u-dis-hetero-topias] amalgamam múltiplas ideias, criam outros fluxos de entendimento, elas dão um crescente que pode nos perder e pode nos atravessar. Se nos perdem, deixam para trás um vácuo, uma lacuna; se nos atravessam vibram e atualizam nossas certezas e apropriações teóricas e nos ajudam a refletir sobre as práticas urbanas de maneira geral, mesmo aquelas externas ao objeto aqui delineado. Esse perder ou atravessar reflete a própria costura deste trabalho onde, mesmo num espaço textual de pesquisa, não habitamos um espaço homogêneo.

Os conceitos des-re-territorialização e u-dis-hetero-topia vem à campo para falar de Brasília. Entendemos Brasília como um discurso produzido por um complexo emaranhado de saberes e poderes que agiram sobre o corpo social e sobre o corpo individual, numa produção de cidade, de subjetividade e de prática urbanizadora. Brasília está entendida como o espaço e a formação social que, através de diferentes tempos e momentos de seus processos de enraizamento em um território, elaborou distintos agenciamentos, criando

múltiplos territórios em processos constantes e aleatórios de desterritorialização, reterritorialização.

Este trabalho pretende aproximar-se de diferentes estratificações assumidas pela cidade-em-produção, a cidade enquanto território de lógicas discordantes e divergentes; enquanto território encarnado da lógica hegemônica do discurso fundador da capital; a cidade enquanto territórios praticados por atores de uma *lógica diferente* da ideia de cidade, e como essas estratificações construíram territórios diferentes, Outros, múltiplos, rizomáticos. Considera-se que tais configurações acontecem simultaneamente, menos verticalmente e mais num enfrentamento contínuo ao tempo em que se pretende lançar aderências teóricas e de análise que colaborem no estudo de alguns processos e práticas espaciais de produção dessas territorialidades-Brasília; territórios estes que possuem, claramente, várias possibilidades de recortes em suas temporalidades e espacializações.

Para falar do discurso fundador da capital, entendemos os conceitos de devir, território, utopia, territorialização, dentre outros. Porque entendemos que o devir e o desejo de Brasília começaram muito cedo na história da república brasileira, e mesmo antes dela. Foram fundamentais para seu discurso. E nesse discurso já surge o sertão, que está imbricado e é inseparável do discurso, da produção, da ocupação, da singularização de Brasília. Foram afetos e intensidades de tantos devires que não couberam numa escala apenas, a de 1:25.000.

Em Brasília o sertão está no movimento de várias grelhas e vários discursos, com um forte percurso na emergência, em várias escalas, de uma condição de território imaginado e utópico no saber e no poder de nomeação de um outro território. Quando nos arriscamos a entender a configuração e a organização de Brasília, observando os pensamentos formais frente aos enunciados de uma sociedade em invenção e as contradições e rachaduras evidentes que rompiam (e continuam a romper) o invólucro moderno; lançam-se hipóteses de estudo desse modo de pensar o Brasil, a cidade e a “civilização” que habitará essa cidade moderna. A cidade de Brasília é entendida enquanto espaço simbólico de conquista da ordem não apenas espacial, mas da própria ideia de racionalidade e de discurso (tanto retórico quanto poético). *O sertão é uma espera enorme...a espera de que? É um território em véspera de que?*

A cidade de Brasília se realiza a partir de uma grande desterritorialização em massa, de candangos que assomam, de um regime de visibilidade publicitária que atravessa

nacionalmente o grande paradoxo brasileiro, de uma espacialidade que é construída com extraordinária pressa por aqueles que são construídos por ela. Brasília torna-se canteiro de obras e canteiro de produção, máquina de sentidos que está no discurso oficial, na propaganda de um imaginário de Estado e de nação, na polifonia dos espaços com seus sotaques, seus acampamentos, num habitat oculto. Vir a ser. O “futuro” do urbanismo e as distopias do desenvolvimento de um Brasil afloram daí, no acontecimento dessa utopia, que ao acontecer já vira outra coisa, outra coisa, outra coisa.

Faremos aqui uma breve narrativa histórica do acontecimento Brasília, segundo “verdades documentais”, como dito por Michel de Certeau; buscando a compreensão dos caminhos para as bases de discursos e produção de saberes e verdades sobre Brasília. Perceberemos que o sertão é condição para se pensar a história de Brasília, compõe seu diagrama de forças e poderes. Ainda segundo Certeau, a história trata de uma coleção de textos, assuntos, os quais não se conhecem muito bem e que se desdobram de maneiras imprevisíveis e difusas.

Antes de ser um objeto de discurso, a história engloba e situa a análise. Ela é seu insuperável pressuposto. Qualquer teoria da história está confinada em um labirinto de conjunturas e de relações que ela não domina, trata-se de uma “literatura” sob o domínio do assunto abordado por ela. (CERTEAU: 2011, p.93)

Há aqui um entendimento implícito de historiografia baseado na ideia de que existe um “problema de memória”, no sentido de que a história é sempre reflexo de uma forma de pensar. Tais discursos impulsionam formas de olhar a cidade, o sertão, o Brasil, a ideia de nacionalidade e a crítica da sociedade que está arraigada e será transmutada em todas essas formas de pensamento social.

devir-território, devir avião

A partir de um momento em que esta marcha sobre o sertão se fez marco, pôs em relevo uma miríade de antagonismos e espaços dentro de uma mesma sociedade, expondo partes visíveis e invisíveis dessa ambivalência. Nesta perspectiva de movência numa margem terceira e sem perseguir um sentido de incompatibilidade ou mesmo rivalidade, apontamos para a construção de utopias, distopias, heterotopias.

A utopia sertão, presente na literatura, a utopia de projeto de cidade de JK, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, as utopias de domesticação de distopias, as heterotopias no entre

de muitos nomes de Brasília. Sertão e Brasília funcionam não como um par de conceitos contrastivos, mas enquanto processos históricos contínuos de desterritorialização e reterritorialização, atuando num vislumbre de uma “dialética da civilização”, que se denunciam eternamente enquanto formas de acumulação.

Surge então o que serviu como uma pista inicial para essa pesquisa: se o sertão representava o lado selvagem e incoercível de uma nação inacabada (BOLLE, 2004) e que a partir das décadas de 50/60 passou a ser marcada por uma forte tomada de controle e pelo nacional-desenvolvimentismo³⁰ está enfim superado pela cidade-racionalizada? Voltamos à pergunta inicial deste projeto de pesquisa – onde reside o sertão? Onde na cidade se acha o sertão? Entendemos que o sertão construiu seus territórios na cidade, estabelecendo uma **terceira margem** nos seus processos de produção, de composição e de decomposição de territórios, em uma medida de construir com sentidos diversos dentro de uma mesma cidade. Esta é a hipótese que está lançada desde o princípio deste trabalho, o sertão reside na cidade enquanto um terceiro lugar, em relação a essa cidade. E no caso, delineamos a cidade de Brasília, como uma terceira margem desse sertão.

Vencido pela força do discurso de racionalidade e das forças hegemônicas, o sertão atravessa enquanto resistência. Vimos antes que o sertão “é e não é”. E ele “é e não é” desde que surgiu enquanto discurso, com os portugueses e seus navios de escravos. A palavra que surgiu na África amalgamou vários sentidos e espaços desde a embrionária cidadela portuguesa na costa brasileira. O sertão começa como aquilo que é, existe enquanto contexto, mas que não é, porque não existe para o colonizador, porque é o indesejado. É como se sempre coubesse uma coisa dentro da outra, mas não é bem como a disciplina do urbanismo costuma abordar a cidade, por mapas, por um zoneamento de uma cidade, onde tudo parece definido, coisas apartadas, atividades definidas. Mas o que importa aqui é entender tudo isso dentro de um tensionamento na cidade.

Pela breve história nos propomos a entender a imposição espacial, pela força e pela tecnologia, que se deu sobre os territórios e meandros dessas fronteiras imprecisas de sertão, criando trincheiras ideológicas, rupturas e descontinuidades ao longo de um projeto

³⁰ A emergência do movimento político nacionalista é um fenômeno latino americano e tem agenda marcada por uma forte ideologia de Estado. No Brasil esteve muito associada ao populismo de Getúlio Vargas, ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e o reformismo social de João Goulart.

e seu longo período de gestação. O discurso tradicional monta um diagrama de poder³¹, um exercício de poder impregnado na história. E foi se territorializando também em espaços de desvios para os homens produzirem suas singularidades e suas possibilidades coletivas (espaços de heterotopias?), o sertão resiste. Na reflexão foucaultiana, onde existe uma heterotopia, algo completamente “outro” reside dentro do corpo de um hospedeiro numa relação benigna, onde os dois sistemas mutuamente toleram suas diferenças, mas a heterotopia enquanto um outro espaço-enclave é a heterogeneidade – vários espaços e lugares que são, eles mesmos, incompatíveis.

As cidades já foram enclaves³² dentro de um substrato que experimentava outra cotidianeidade que não aquela na qual a cidade está inserida; no Brasil a partir da década de 30 as atividades industriais urbanas as tornaram pólo de atração de migração numa esteira de acontecimentos que levaram aos índices já mencionados aqui do censo de 2010. Diz-se aqui que foram enclaves porque a lógica urbana de produção hoje é predominante, diferente da hegemonia rural de séculos atrás. Entendemos aqui por lógica urbana elementos sociais, culturais e políticos que produzem o contexto do capitalismo hoje. Essa lógica vai além da delimitação de um perímetro e poligonal urbana, conforme situação de domicílio. Ela diz mais respeito aos rumos do capitalismo e toda a rede de comunicação e informação arraigada nesse modo de vida, e como o capitalismo gera uma realidade social urbana. Mas falando novamente de cidades e de seu ordenamento espacial nos deparamos com a disciplina do urbanismo, e o que através dela se entende por organização do espaço e definição de sistemas e atividades urbanas e sua região imediata.

Para a disciplina do urbanismo, o solo urbano é dotado da ideia de propriedade, de posse, e de função. A propriedade é tida como uma das garantias dos processos urbanos, devendo estar alinhada com a entidade de um Estado-formado nas decisões de

³¹ O poder enquanto produtor de realidades, modulador de discursos que exercem e são exercidos por vários poderes – o poder discutido em Foucault não está mantido numa verticalidade, num fluxo de cima para baixo e tampouco representado por figuras distintas. Na relação de poder, o discurso não manifesta exclusivamente o desejo, traduzido pelos sistemas dominantes de produção de desejo, mas o poder em si, do qual queremos nos apoderar. Uma constelação de poderes, discursos (incluído aí naturalmente o aparelho de Estado e suas estratégias de poder), que trabalham fora da lógica de exclusão e inclusão, e sim na produção de subjetividade e de desejos.

³² A geografia política chama enclave um território (geográfico) cujos limites encontram-se completamente inseridos dentro de outro.

planejamento. Dentro do urbanismo alinhado ao CIAM³³, que engaja ideologicamente interesses conflitantes entre os privados e o bem público, a questão do solo está implicada na disposição dos urbanistas e agentes do governo – os planejadores. A materialização das intenções na arquitetura e no urbanismo hegemônico dos CIAM, alimenta “funções-chave” [habitar/recrear/trabalhar/circular] da vida urbana, e é assim que a concepção modernista do campo do urbanismo baseou suas proposições.

³³ Para ler mais sobre os Congressos CIAM: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>



3 | Devir avião (fonte: Arquivo Brasília)

Para os urbanistas modernos, a sociedade industrial (considerada uma sociedade em evolução) deveria ser hierarquicamente organizada e administrada por pessoas qualificadas, tecnicamente capazes de atuar em cargos e posições de alta decisão; portanto cabia ao discernimento técnico a vontade criadora e a busca por soluções frente ao desequilíbrio da realidade. Para Le Corbusier, a técnica poderia banir “os restos de uma era morta” e inaugurar um “espírito coletivo” e de “orgulho cívico”. Inegavelmente, um momento de grande entusiasmo para os urbanistas e arquitetos, no entanto a urbanística moderna e sua abordagem excessivamente científica acabou gerando visões, regras e decisões a respeito do morar individual e coletivo que se assemelha à ficção científica. O pensamento utópico planejador em excesso.

Assim, as tipologias do urbanismo modernista não são apenas totais no sentido de que determinam uma cidade totalmente planejada. São totalizantes também no sentido de que a nova arquitetura sempre faz referência a algum aspecto da nova sociedade; ou seja, a classificação das formas sempre faz referência à classificação das funções. . (HOLSTON: 1993, p.153)

E claro, o mecanismo de negação dessa visão totalizante da vida urbana, da associação coletiva que é viver numa cidade e das relações sociais múltiplas que deveriam ser instrumento essencial; nunca deixa de se assumir. Mesmo na experiência mais tipologicamente organizada de cidade já planejada, Brasília. A visão de propriedade de terra totalmente vinculada a uma função e atividade, segmentariza e distingue um espaço, e muitas vezes o desloca de sua produção de múltiplos outros sentidos; mas não anula a produção contínua de desejos, de devires, de desterritorializações em seus movimentos de resistência e reinvenção.

No campo de investigação proposto, este trabalho leva a um ponto de potência do discurso de civilização, modernização, conquista e transformação social brasileira e do sertão; que é a concepção e construção de Brasília, a “capital dos brasileiros”. Foi um discurso emblemático, que levou mais de 100 anos para ser considerado como realizado, como cidade inaugurada. A transferência da capital do litoral para o interior do país e seu processo histórico, e longo, de construção do discurso e de elaboração de uma forma de pensar o Brasil, demarcam a perspectiva dual do fórum de debates sobre a concepção de uma nação desenvolvida e modernizada. Tal enunciação de transferência e o agenciamento, feito para e pelo Estado, elaboraram um dizer muito forte, e acabaram por criar uma necessidade “real” e consolidar uma agenda no programa do governo, ao mesmo

tempo em que reforçava a noção de vazio territorial e reiterava o conceito de sertão na linguagem do mito da construção. A virada do século XIX lança uma compreensão sobre o sertão e sobre o pensamento social brasileiro, que ao compor a história da construção de Brasília pelo governo de Juscelino Kubitschek, naturaliza um processo que se reproduziu, e se reproduz até hoje, de diversas formas, em diversos lugares de cidades brasileiras.

Para falar de Brasília nestes termos, ou melhor, do ritual de construção de uma ideia chamada de Brasília, pretendemos falar de uma ideia próxima a de um espaço narrado a partir de discursos, que são vários, mas que aqui estarão limitados a alguns. E assim pretendo me aproximar de uma atualização da ideia de sertão proposta nesta pesquisa.

Para buscar um recorte desses processos e “rumores” do sertão e de Brasília, ao mesmo tempo em que se abraça a ideia de inevitável incompletude desse trabalho, destacamos momentos desse evento-Brasília, recortes que sobrepostos, em estado de cisão ou de união, destacam aspectos e sentidos, distintos e segmentados, de uma interlocução maior com esta pesquisa. Para abrir esses recortes, que serão destaque do próximo capítulo, apresento os processos formadores de discursos, lançados a partir de uma narrativa histórica segundo “verdades documentais”, que apontadas como parte de um processo, nesta parte do trabalho culminam com a abertura do edital do Concurso do Plano Piloto da Nova Capital e de sua construção, numa breve cronologia da organização política, cultural e discursiva de Brasília.

Surgiu, durante o processo de leitura e de escrita, que estes recortes poderiam ser anunciados de várias formas. Poderiam ser enunciados enquanto recortes de tendência temporal, onde alguns momentos peculiares da consolidação da cidade seriam claramente identificados. Mas que, no entanto, não privilegiam nossos modos de compreender a história dentro da perspectiva teórica aqui ancorada – menos enquanto temporalidade e mais enquanto acontecimento e para tanto, algumas datas periféricas à narrativa que estamos tentando costurar, foram retiradas do corpo do texto. Ou tais recortes poderiam ser agregados a operações humanas, em suas lutas, resistências, desbravamentos, superações, processos e práticas que produziram uma cidade em transformação. A respeito do que a professora Margareth Pereira colocou num minicurso ministrado na Universidade da Federal da Bahia (2013) intitulado O rumor das narrativas - A história da arquitetura e do urbanismo no Brasil no século XX como problema historiográfico, sobre como situar as leituras e o problema da memória:

(...) para não cair num relativismo, mas que o que guardamos como atualidade não é a narrativa, mas o grau / atitude de interação, obsessão e desejo em relação ao que está sendo feito.

Entendemos a partir do colocado, que a longo termo, guardamos menos a organização de datas ou definições mais tradicionais, e mais o acontecimento enquanto desejo e a partir desse desejo sua capacidade de ressonância por afetos e intensidades produzidos. Mais ainda, existem recortes teóricos de um pensamento voltado para o conteúdo crítico e simbólico, de construção de texto, que permitem agenciar e tematizar estes estudos sobre o tema.

Entendemos que o modo como esses recortes são aqui apresentados, enunciados, afeta a própria imaginação sobre o espaço e sobre a pesquisa, e que esse modo de imaginação se revela na produção de alteridades dentro dos recortes propostos. É uma maneira de ver as coisas, e atribuir a elas seus problemas relativos à visão lançada. Mas nos parece inevitável a armadilha. Assim, até o momento optou-se por levantar uma organização cronológica por agenciamento, subtraídas algumas datas, mas mantendo a organização tradicional; tendo como fio condutor o tratamento da ideia de cidade-projeto político e urbanístico, cidade-inaugurada, cidade-ocupada e devires. Nesta etapa foram buscadas as fontes mais citadas por aqueles que se dedicam a um trabalho histórico ou uma pesquisa historiográfica para tratar do tema transferência da capital; que se desdobram, com os trechos anteriores, em vínculos teóricos que pretendem dar contornos do assunto, do objeto e do aporte teórico deste trabalho.

Assim, não se propõe aqui a reconstrução fidedigna da história da proposta de transferência da capital, e sim uma breve representação do que consta nas páginas da historiografia brasileira para levantar novos significados a esse momento, significados que fomentem em continuidades e descontinuidades, o debate proposto por essa pesquisa.

Como se sabe, a história da transferência de capital começa muito antes da implantação do traço urbanístico de Lúcio Costa, do registro arquitetônico de Oscar Niemeyer e da gestão empreendedora de Juscelino Kubitschek. Brasília enquanto ideia e discurso é bem mais antiga que seu plano piloto e para falar da história da transferência da capital impreterivelmente estaremos apontando para as condições de possibilidade do acontecimento Brasília, seguindo nossa linha de pensamento teórico.

Assim, foi elaborado um mapa, em meados do século XVIII, quando das negociações do Tratado de Madri, pelo cartógrafo italiano Francisco Tosi Colombina sob encomenda do Marquês de Pombal que sugeria a transferência da capital para o interior por questões estratégicas de segurança. O primeiro documento que diretamente sugere tal mudança é de autoria dos Inconfidentes mineiros que faziam emergir o discurso da interiorização de um regime republicano no Brasil e que este deveria ter sede em São João del-Rei "*por ser mais bem situada e farta em mantimentos*".

Um texto de Hipólito da Costa no jornal Correio Braziliense prescrevia a necessidade de construção de nova cidade e interiorização da capital para "as vizinhanças do rio São Francisco" à época da transferência da família real para o Brasil. Após a instauração da República o autor volta à ideia para o que agora constituía um país independente e autônomo, portanto, com um território a dominar e desenvolver. Assim como o discurso da segurança, defesa e expansão das fronteiras do Brasil colonial levaram bandeirantes e aventureiros a povoar o Brasil central; novamente a ideia de conquista do território brasileiro está em evidência, e seu discurso mais organizado, de modo que até o final do século irá sair a primeira expedição totalmente dedicada a demarcar o local para a nova capital.

Voltando à recém declarada república, desenvolve-se uma estratégia de produção de uma necessidade de espaço, um espaço distinto e isento de confusão, este espaço era apoiado por José Bonifácio de Andrada, que após a Independência do Brasil, tornou-se um grande entusiasta da mudança. Bonifácio elaborou um memorando lido na Assembleia Constituinte em 1823 intitulado *Sobre a necessidade de ser edificada no interior do Brasil, uma nova capital para assento da Corte, da Assembleia e dos Tribunais Superiores*; onde se propunha o local da nova capital no **paralelo 15**, Comarca de Paracatu em Minas Gerais com o nome de "Brasília ou Petrópole".

A proposta não se efetivou, mas até o final do Império muitas vezes a ideia da mudança foi retomada, especialmente por Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro que escreveu um estudo chamado *A Questão da Capital: marítima ou no interior?*, cujos argumentos aparecem fartamente nos discursos políticos do mesmo século a respeito da transferência da capital.

Bonifácio era conhecido e forte interlocutor de um projeto reformista amplo³⁴ para a construção de um Estado Nacional. Até então, o esforço para a interiorização da capital baseava-se no discurso da:

tomada de posse de território, na exploração de recursos e exportação dos mesmos para a matriz (...). A capital interiorana ofereceria vantagens de segurança, centralidade de poder em relação ao território, de produção, integração nacional, transporte, clima, presença de rios, além da ocupação de áreas despovoadas do interior e desenvolvimento de comércio interno. (FERREIRA, Ignez in PAVIANI: 2010, p.26)

Através desses enunciados e seus “regimes de signos compartilhados” é gestada a ideia de transferência da capital, instituindo uma fala e um saber sobre um pensamento e um desejo de mudança. Tal regime culminou, mais de cem anos depois, com as enunciações de uma campanha presidencial. É através de José Bonifácio, um dos patriarcas mais reconhecidos do enunciado da capital transferida, que Lúcio Costa elabora a introdução de seu relatório do plano piloto:

...JOSÉ BONIFÁCIO, EM 1823, PROPÕE A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA GOIÁS E SUGERE O NOME BRASILIA.

E seu fechamento:

BRASILIA, CAPITAL AÉREA E RODOVIÁRIA; CIDADE PARQUE. SONHO ARQUI-SECULAR DO PATRIARCA

Com ele, o discurso da capital transferida se torna tão positivado, enquanto uma noção partilhada, que vai ter rebatimento direto no discurso de Brasília fundada – enquanto projeto, enquanto utopia, enquanto contorno de modernidade.

³⁴ Segundo a bibliografia consultada, José Bonifácio, na qualidade de presidente da primeira Assembléia Constituinte brasileira, em 1823, defendeu algumas ideias consideradas revolucionárias para a época: a abolição do tráfico negreiro, a instrução pública, a fundação de uma universidade, a reforma agrária e a construção de uma nova capital.

Há um exercício constantemente desviante para tentar compreender diversificadas interpretações acerca de eventos históricos, no caso sobre os sertões brasileiros e a criação de um território mitológico, antevisto por uma idealização premonitória. Fato paralelo e posterior à participação oficial de José de Bonifácio ou da publicação de estudo chamado *A Questão da Capital: marítima ou no interior?*³⁵ ainda no século XIX, cujos argumentos aparecem fartamente nos discursos políticos do mesmo século a respeito da transferência da capital.

Voltamos nosso olhar para uma profecia que, dentre outras passagens, compõem o mito de fundação de Brasília. O mito do Planalto Central visto enquanto local para florescimento de uma outra civilização, enunciada não necessariamente pelos ilustrados, estadistas ou pela elite emergente. Um visionário italiano chamado João Bosco (mais tarde tornado padroeiro de Brasília) revela um sonho no qual cruzava o Planalto Central:

Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis (...) as quais um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo tão abundantes que jamais já se viram em outros lugares. Mas não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Agora, uma voz disse repetidamente: quando se vierem a escavar às minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a Terra Prometida, donde fluirá leite e mel. Será de riqueza inconcebível. (citado em HOLSTON: 1993, p.24).

Na esteira dos acontecimentos que encaminhavam para o fortalecimento da mitologia do Novo Mundo, a Constituição Federal da República em seu artigo 3º determina que: “fica pertencendo à União, uma zona de quatrocentas léguas quadradas³⁶ situada no planalto central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. Tal evento demarcou o sertão como um modo de produção de lugar para abrigar a nova capital. Aqui é território vazio e esvaziado de qualquer sentido sociológico, econômico ou político. É da ordem de mito e utopia de não lugar. A zona de quatrocentas léguas quadradas, situada num local absolutamente indeterminado de planalto central é zona demarcada em plano de posse e expansão de fronteira de um colonizador, agora com outro nome. Importante para nós refletir sobre o significado, sobre

³⁵ Autoria de Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

³⁶ Medida equivalente a 14.400km².

as circunstâncias e as condições de possibilidade desse artigo constitucional, pois foi o ponto de partida institucional e nacional para o avanço da civilização sobre esses sertões indefinidos, dentro de algo sem a ele pertencer, na beirada do século XX.

Assim, em 1892 adentra pelo interior do Goiás a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, equipe chefiada pelo astrônomo belga Luis Cruls, denominada Missão Cruls, uma missão exploratória com a função de demarcação do quadrilátero da área do futuro Distrito Federal, aonde viria a ser construída a Brasília. A missão Cruls era composta pelo próprio Cruls e mais 21 pessoas, grupo composto por três astrônomos, dois médicos, dois botânicos, dois engenheiros mecânicos, um geólogo, um farmacêutico e nove especialistas militares classificados como “ajudantes” e três comandantes militares do exército, além de “uma turma de gente da caserna” ocupada em carregar e descarregar acampamentos e animais, caçar e pescar. O relatório da missão, publicado dois anos depois faz uma descrição densa da viagem de 18 meses pelo interior do Goiás, que adentra pelos sertões procurando uma cidade, uma cidade por vir. A missão Cruls reinventa o movimento dos bandeirantes, que até o século XVIII entendiam o sertão como uma parte do Império tão imensa quanto desconhecida. A missão atua estruturalmente dentro do imaginário da modernidade, mas num inverso, buscando a cidade, mas no sertão; buscando a cidade (que será “justo orgulho dos brasileiros”). Machado de Assis também se mostrava entusiasmado com a ideia de uma cidade nova como capital e com a missão Cruls, dado o anúncio da constituição:

Quanto à capital da República, é matéria constitucional, e a comissão encarregada de escolher e delimitar a área já concluiu os seus trabalhos, ou está prestes a fazê-lo, segundo li esta semana. Não há dúvidas de que uma capital é obra dos tempos, filha da história. A história e os tempos de encarregarão de consagrar as novas. (...) A capital da República, uma vez estabelecida, receberá um nome de veras, em vez deste que ora temos, mero qualificativo. (...) (ASSIS apud SAUTCHUK: 2014 p.98)

Pela última década do século XIX outros acontecimentos marcam o processo de urbanização do interior do Brasil, que destacam-se pelo imbricamento simbólico e territorial que põem em relevo questões que estão sendo levantadas aqui, pela força enquanto representação do movimento de urbanização do sertão e da formalização urbanística dessa

marcha do desenvolvimento para o interior: a fundação da cidade de Belo Horizonte e o término do confronto de Belo Monte³⁷.

De modo semelhante à ideia da transferência da capital nacional, a mineira surgiu na época da Inconfidência Mineira, que considerava que a velha capital Ouro Preto estava obsoleta frente aos novos arranjos econômicos do estado. Tal qual na construção de Brasília, foi nomeada uma Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais (1894); chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, um ano depois substituído pelo também engenheiro Francisco de Paula Bicalho. A Cidade de Minas (futura Belo Horizonte) foi construída pelas elites agroexportadoras de Minas Gerais sob a imagem de uma concepção urbanística como paradigma da modernidade. Para Reis o planejamento da nova cidade deveria “obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da *hygiene*, conforto, elegância e embelezamento”. Dividida em três zonas: urbana, suburbana e de sítios, tinha o traçado geométrico definido e exigente com uma planta em xadrez tradicional com cruzamento de vias em diagonais a 45 graus. Uma avenida de contorno delimitava a fronteira entre a zona urbana e a suburbana. Inaugurada em 1897, Belo Horizonte foi um marco importante da marcha do “Brasil moderno e republicano”, sob os preceitos da *tabula rasa*, avançou sobre o antigo arraial que sobre o qual se assentou. Fomenta um discurso de ruptura e delineamento simbólico do espaço.

Na mesma década, ocorre a destruição brutal do arraial de Belo Monte, que era como os conselheristas chamavam Canudos (Canudos era a nomenclatura dada ao arraial pelos coronéis), pelas forças governamentais federais. Frente ao novo formato social e político disposto em Belo Monte foram organizadas ao todo quatro expedições de ataque militar às dezenas de milhares de pessoas que compunham a população de Belo Monte, que via na resistência e no combate suas únicas opções. Euclides da Cunha, enviado pelo jornal O Estado de São Paulo para acompanhar a última investida ao arraial, recorta daí sua narrativa *Os Sertões*. A força de opressão formada pela elite local, o governo republicano e a

³⁷ Gostaria de esclarecer porque estas e outras informações aparecerão aqui, nesta suposta cronologia do discurso a respeito de Brasília. Entendo que estas relações aqui compostas visam implicar que, neste trabalho, entendemos que a criação dessas “fronteiras do desenvolvimento” – tanto na criação de novas cidades racionais quanto no sufocamento das forças rebeldes do sertão - não se situam num plano a-histórico, porque são obviamente criações históricas e que a própria dimensão disto faz parte de uma condição de possibilidades sobre uma forma de pensar e praticar o espaço. Devemos sempre entender as relações espaciais enquanto relações políticas, e não entender o espaço enquanto algo preexistente e dado.

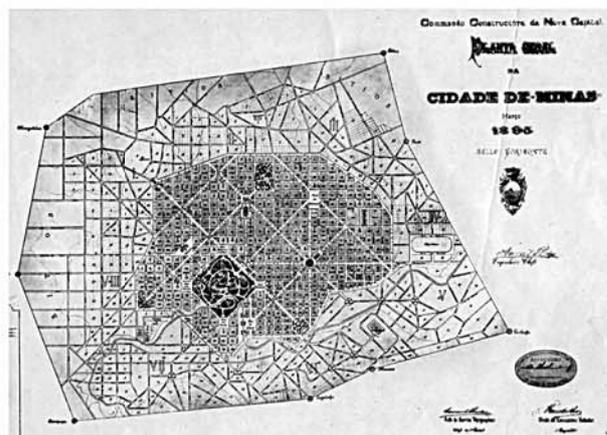
mídia, converte Antonio Conselheiro a monarquista fanático que pretende combater o modelo republicano de governo através de medidas de desobediência civil e violência (com a República vieram cobranças de impostos aos produtores. Os conselheristas eram cooperativistas autossuficientes, bem sucedidos produtores rurais e vendiam excedentes de sua produção nas cidades vizinhas, negavam-se a pagar tributos criando um contexto econômico ao arraial de grande desafeto com os coronéis da região e com o governo federal). O massacre de Belo Monte escreve na história dos sertões baianos e nos cadernos do exército brasileiro umas das maiores ações de violência do estado, contra uma população de resistência apenas, com todos os prisioneiros degolados (exceto um pequeno grupo de mulheres, crianças e idosos) e a construção do discurso de dominação entre governo republicano e elite.

Os três eventos brevemente relatados aqui e justapostos na mesma década: missão Cruls, construção de Belo Horizonte e extermínio de Belo Monte, tornam-se de certa forma síntese do conjunto de dispositivos alavancados com o discurso de modernização: expansão territorial, criação do lugar e repressão/apagamento do não lugar. Fazem imagem paralela ao fato.

Assim, é de se pensar na visibilidade e na emergência de um momento político onde está sendo institucionalizado um sistema de significados sobre como deve ser o Brasil: uma imposição de um ritmo civilizatório. Fundação de uma nova cidade moderna no sertão mineiro e criação de uma fronteira geográfica de exercício soberano da nova civilização. As cidades como agentes civilizadores das regiões centrais do Brasil.

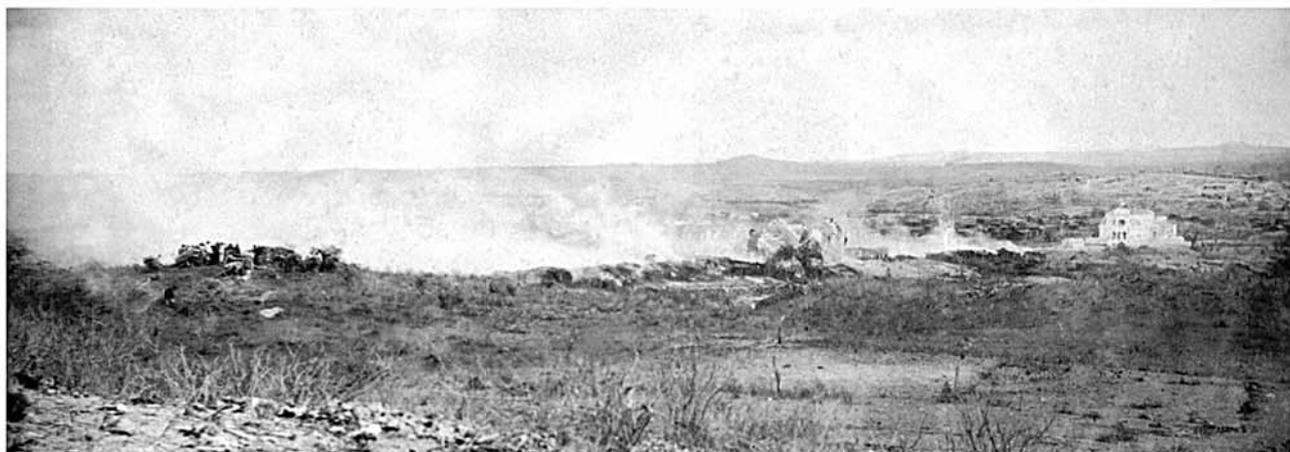
Retomando a questão da demarcação do quadrilátero Cruls³⁸, segue-se a criação da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, também chefiada por Cruls, para determinar precisamente o local onde deveria ser construída essa nova cidade. Após período de grande oposição, principalmente pelos paulistas, à transferência da capital; em 1922 é assentada na cidade de Planaltina, Goiás, a pedra fundamental da nova capital durante celebração do centenário da independência do Brasil. Isso gera na cidade de Planaltina grande expectativa de vir a abrigar a nova capital (FERREIRA), gerando ampliação e criação de novo bairro, contíguo ao centro antigo.

³⁸ O Quadrilátero Cruls integrou todos os mapas brasileiros publicados durante a República Velha. Demonstrando a intensidade da condição de possibilidade que JK herdou.



Planta da Cidade de Minas | 4
(1896)

5 | Quadrilátero Cruls
(1893)



6 e 7 | Belo Monte já derrotada, era incendiada, 1897 e Mulheres e crianças feitas prisioneiras pelo exército (fonte: <http://www.historiaillustrada.com.br>)



Se inicia a partir de então um regime de inovação, civilização e segregação do Brasil e de suas capitais. O regime político da República faz relampejar um momento de ressignificação nacional difuso e complexo. Capital brasileira até então, o Rio de Janeiro, torna-se palco de uma cena acelerada de reconfiguração urbana e embelezamento sob o comando do prefeito Pereira Passos, entusiasta do grande reformador de Paris, Barão de Haussmann.

A inauguração da Avenida Central, atual Rio Branco, em 1904, foi o marco desse novo Rio. Um Rio que se pretendia parisiense. (...) ali estava a imagem de um Brasil pelo qual as elites ansiavam (...) o Brasil do 14-Bis, das avenidas, dos globos elétricos e dos pardais – ao tempo em queurgia deletar do horizonte sinais de barbárie. Apagar de nosso mapa o sangue de Canudos e os atabaques do candomblé. (...) Na época, aliás, alguém disse que o **sertão** começaria onde terminava a Avenida Central. (RISÉRIO: 2012 p. 196-197, grifo nosso)³⁹

O embelezamento, remoção de usos indesejados e eliminação de habitações populares estigmatizadas da região central e dos cartões postais da cidade do Rio, refletem fortemente o discurso construído e sedimentado que persiste até hoje da cidade higienizada e adequada. É na cidade “corrigida” que se supera uma crise de uma antiguidade e se redireciona a vida – no caso dos pobres, para o subúrbio e periferia, subprodutos da segregação espacial. É a elite e o tecido de poder institucionalizado por ela, controlando, dominando e organizando espacialmente a cidade, produzindo sentidos e deixando vestígios, enquanto uma minoria encontra mecanismos de desterritorializar e inventar novos sentidos e novos espaços para resistir e sobreviver.

Nesses transbordamentos de sentidos, nesses vestígios de desordem, imbrica-se o sertão. Sertão é o lugar do outro, o outro lugar. Passada a euforia das operações urbanísticas de afrancesamento do Rio, o aparelho de Estado logo produziu novos

³⁹ Aqui o “sertão” refere-se muito provavelmente ao Morro da Providência (1897), também chamado de Morro da Favela no Rio de Janeiro. A ocupação do morro está associada ao retorno dos soldados combatentes na Guerra de Canudos, que ao não receberem a promessa feita pelo governo de residências caso saíssem vitoriosos do conflito, ocuparam o morro. O nome Morro da Favela faz referência ao faveleiro ou favela, arbusto de sistêmico da região de Canudos que nomeava um morro de localização estratégica onde os soldados se abrigavam à sua sombra.

Curiosamente o termo favela, como as aglomerações urbanas das cidades brasileiras, passar a ser utilizado a partir de 1920 e remonta portanto ao episódio de Canudos.

agenciamentos similares em São Paulo e Salvador⁴⁰, e propôs modificações articuladas com esses valores da estética burguesa.

Décadas depois irrompe o vigoroso movimento moderno nas artes, no Brasil – que aqui será aproximado, mesmo que sucintamente, da espetaculosa construção de Brasília que internacionalmente projeta uma modernização tropical para uma esfera tangível acreditando em seu processo diferenciado por concepção. Esse fato marca o recorte moderno nesse deslocamento pelo discurso do sertão. Brasília acontece já como um desdobramento daquilo que vinha sendo enunciado no período anterior, locada numa posição geográfica estratégica, no miolo do Brasil, no miolo do sertão, até então desarticulado e desamparado, agora capturado para o modo de produção publicitária de Brasília.

O sertão encorpa enquanto projeto político, passa a ser território passível de ser controlado, domesticado e integrado, em prol do grande desenvolvimento e crescimento econômico nacional. Brasília em seu projeto utópico, em seu discurso maquinico, seria o prelúdio do que viria a ser uma nação da ciência e da técnica, através de um projeto extraordinário. Antonio Risério aponta que paradoxalmente diante do utópico discurso da modernidade, surge uma “valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país seja como referência da autenticidade nacional” (p. 193). No entanto, esse esforço refere-se a um formalismo de projeto e de discurso, refere-se muito mais a uma imagem desejada de território de conquista, pois as estruturas sociais e políticas brasileiras continuam as mesmas, alimentando a distopia inerente ao projeto utópico concretizável. Era o modernismo de aparência, e a resposta do modernismo literário com *Grande Sertão: Veredas* é um retrato da contramão da história, e seus processos desviantes: “o romancista focaliza as velhas estruturas internas, que desmentem as aparências de fachada” (BOLLE: 2004 p. 311). As movimentações de distopias de uma cidade construída – construída e subjetivada não a partir das condições brasileiras, a partir de arranjos externos, e agenciamentos de identidades fabricadas.

⁴⁰ Em Salvador foi no governo de Joaquim Seabra o período de *urbanismo demolidor* que se iniciaram algumas obras urbanas de modificação da cidade: construção da Avenida 7 de Setembro ligando a Praça da Sé ao Farol da Barra é considerada a mais importante. Em São Paulo aparecem obras de embelezamento do centro da cidade e implantação de redes de infraestrutura, tendo na região do Vale do Anhangabaú o principal alvo de modernização.

Assim, ao momento de formação política do projeto Brasília contrapõe-se o movimento artístico moderno, que tomou grande impulso a partir da década de 20. Foi um movimento de vanguarda artística protagonizada pela publicação no Jornal Correio da Manhã em 1924 do Manifesto da Poesia Pau-Brasil, redigido por Oswald de Andrade em Paris; no manifesto, utilizando de uma linguagem poética considerada transgressora, Oswald introduziu noções estéticas que influenciaram artistas modernistas brasileiros, em especial os artistas regionalistas que se debruçaram sobre o Brasil “de dentro”, um Brasil avesso à modernização. No ano seguinte, Oswald de Andrade publica, também em Paris, seu livro Pau-Brasil com ilustrações de Tarsila do Amaral. O nome pau-brasil refere-se ao primeiro produto de exportação “genuinamente brasileiro”, e Oswald dá pistas da tendência do devir artístico da modernidade através da valorização de uma nova montagem de verso e do experimentalismo de linguagem, sendo “o primeiro esforço organizado para a libertação do verso brasileiro”⁴¹.

Falação

O Cabralismo. A civilização dos donatários. A Querencia e Exportação

O Carnaval

O Sertão e a Favella. Pau-Brasil. Bárbaro e nosso

A formação ethnica rica. A riqueza vegetal. O minério. A Cosinha

O vatapá, o ouro e a dança

Toda a história da Penetração e a historia comercial da America. Pau-Brasil.

O homem moderno na perspectiva da arte moderna, trabalha enquanto sujeito de reflexão, pensa por si mesmo e incorpora uma intersubjetividade nacional para responder a um novo estado das coisas, capaz de dar novo enfrentamento às questões artísticas, políticas e sociais brasileiras. Aqui se aponta o moderno, e a arte moderna, nesses sujeitos que refletem sua condição regional, de sertão enquanto resistência e reinvenção da produção artística.

⁴¹ Citação de Paulo da Silva Prado prefaciando o livro Pau-Brasil.

A 2ª Constituição da República torna o processo descontínuo ao estabelecer a necessidade de novos estudos para determinação do local que irá abrigar a nova cidade, inclusive fora do quadrilátero Cruls. Neste momento político o Brasil mergulha na chamada Era Vargas, marcada pela ditadura e seguida pelo período do Estado Novo (1930-1945), período no qual é lançada a “Marcha para o Oeste” em 1938:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial.” (VARGAS)

A marcha para o oeste se entendia enquanto uma “diretriz de integração territorial” do qual deriva a transferência da capital do Estado do Goiás. Goiânia, cidade projetada por Atílio Corrêa Lima⁴², torna-se um dos símbolos da ocupação do Centro-Oeste brasileiro, que teve Goiás como base estratégica. De maneira geral, os mudancistas do Estado de Goiás aspiravam ao mesmo que os de Minas Gerais, quando da transferência de sua capital – anseios de uma elite urbana em formação e aflita por uma territorialização em um novo arranjo espacial, moderno e eficiente, que representasse suas aspirações “avançadas” e os avanços do planejamento urbano frente às mazelas das cidades tradicionais. No plano urbanístico de Goiânia tinha especial importância a praça central, como elemento cívico transformador, com três eixos principais convergindo para ela. Há claramente uma opção pela abordagem monumental, de influência francesa, com bulevares radiais em relação à praça; Lima também lança mão dos protocolos científicos da disciplina do urbanismo em estudos de zoneamento, e hierarquização de vias.

Considerando a Marcha para o Oeste⁴³ como uma das condições de possibilidade da construção de Brasília, devemos lembrar que ela (a marcha) visa estabelecer uma prática

⁴² Mesmo arquiteto envolvido com a construção da cidade fluminense de Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional. Atílio Corrêa Lima elaborou o Plano da Cidade Operária de Volta Redonda em 1941 que mantinha a linha do discurso de um Brasil urbano, industrial e moderno.

⁴³ Visava também servir como etapa predecessora da ocupação da Amazônia, outro espaço simbólico de conquista. A Marcha para o Oeste produziu a primeira colônia agrícola do Goiás, mais tarde transformando-se na cidade de Ceres, e organizou a expedição Roncador-Xingu em 1943, dos irmãos Villas-Boas, que adentrou territórios profundos da Amazônia. Vale lembrar que Euclides da Cunha, realiza expedição à Amazônia em 1905, que deveria se desdobrar em uma segunda obra intitulada *Um Paraíso Perdido*, inconclusa. Assim como o tipo de visibilidade que Euclides da Cunha dá ao sertão, ele deseja integrar este espaço amazônico, considerado invencível e desarticulado do território nacional, à organização social e política em favor de um “progresso”.

econômica, social e política de caráter estratégico para todo o Centro-Oeste, numa medida de planejamento regional. Estabelece uma prática política oscilante de destruição/construção, vencedores/vencidos; estabelecendo um discurso homogêneo de identidade do interior do Brasil, sendo que as principais estratégias declaradas eram a política demográfica de incentivo à migração, a criação de colônias agrícolas e a construção de estradas. Durante esse período é organizada a Expedição Roncador-Xingu, liderada pelos irmãos Villas-Boas cujo principal interesse era de estabelecer novos povoamentos pelo interior até o Amazonas, que se desdobrou no contato com diversas etnias indígenas num trabalho pioneiro de comunicação cultural. Pela Marcha para o Oeste foi também concebida a estrada Belém Brasília, cujas obras foram iniciadas apenas nos anos 50, ao tempo da construção da capital nacional. A Belém-Brasília liga Belém à cidade de Anápolis, em Goiás.

Todas estas medidas estavam alinhavadas com um momento econômico de retração da produção cafeeira e industrialização e aceleração da urbanização, cruzando tal momento com a necessidade de abertura de novas frentes de produção alimentar e ampliação da fronteira agrícola.

Portanto, o mesmo passo que continha o desbravamento do sertão pela missão do Distrito Federal e as missões da Marcha para o Oeste, continha um movimento de valorização do sertão, ressaltada na historiografia cultural. Um diagrama de poder complexo, uma constelação de discursos e práticas de poder (incluindo aí naturalmente, mas não exclusivamente o Estado e suas estratégias de manutenção de poder), que trabalham fora e dentro da lógica de exclusão e inclusão, e na produção de subjetividade e de desejos articulados por estas fortes campanhas.

Um artigo das Disposições Constitucionais Transitórias determina que *“a capital da União será transferida para a região do Planalto Central do país”* e no 1º parágrafo do “dispositivo” obriga num prazo de 60 dias a formação de uma comissão para proceder aos estudos técnicos – já se falava numa nova localização para a capital, desta vez no triângulo mineiro (a localização recebia amplo apoio da bancada mineira no Congresso, dentre eles Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro). A partir desse momento cria-se a Missão Polli Coelho, comandada pelo Diretor do Serviço Geográfico do exército, que cria duas comissões: uma encarregada de estudar o Planalto Central, e outra, de realizar estudos detalhados para indicação da localização da nova capital. O relatório final da missão após estudos e medidas, reiterava a localização do quadrilátero Cruls como sendo a melhor

opção, ampliando-a para norte. O relatório criava um território no sentido tradicional, sem correspondência de territorialidade, ou de alguma forma de identificação. Tinha um desenho demarcado, de tamanho definido, sem aliança ou qualquer fluxo de territorialização, sem bordas que o limitasse, sem margens que o fizesse escapar em fluxos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Uma máquina sem afetos - *que subleva ou faz vacilar o eu* (DELEUZE; GUATTARI: 2008 p. 32) e sim uma cristalização político-geográfica. Tal relatório atravessou cinco anos e viu nascer outra comissão, a Comissão de Localização da Nova Capital que aponta no relatório de levantamento aerofotogramétrico e fotointerpretação um sítio específico para se construir, quando se idealiza a presença de um lago e de uma cidade estruturada em dois eixos transversais. A ideia de sertão acontece também nas tentativas de fuga do olhar técnico, na terceira margem, com suas movência de fluxos, que atravessam o projeto da ideal cidade de Brasília.

A esta altura a ideia de se tornar o local da construção da nova capital já se torna um empreendimento proveitoso e cria-se o mito do sítio ótimo para camuflar interesses de diversas ordens. Para Holston, a demora se dá, no entanto, pela incerteza política na conjuntura de mudança, haviam *“riscos econômicos envolvidos no projeto, mas também, e talvez principalmente, os riscos políticos de empreender uma tarefa que tinha pouca probabilidade de ser completada durante uma única administração”* (1993 p. 25). A Comissão de Localização da Nova Capital atua no agenciamento, no concreto, acionando a ponta da desterritorialização rumo ao sertão. A construção da nova capital fortalece a mecânica burocrática e parte para o agenciamento operativo desse discurso, deixando uma assinatura expressiva do poder hegemônico dos aparelhos de Estado para controle e disciplina do espaço.

Começam algumas desapropriações ao tempo em que JK lança sua campanha presidencial, tendo como “meta-síntese” de seu Programa de Metas do Desenvolvimento⁴⁴ a construção de Brasília, tema que tornou-se prioridade em seu programa:

Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e

⁴⁴ Baseado em teorias formuladas na década de 50 pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina (órgão das Nações Unidas) e ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

JK vincula seu discurso aos que versam sobre a consolidação de uma estratégia progressista industrial-agrícola para o Centro-Sul, reiterando que Brasília seria um marco decisivo na trajetória do país rumo a um “grande destino” nacional. Numa das estratégias de glorificação do “herói-povo”, mito alimentado frequentemente, o próprio JK discursa:

A triste aparência de um indivíduo abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade (Diário Carioca, 05/01/1961)

Quando na verdade, Euclides da Cunha faz sua própria correção:

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. (...) O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; (...) reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. ^{OS: p.263}

Enquanto o míope JK evoca um herói candango, que para ser herói deveria diferenciar-se do valente sertanejo, na literatura de cordel candanga e na poesia popular o autor Tião (Sebastião Varela), que saído da Paraíba migrou para Brasília para a confecção de ladrilhos e mosaicos na Nova Capital, transcreveu em versos publicados em 1997 pelo Departamento de Cultura do GDF outra imagem de herói, longe da imagem prosaica e paternalista, mas o herói-sobrevivente ao ufanismo e aos símbolos nacionalistas de violência e repressão:

E assim foi o candango/na fundação de Brasília
esta cidade custou/o que ninguém avalia
poeira lama e saudade/também levou muitas vidas

Hoje o candango é esquecido/ e vive sem proteção
perderam a mocidade / nesta grande construção
vivem nas cidades-satélite / porém sem satisfação

S. Tião

Compreender uma fabricação de uma mitologia do Novo Mundo colabora no entendimento de alguns caminhos por meio dos quais se dão as relações e as esferas de tensão do sertão com a cidade, na construção imagético-discursiva de um espaço de

conquista e, inquestionavelmente, segundo as pretensas análises espaciais, uma região geograficamente avessa da modernidade e presa a um modo de dizer a seu respeito. Os relatórios técnicos vaticinam a ideia de “ilusão referencial”, na construção de uma história regional que ampara um discurso que nada mais faz que dar continuidade histórica a tais relações preexistentes. Há a encenação de um pseudoconflito entre as velhas estruturas e uma nova dinâmica urbana que irá imprimir uma aliança de interesses em um prol único e social. A ilusão refere-se ao fato que em nenhum momento existe o questionamento a respeito da própria rede e do emaranhado de poder que instituiu uma realidade “tão concreta” anunciada pelos estudos regionalistas. Tal ilusão elabora um diagrama de poder complexificado pelos discursos os quais servem como dispositivos que o aparelho de Estado lança, onde ao invés de considera-los, faz justamente o inverso, eleva-os.

(...) podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço, valida-o como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela (a História Regional) faz uso de uma região “geográfica” para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade.” (ALBUQUERQUE JUNIOR: 2011, p.39).

Essa reflexão de ilusão referencial, sobre o modo de dizer sertão que só terá um modo a ser “corrigido” – e seu prognóstico: a execução do projeto utópico de Brasília nesse substrato regional. E a construção do pseudoconflito alimentará uma simbiose e uma parceria em prol coletivo, onde, no futuro, candangos e Brasília fundir-se-ão numa nova sociedade. É lá onde entendemos os primeiros arranjos da terceira margem: a ambivalência regional e o projeto tópico e utópico. A ideia de Brasília e o conceito da terceira margem compõem a decomposição e a produção de territórios novos de sertão.

O governo de JK, mesmo diante de um até então aparente destino inexorável do Centro-Oeste, lança a inauguração de Brasília para dia 21 de abril de 1960, fato que alimenta a oposição já plenamente desperta quanto ao fato em si: surgem críticas sobre a loucura econômica que seria o empreendimento (e o medo da inflação adjacente a ela), sobre a possibilidade real de se terminar tal obra em prazo tão apertado, a capacidade efetiva de se construir uma cidade *ex nihilo*, “no meio do nada”, num lugar irreal habitado apenas por índios: “*Eu não vou para Brasília, nem eu nem minha família, não sou índio nem nada, não tenho orelha furada, mesmo que seja para ficar cheio de grana, quero ser pobre sem*

deixar Copacabana.” (samba de 1958 de Billy Blanco). Tal fala retirada de um samba, representa a dificuldade de produção de um desejo nacional de produção de territorialidade na região Centro-Oeste, até então o movimento de desterritorializar um espaço, de produzir um discurso que o deslocava historicamente de seu contexto para o colar e descalçar num relatório científico abraçado por uma medida constitucional. Apesar desse espaço já pulsar por dentro, ter sua construção de sentidos e habitar um imaginário potente, não havia no entanto sido produzido um devir de acontecimento urbano e muito menos de centralidade de Estado. Para se mudar para o sertão era necessário ter um devir índio – que segundo o samba era a quem pertencia a região. Para o empreendimento dar certo, para além das operações concretas de construção do devir avião, era necessário produzir um devir território, uma margem que separasse o sertão, para que Brasília fosse, de fato, ocupada.

Primeiramente vamos às operações do devir avião: dos agenciamentos para a produção de um traçado e um aglomerado de edificações urbanas com função de capital. E para tanto, se operaram formas de assujeitamento, de submissão da subjetividade, que mantinham um contingente de trabalhadores explorados e desrespeitados, nem prisioneiros nem libertos, subtraídos à lei. Na verdade Foucault aponta que *onde há poder, ali também se instauram estratégias de resistências*. Tais estratégias e táticas serão observadas no capítulo seguinte. Elas colaboram com a ideia de sertão e suas táticas que perfazem o conceito da terceira margem na constituição de Brasília, onde encontramos suas expressões paralelas ao projeto de utopia – suas distopias e heterotopias – que construíram novos modos de recortar e organizar tal espaço.

Em 1956 é criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – a Novacap, diretamente subordinada ao Presidente da República e agente principal do processo de construção de Brasília; a Novacap foi constituída juridicamente como uma sociedade anônima estatal, tendo por sede uma cidade que ainda não existia, e possuía amplos poderes sendo a proprietária de quase totalidade do solo do Distrito Federal.

O que impressiona na estrutura da Novacap é que se baseava nas sociedades anônimas de direito privado, iniciando suas atividades com um capital de 200 milhões de cruzeiros, podendo ser ampliado mediante aprovação legal de novos recursos. E ainda, possuía um Conselho Administrativo cujas deliberações a Diretoria Executiva deveria executar, mas caso não concordasse, poderia recorrer diretamente ao

presidente da República. Todos os cargos eram de nomeação direta do presidente. (OLIVEIRA: 2008, p. 32)

Financeiramente a Novacap tinha autoridade para dar garantias do Tesouro Nacional às operações de crédito para o custeio de construções e contratar serviços sem licitação, ou seja, independentemente dos controles oficiais normatizados. Assim, o que se praticava na Novacap era com pouca ou quase nenhuma ingerência política da administração federal – a diretoria da Companhia tomava decisões in loco, desvinculadas de consentimentos ou autorizações dos órgãos administrativos federais, exceto quando, como dito por Romulo de Oliveira, havia dissenso interno. A Novacap deveria planejar e construir a nova capital, negociar posse e concessões por empréstimo dos imóveis e coordenar todas as obras em andamento pela construção. Como primeira medida, a diretoria da Novacap:

(...) desapropriou toda a terra – com exceção de dois povoados já existentes, Planaltina e Brazlândia – incluída na área do futuro DF. O fato de que o Plano Piloto iria ocupar apenas 16% da área total significou que os direitos de morar a uma distância pequena da capital não poderiam ser vendidos mediante transações privadas, mas apenas por intermédio da concessão pelo governo de terras públicas – um fato que deu ao **Estado completo controle sobre o povoamento legal** da região que circundava a capital. Segundo, no final de 1956, a Novacap dividiu o sítio escolhido em duas zonas de ocupação planejada mas temporária, baseadas em uma organização espacial do trabalho. Uma zona era reservada aos acampamentos de construção e outra aos estabelecimentos comerciais que forneciam suprimentos e serviços à força de trabalho. (HOLSTON: 1993, p.219, grifo nosso).

Em sua segunda medida, a primeira diretoria da Novacap composta por Israel Pinheiro, tendo Oscar Niemeyer enquanto seu diretor técnico; lança o Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil (publicado no Diário Oficial em 30 de setembro de 1956):

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, com sede (...), torna pública a abertura do concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob as normas e condições estabelecidas no presente edital (...) 3. O Plano Piloto deverá abranger: a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25000); b) relatório justificativo.

a civilização que avançará na capital aérea e rodoviária⁴⁵

Não basta formular um diagnóstico e nem sequer encontrar uma solução; é preciso ainda que esta seja imposta pelas autoridades responsáveis [...] Quando surgiu a era da máquina, as cidades se desenvolveram sem controle, sem freio. A displicência é a única explicação válida para esse crescimento desmesurado e absolutamente irracional, que é uma das causas de seus males. CARTA DE ATENAS 1933

O projeto urbanístico de Brasília, o plano piloto de Lúcio Costa, foi vencedor do concurso organizado pela Novacap com uma *“modesta apresentação de Lúcio Costa, um cartão e umas folhas datilografadas explicativas, com aqui e acolá uns croquis à mão para ilustrar o texto (...). Uma firma construtora gastou com as maquetes e quadros de alumínio mais de 400 mil cruzeiros, ao passo que o vencedor tirou do bolso uns reles 25 cruzeiros com papel, lápis, tinta e borracha.”* (XAVIER: 2012 p.36) A decisão do júri, segundo um de seus jurados, William Holford, não buscava um plano de operações e um orçamento detalhado, mas um plano de ideias que esclarecessem e dessem unidade à proposta. E, claro, uma ideia que deslocasse o discurso de conquista/ invenção da história/ reinvenção do Brasil para a linguagem simbólica de um desenho urbano e estético.

Holford classificou as 26 propostas enviadas para o concurso em: aquelas que se concentravam na “ideologia do projeto” e aquelas que deram ênfase a soluções para organização da cidade. O prêmio concedido à proposta vencedora pelo que foi considerada pelo júri como *“uma das contribuições mais interessantes e mais importantes feitas em nosso século à teoria do urbanismo moderno (...) o relatório não contém uma só palavra destituída de propósito. É uma obra-prima de concepção imaginativa, podendo ser desenvolvida, sistematicamente, enquanto são elaborados os programas social e estrutural. É o núcleo que pode desencadear toda a obra a ser executada em Brasília.”* (XAVIER: 2012 p.29).

A concepção enviada por Lúcio Costa continha cinco cartões de tamanho médio, contendo quinze croquis à mão livre e um texto organizado em 23 artigos, carente de detalhe da concepção urbana geral, sem representação em maquete ou mapas. Era uma ideia. Era uma ideia, continha sua própria história, invocava “o sonho do patriarca” Bonifácio e seu próprio devir que era mudar a sociedade brasileira pelo viés da vida urbana.

⁴⁵ Texto que encerra o Relatório de Lúcio Costa para o Plano Piloto: *Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca.*

Terceiro colocado no concurso, a firma M.M.M. Roberto contrastou com a simplicidade e despojamento da equipe de Lúcio Costa; apresentou numerosos desenhos, projeções estatísticas, planos detalhados de administração e planejamento regional. Tanto Costa quanto os demais concorrentes, organizaram racionalmente uma ideologia enquanto método de trabalho e cada escritório montou suas ideias e com elas criou relações variáveis com questões de articulação, corte e superposição.

Como já dito, o projeto vencedor tem filiação muito definida e corpulenta, na doutrina dos CIAM, congressos que constituíram o mais importante fórum internacional de discussão e debate da arquitetura e do urbanismo modernistas. Os temas centrais dos CIAM interpolaram-se a partir de estudos minuciosos da célula de habitação, com o arranjo dessas unidades em blocos e a organização desses blocos dentro de uma cidade funcional e segmentarizada – deitando na cidade funcional. Um documento-síntese do pensamento da nova urbanística moderna em 1933 é redigido no 4º CIAM⁴⁶, a Carta de Atenas versa sobre critérios uniformes de planificação urbana, objetivando a cidade funcional, a cidade dividida. Propõe códigos e princípios universais, tanto no formalismo do desenho quanto na apropriação social e humana dessa cidade, assim, por sua natureza teórica, o documento, mesmo diante de um impulso inventivo e experimental, termina enquanto um “esboço de soluções” para questões complexas e conturbadas⁴⁷, pondo em dúvida a própria capacidade de compreensão do fenômeno urbano pelos arquitetos e urbanistas. Habitar/recrear/trabalhar/circular (princípios da Carta de Atenas), tornam-se a relação essencial dos problemas urbanísticos para os urbanistas modernos, a crítica aponta esse pensamento em algo por demais abstrato, universal, dogmático e despolitizado.

Aqui, enquanto crítica a esses princípios e novamente buscando vincular o conceito de terceira margem nos processos desterritorializantes e reterritorializantes das cidades nos apoiamos na ideia de sertão, e da recusa a um discurso de exclusão. Se esses espaços outros

⁴⁶ O quarto congresso põe foco na discussão dos princípios normativos para a concepção da cidade funcional, os quais Le Corbusier já vinha dedicando estudo. No entanto a Carta de Atenas é publicada senão uma década depois.

⁴⁷ “Devemos manter-nos ao corrente, pessoalmente, das formas que assume a atual evolução, mas, peço-vos, não nos ocupemos aqui de política e de sociologia. Esses dois fenômenos são demasiada e infinitamente complexos; existe também o aspecto econômico, e nós não estamos qualificados para discutir no Congresso esses árduos problemas. Repito, devemos permanecer arquitetos e urbanistas e, nesse terreno profissional, fazer conhecer a quem de direito as possibilidades e as necessidades de ordem arquitetônica e urbanística” Le Corbusier *ibid* BENEVOLO p. 508)

não estão previstos na doutrina, enquanto geografia, comportamento ou estrutura, não quer dizer que não acontecem. O devir é sempre revolucionário para se reinventar e o sertão, com seus dispositivos, procura desviar de identidades preestabelecidas, e assim também o fazem as cidades. Ao propor cidades planejadas e ordenadas, desvinculadas da vida, a disciplina do urbanismo se coloca enquanto construção predefinida e divorciada do presente.

Desde o século XX, vimos nascer cidades novas: Nova Délhi, Belo Horizonte, Goiânia, Islamabad, Chandigarh, Brasília, Palmas. O Plano Piloto de Brasília bebe da fonte dos CIAM de forma sedenta. Não apenas tem filiação ao CIAM como tornou-se o exemplo de execução mais rigorosa e completa dessa doutrina. Realização modernista próxima a Brasília tem-se Chandigarh⁴⁸, cidade concebida por Le Corbusier juntamente com Maxwell Fry, Jane Drew e Pierre Jeanneret. Todavia Brasília nascera como um todo, já nascera capital nacional, com “uma tomada de posse” e liberdade de discurso e projeto por parte de seus construtores que, frente a um prazo muito limitado, apenas três anos, se tornou então uma obsessão.

Como transplante da sede do governo teve seu espírito acomodado nessa tradução: teatral, espetacular, orientada para o exterior e urgente. Essa definição de função determinou um espaço simbólico de potência da soberania, a soberania estava representada não apenas pelo poder do soberano de um regime político, mas se encontrava na soberania da disciplina do urbanismo, da técnica e da inteligência; que faz incidir seu poder sobre todo o espaço-criado, sobre a vida que acontece nos efeitos epidérmicos dessa forma. Um poder soberano que comanda e administra a vida, a habitabilidade.

Em seu relatório, o plano piloto pretende-se como a materialização da forma urbana enquanto forma de vida, seguindo fielmente os princípios da Carta de Atenas a proposta de Lúcio Costa faz uma distinção de como a cidade deve fazer seus agenciamentos pela escrita de seus artigos que compõem o relatório vencedor do concurso. Para Deleuze e Guattari os agenciamentos são imprevisíveis e fazem parte da potência política da vida, e das cidades. Há o que se enuncia sobre a cidade e o que nela se faz, se produz. A cidade é sempre um território produtor de agenciamentos e na doutrina da Carta de Atenas, com seu urbanismo

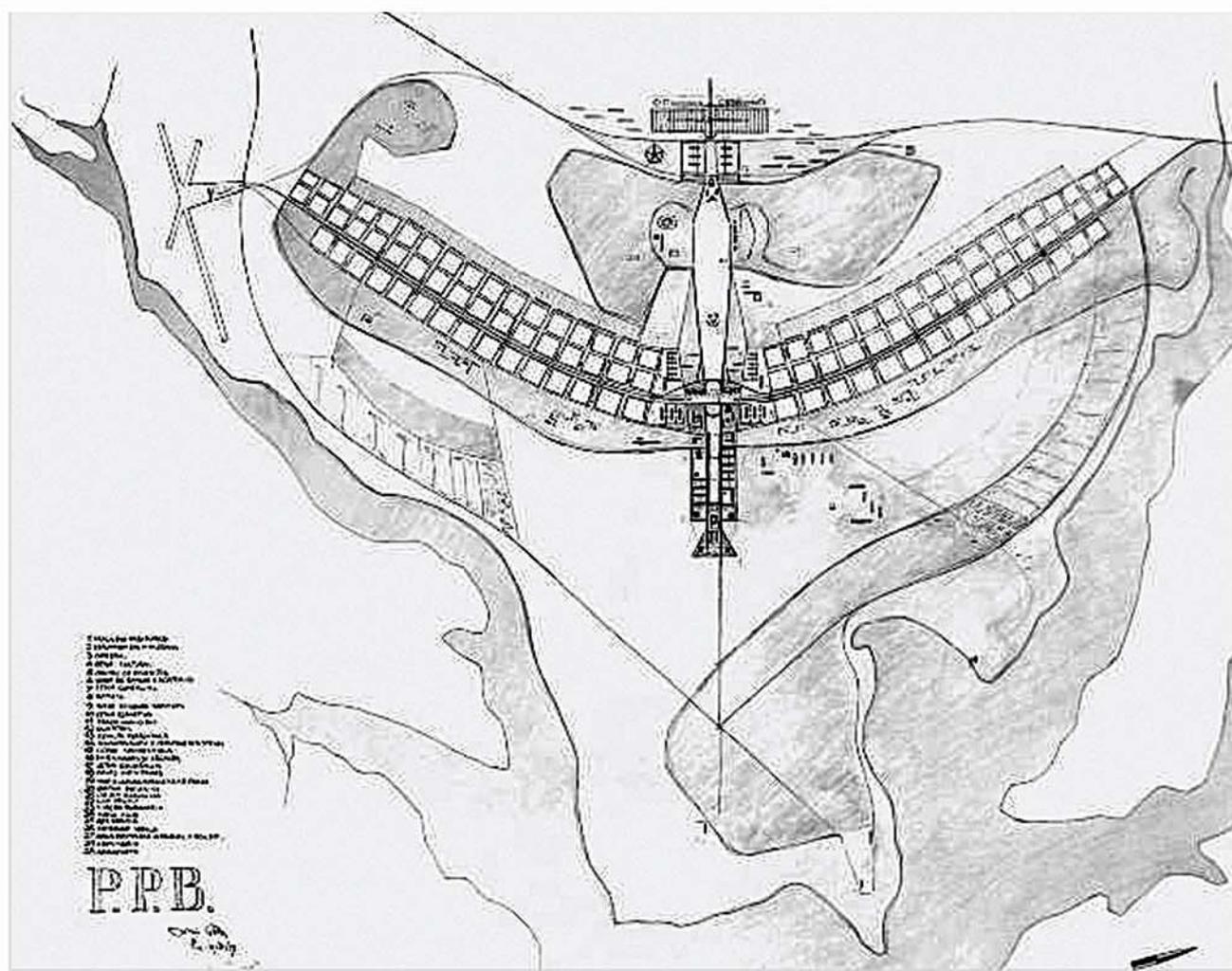
⁴⁸ Chandigarh teve sua construção iniciada em 1951 e parcialmente finalizada em 1965, localiza-se ao norte da Índia, sendo capital da província de Haryana e Punjab.

racionalista, há uma concentração de poder na construção e produção desses agenciamentos, que deveria ser legado ao Estado, àqueles que planejaram, às autoridades. Pelo plano e pela lógica da produção e construção de Brasília, o racionalismo urbanístico reproduz o mito da razão⁴⁹. O mito sobre como ela [a cidade] deve funcionar pela lógica estratégica do aparelho de Estado, como ela deve criar seus valores subjetivos e fazer seus agenciamentos no campo social – mesmo nas coletividades da superquadra, das vias comerciais. Ora, parece tudo muito absoluto, é tudo muito territorializado sem possibilidade de fluxo e movimento, definido onde começa e onde termina. Tudo um desenho controlado de cima, do ar.

O urbanismo, dentre vários aspectos e não unicamente, é uma disciplina fabricada pelos aparelhos de Estado para regulamentar e controlar o espaço, no caso do plano piloto de Brasília, parecia que nada iria escapar a essa regulamentação: onde morar, onde trabalhar, onde recrear, onde circular, onde tudo tem número, uma sigla, carimbo e registro.

Mas não é bem assim que as cidades se dão, há uma produção de desejo e de comportamentos que escapam ao projeto e produzem novos mitos, e que ocupa-se menos com o passado e suas tramas colonizatórias, como o Antropófago de Oswald de Andrade, e faz suas novas antropofagias, do presente. Dentro de novos espaços, mais a oeste, mais a leste. A cada novo mito [utopia] surge o que vai contra o mito [distopias] e na medida em que se cristalizam novos agenciamentos já ali começam os escapes à ordem desejada pelo projeto utópico [heterotopias].

⁴⁹ Adorno e Horkheimer chamam de mito da Razão, a prática em a razão “se comporta em relação às coisas como um ditador em relação aos homens”. Em nome da razão realiza-se o discurso do progresso e a ideia de que racionalidade legitima o comando autoritário.



8 | Projeto para o Plano Piloto por Lucio Costa
(1o colocado)



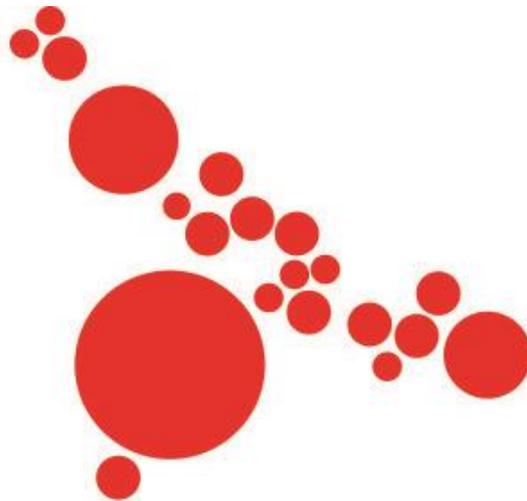
9 | Projeto Boruch Milaman e equipe
(2o colocado)



10 | Projeto M.M.M. Roberto e equipe
(3o e 4o colocado)

HIPÓTESES

SOBRE RECORTES DE BRASÍLIA



Eu venho vindo de longe, decisão antiga
Trazendo nas mãos de espinho, a ferramenta amiga
Me pesam nos ombros largos, cidade fadiga
Pesam nos ombros amargos, cidade fadiga
De uma asa a outra asa, sua distância da viga
De uma asa a outra asa, entre chegada e partida
Sou tudo que sou, candango,
quando Brasília,
ser....ia

*Abertura do filme Conterrâneos Velhos de Guerra –
Vladimir Carvalho*

Sobre as dimensões do espaço pensado, acionado por discursos e materializado em Brasília, quando a potência de um espaço de sertão se embrulha numa cidade projeto utópico, é que vamos nos aventurar. A partir daqui, depois da costura pela história do sertão e pela história de Brasília, margeando os recalques dos conceitos, desejos, das ideias de territorialidade, margeando a geografia, a literatura, a urbanística; vamos buscar por vestígios onde a ideia de sertão e o conceito da terceira margem se imbricam com a cidade planejada de Brasília. São alguns dos modos de falar desse lugar-Brasília e dessa ideia de sertão, que ajudam nas contextualizações e compreensões de acontecimentos dentro da produção de uma cidade impregnada de pensamento sobre o ideal, o desejado, o planejado, sobre a utopia.

Em uma cidade com um projeto totalizante e repleta das tramas da modernização, haveria espaço em seu domínio para esse tensionamento com o sertão? Ou a cidade de Brasília acabou com aquele sertão? Acreditamos que não, e procuramos aqui capturar a potência desterritorializante do sertão na produção de uma nova cidade. Acreditamos que Brasília está justamente nessa disputa do sertão: *locus* certo x lugar incerto. É interessante perceber que, a própria fala de Brasília, não aparece apenas no fato da Brasília construída, mas também nos desmembramentos sociais e territoriais que a consolidação de Brasília proporcionou. A maneira como Brasília aconteceu, como o entorno de Brasília se formou e como se relaciona com ela hoje estão sempre permeadas do discurso sobre utopia, permeados pela inadequação espacial do lugar do Outro. São imagens que continuam paralelas ao fato, Brasília, sendo que o projeto do traçado urbanístico de Brasília frequentemente é acionado para levantar discursos e possibilidades de verdade, enquanto pouco contextualizam o entendimento desses processos sociais históricos ou levantam os olhos para os sujeitos ali circunstanciados. Essa pretensão de debate está na escolha dos recortes aqui apresentados. Procuramos o sertão sempre dilatando as relações de poder que atuam na disputa pelo território, porque o sertão se encontra na produção de territorialidade, que se inicia com o desejo de desterritorializar do discurso de utopia como modelo. E depois, como movimento contínuo, vai reterritorializar noutros sertões, noutras utopias.

Para o caso deste trabalho, foram elencadas como leituras possíveis dessas relações e desses discursos algumas derivações de ordem tanto territorial quanto espacial de Brasília: o primeiro recorte tem sua temporalidade já marcada durante a construção de

projeto de Lúcio Costa, quando o plano piloto sai da escala 1:25000⁵⁰, se aproxima do solo e de fato define um espaço de acontecimento social, carregado de contrastes e paradoxos das velhas estruturas brasileiras. Esse recorte fala dos sertanejos, fala dos candangos ao falar de periferia, de cultura, invisibilidade e margem. Fala daqueles que vieram com o dever de se reterritorializar, que partiram do sertão da geografia da seca, e acabaram por encarar outras margens de sertão em Brasília, margens produzidas pelo próprio discurso civilizatório.

O segundo recorte é um encadeamento do primeiro, em uma relação temporal um pouco distante; desprovido de contiguidade, mas referencialmente marcado por ele. Trata de um novo território de subjetividade de sertão que escoa numa Brasília consolidada, derivada do acontecimento nomeado de “Brasília Revisitada”, explicada à frente. Fala de território, de discurso étnico, de especulação imobiliária, de tombamento do projeto de utopia, de periferia, de cultura, de invisibilidade e margem.

No momento em que o Brasil mudava seu mapa geopolítico com um fortíssimo apelo discursivo de uma nova ordem nacional, com aspirações de ingresso na era da industrialização e modernização intensa e rápida, mas principalmente, embasada pelo discurso do conceito de modernidade e ideais funcionalistas, entendemos o processo de concretização do discurso, que para alguns é “artificial” (Clarice Lispector). Clarice Lispector descreve, perplexa, duas visitas a Brasília (dois textos publicados: o primeiro é *Brasília*, parte da coletânea *Para não esquecer*, de 1962; e o segundo, quando retorna à cidade, em 1974, chamado *Brasília Esplendor*). Na primeira visita de Clarice a Brasília, em 1962, a utopia era ainda um discurso que se mostrava, para o resto do Brasil, de uma realidade a ser alcançada, numa cidade recém-inaugurada; e portanto o estranhamento da escritora, porque seu sentir em Brasília foi de algo totalmente e inevitavelmente distópico. No segundo momento (1974) o sentimento relacionado à idealização da utopia já se tratava de uma realidade consolidada que deveria ter se tornado um “esplendor” de realidade, e sua escrita nesse novo estranhamento, racionaliza as percepções do brasileiro comum.

⁵⁰ O Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, estabelece aos competidores que “3. O plano piloto deverá abranger: a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25000); b) relatório justificativo.” (apud BRAGA:2010, p.39)

O susto de Clarice Lispector está na artificialidade da “estrela espatifada” de Brasília e na criação de uma paisagem rígida, que parece esperar por uma cidade (ainda). Ambos os textos são um questionamento sobre a possibilidade de cidade, que cidade é possível neste espaço, neste tempo: “o tempo no futuro já passou” (1962) e que civilização seria esta. Entendemos que nessa artificialidade é onde se imbrica a ideia de sertão, pois remete não apenas à qualidade utópica da concepção de Brasília, mas a que tipo de experiência urbana se faz possível diante disso. Está na positividade de Brasília a nominação de cidade, e na movência do sertão e da terceira margem, que se fez o espaço ocupado no campo simbólico e imaginado. Para Clarice a artificialidade da capital é brutal:

Brasília é construída na linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. (...) Brasília ainda não tem o homem de Brasília. – Se eu dissesse que Brasília é bonita, veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia, vêem nisso uma acusação; mas a minha insônia não é bonita nem feia – minha insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil; eles ergueram o espanto deles, e deixaram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério. (1962)

Brasília é uma cidade abstrata. E não há como concretizá-la. É uma cidade redonda e sem esquinas.(...) Como será quem nasce em Brasília quando crescer e virar homem? Porque a cidade é habitada por forasteiros nostálgicos. Os exilados. Os que nascem lá serão o futuro. Futuro faiscante como aço. Se eu ainda estiver viva, aplaudirei o produto estranho e altamente novo que surgirá. Será proibido fumar? Será proibido tudo, meu Deus? Brasília parece uma inauguração. Todos os dias é inaugurada. (...) Brasília dá um fora na gente que mete medo. Por que me sinto tão culpada lá? Que foi que fiz? E por que não ergueram bem no centro da cidade um grande Ovo branco? É que não tem centro. Mas o Ovo faz falta.(1974)

E a fantasia vira insônia – para os corpos de alteridade, mas também, e muito, para os produtores do discurso racionalista que se veem diante de movimentos sociais de luta por moradia, ocupações irregulares, criações de associações de moradores, reivindicações de território, lutas de resistências diversas. Produto de um desejo, o projeto de utopia quando concretizado desloca-a (a utopia) para outro lugar, tira-a do pensamento idealizado para entrar em disputa com ela a partir de suas próprias circunstâncias. Em Brasília esse conflito de um ideal político que instaurava um projeto urbano de soberania sobre o sertão, transformou-se em ficção política e sociológica pois, de fato, “Eles quiseram negar que a

gente não presta. Construções com espaço calculado para as nuvens. O inferno me entende melhor.”

Brasília, que seria essa cidade corrigida e um sertão superado, faz parte de um pensamento político e de uma máquina de trabalho de urbanismo e forma de cidade que atua estruturalmente dentro das pretensões do imaginário de Getúlio Vargas, JK, Le Corbusier, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, etc - esses bandeirantes da modernidade. Um imaginário, no entanto, sem compromisso com estratégias de realização, sem compreender ou dar densidade ao experimento social a que se propunham, a que discursavam. Nesse avanço bandeirante sobre seu próprio território, o modernismo criou e reforçou fronteiras de sertão, onde o urbanismo soberano tomou decisões soberanas sobre seus outros. Num estado movediço de sertão, sempre repondo suas fronteiras. A cidade é o principal foco dos discursos modernizadores e civilizatórios, ao tempo em que a cidade está sempre sendo posta em dúvida, em improvisações dinâmicas e aleatórias. Ela própria se faz para dentro da reflexão e abstração teórica, na experiência empírica.

“Temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar **àquilo que o projeto urbanístico dela excluía**. A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a **movimentos contraditórios que se compensam e se combinam** fora do poder panóptico (...) Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossível de gerir.” (CERTEAU, 2002: 174, grifo nosso).

Para Certeau a falta de identidade legível e de transparência racional são componentes inerentes da vida urbana, a isso que chamamos de cidade. A cidade é senão o que ela se faz ser, não se territorializa fora do discurso sobre as coisas e sim nos afetos e intensidades que agencia. Está em disputa por apropriação, sempre. Forças divergentes que ora se revezam nessas possibilidades. A apropriação de uma, capaz da alienação de outras, onde eventualmente a ordem se inverte e novas apropriações distribuem novos arranjos.

Durante o processo de construção e de consolidação dos territórios na cidade alguns devires de reinvenção, subversão da ordem, participação desse espaço e desse discurso emergem, em movimentos de retorno, continuam a emergir pois há sempre essa disputa. Se organizam seja através de movimentos sociais, de luta por moradia, de movimentos de cultura, de resistência ao movimento de exclusão e de convenções espaciais programada

para a cidade-avião, demarcação de territórios. São desejos de mudanças e de transformações – sociais e espaciais que compõem o jogo da cidade.

No caso dos recortes de Brasília, que serão destacados à frente, esses desejos movidos por um problema essencial prático, de moradia, criaram territórios e territorializaram um lado de fora, dentro; e um dentro fora. Dentro e fora aqui enquanto categorias espaciais em relação à cidade oficial. Pressionaram a criação de associações, assentamentos ilegais, demarcações de terras indígenas, organizações político-administrativas, cidades-satélites, periferia. Territórios de afastamento e de aproximação, áreas de alteridade e ao mesmo tempo de inversão dessa alteridade, quando o ilegal se torna legal já surge outra alteridade de legalidade embutida no processo. Os enfrentamentos criaram um novo mapa para Brasília, que até então era apenas um devir-avião sobrevoando o sertão. Interessante notar que ao mesmo tempo em que havia apropriação do trabalho dos candangos havia também apropriação pelos candangos dos discursos hegemônicos, nas suas resistências ou reivindicações, com um enfrentamento acontecendo na própria macropolítica, como veremos o caso da Vila Sarah Kubitschek. A resistência às vezes busca uma alteração do *status quo*, às vezes busca inserção no *status quo*. Daí que os processos estão sempre em movência, são formas de apropriação, políticas de transformação, lutas por singularização que colocam a cidade em dúvida, mas nem sempre a rejeitam, pois estão sempre em relação a ela. Algumas tem o desejo de “entrar no mapa”, outras lutam por apropriação de novas improvisações.

Pelo arranjo inicial, o Estado firmado na Novacap, era proprietário da totalidade do solo urbano de Brasília, da riqueza, do projeto urbanístico e seu “entorno”, o que orbita em torno dele. Naturalmente a partir de processos orgânicos e vivos, estratégias sociais de sobrevivência, de prosperidade, de avanço em relação a uma situação anterior, surgem enfrentamentos a esse arranjo. E agenciam-se novos processos sociais em termos lógicos e históricos para tal enfrentamento. Algumas vezes esses enfrentamentos são na vibração marcada pelo pensamento utópico, por outras ressoam na distopia diretamente e a partir das apropriações geradas criam coisas novas, ou não. O momento inicial de construção de Brasília circunscreve um conjunto de dispositivos de apropriação do trabalho alheio, desses candangos, e de segregação espacial programada e vigiada. A Novacap é a instituição legal, é o dispositivo que conecta o discurso à prática. Ela exerce um poder de soberania no exercício disciplinar e regulador da população.

A zona de construção de Brasília foi dividida pela Novacap em três áreas⁵¹:

1. Povoamentos preexistentes
 - Planaltina
 - Brazlândia
 - nucleamentos rurais
2. Povoamentos planejados e permanentes
 - Plano Piloto e casas da Fundação Casa Popular (FCP)
3. Acampamentos planejados provisórios
 - Acampamentos de construção (Novacap, Velhacap, Candangolândia, IAPC, empreiteiras particulares) e a Cidade Livre.

Imediatamente ao início das obras já existiam os povoamentos ilegais, que anos depois deram origem às cidades-satélites. Sobre os povoamentos, em 1959 eram: Vila Sarah Kubitschek (3.677 pessoas), Vila Amaury (6.196), Vila Planalto [6.500], Vila do IAPI [8.084]. A Vila do IAPI era a junção de Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Morro do Querosene e Morro do Urubu.

O tema das cidades-satélite é de filiação corbusiana, Le Corbusier considerava que em se tratando da cidade industrial, a hierarquia nas funções da sociedade implicava uma hierarquia de privilégios, privilégios espaciais de localização e de acesso ao centro de poder. O conceito de hierarquia social para Le Corbusier não dizia respeito à propriedade da terra, mas à base da divisão de trabalho, da divisão de classes (FISHMAN: 1982). A concepção espacial da cidade-satélite corbusiana amadureceu nos seus estudos sobre a cidade contemporânea, e compartilha da ideia totalizante de um plano urbanístico que define e delinea um subúrbio ordenado, encarnado pelo desenho. Para os modernistas era uma forma de inclusão, aos princípios do desenho, à nova sociedade. Compunha a ideia totalizante de privacidade, autonomia, *design*, conveniência, produção, cooperação, função.

Dentro da lógica de inclusão modernista, os antigos nucleamentos urbanos preexistentes em relação à transferência da capital – Planaltina e Brazlândia foram “empossados” cidades-satélite de Brasília. Apesar do plano de Lúcio Costa não lançar imediatamente a cidade-satélite como solução espacial para o crescimento urbano de Brasília em seu relatório, logo nos comentários do júri montado para o concurso, a respeito do projeto, há na categoria “Vantagens” os seguintes tópicos:

⁵¹ Dados retirados de HOLSTON:1993. A população representada entre colchetes são do ano de 1964, após remoções para as cidades-satélite.

3.O plano estará concluído em dez anos, embora a cidade continue a crescer.

4.O tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após vinte anos se fará (a) pelas penínsulas e (b) por cidades-satélite.⁵²

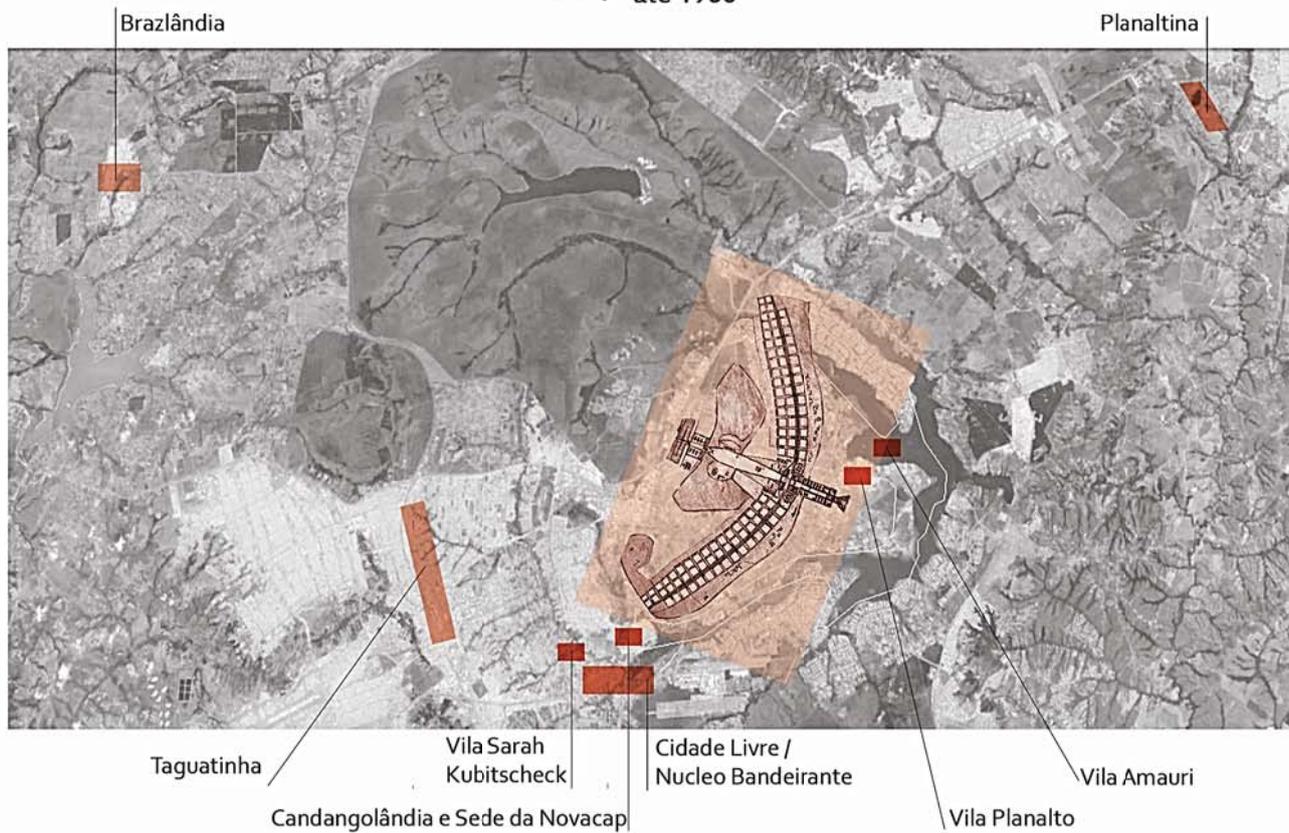
Planaltina (1859) era uma cidade histórica fundada por bandeirantes que começaram a chegar à região meados do século XVIII em busca de ouro e esmeraldas. Brazlândia (1933) a 60km do plano piloto, era um pequeno povoamento agropastoril de atividade familiar. Apesar de uma história e contexto paralelo ao fato Brasília, sofreram sanções com a transferência da capital: desapropriações em toda a área periférica aos nucleamentos da sede. No caso de Brazlândia, na década de 70 houve o represamento do Rio Descoberto para o abastecimento de água potável para Brasília, o que fez desaparecer muitas fazendas antigas da região. Ambas as cidades, assim como todas as outras que ocorreram no desdobramento dos fatos da capital, ao se tornarem cidades-satélite entenderam-se subordinadas a uma cidade solar, como zona de refúgio e refugio.

Às cidades que vieram após da implantação de Brasília, ao contrário do discurso modernista para o plano piloto, foi imposto um traçado cartesiano, tradicional e “obsoleto”. Carentes de equipamentos e distantes dos locais de trabalho. Em nada se aproximavam do Eldorado prometido por Lúcio Costa e JK. A ordem do discurso, do milagre de Lúcio Costa, na construção das cidades-satélite acontecia necessariamente o contrário, como uma deformação dos fundamentos modernistas. Para os burocratas e governistas, a cidade parque definitivamente não era para os candangos. Não carregava traços do trabalho dessa multidão e nem contaminava, com seus ideais e discurso igualitário e revolucionário, o desenho urbano das novas cidades do entorno da capital, Brasília se colocava completamente fora do contexto da sociedade brasileira.

Assim, enquanto utopia imaginada, ele (o relatório do plano piloto) silencia a respeito dos detalhes da construção, da ocupação e da organização da cidade, pois estas teriam negado seu objetivo: libertar-se das condições existentes, daquilo que era inadequado e inaceitável no Brasil. Teriam violado as estruturas do discurso utópico e comprometido a ideia de uma capital. (...) Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural. (HOLSTON: 1993, p.199-200)

⁵² Assinado pelos membros do juri: William Holford, Stamo Papadaki, André Sive, Oscar Niemeyer e Luiz Hildebrando Hora Barbosa.

11 | Acampamentos irregulares e povoados da Novacap até 1960



12 | Nova capital para o Brasil (fonte: Arquivo Brasília)

a novacap e a espacialização das relações de poder

Como se sabe, durante a construção de Brasília, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital foi o agente principal que encarnou o aparelho de Estado, estando diretamente subordinada à presidência da República. E como o Estado é algo que sempre existiu, ele não é pensável independente dessa relação – entre zonas controladas da cidade e aparelho jurídico-burocrático-policial – a Novacap assumiu para si toda a autoridade jurídica, onde além de gerir as questões administrativas, deveria resolver todo e qualquer tipo de conflito, criando inclusive uma corporação policial deflagrada para prestar serviços de segurança no canteiro de obras de Brasília, chamada de GEP – Guarda Especial de Brasília.

Depois de desapropriada pelo governo federal, a região não ficou mais sujeita à jurisdição do estado de Goiás e muito menos do longínquo Rio de Janeiro. O governo, representado na figura de Israel Pinheiro, assumiu poderes constitucionais — quase absoluto, sobre direitos e deveres civis, incluindo horário e turno dos trabalhadores. (OLIVEIRA apud LUIZ, 2007).

Os gebianos, ou bate-paus, como também eram chamados esses policiais entre os candangos, aterrorizavam a população operária não apenas. A Associação Comercial de Brasília, locada na Cidade Livre, chegou a pedir a extinção da corporação, sem sucesso. A Novacap além de agilidade nos canteiros de obra e ordem nos acampamentos dos trabalhadores da construção civil, pretendia evitar que a força de trabalho se fixasse territorialmente ali. O processo de desterritorialização era irrefutável: as famílias dos trabalhadores migrantes não podiam se fixar, as condições eram precárias e temporárias e a Novacap criava restrições severas e controlava a organização dos acampamentos das empreiteiras. Operaram práticas de assujeitamento que mantinham um contingente de trabalhadores nos acampamentos das construtoras explorados e desrespeitados, nem prisioneiros nem libertos, subtraídos à lei. Em contraposição a isso, crescia a Cidade Livre desenvolveu uma política folgada de encorajamento empresarial, atuando no agenciamento local de famílias, mulheres, economia, empregos, códigos, estratégias simbólicas. Foi um dos acampamentos com uma trajetória histórica de vivência coletiva mais emblemática no final dos anos 50, período acelerado de construção de Brasília foi a Cidade Livre, fundada em 1957. No panorama da cidade-canteiro, a Cidade Livre desenhava uma sociografias singular, de contraste com o que era a cotidianidade dos acampamentos da Novacap. Como o sertão, era como se fosse um espaço de ausência, uma ausência em

relação a um modelo imposto de cidade. Trabalha em cima de um *modus operandi* próprio, constituído principalmente dos migrantes nordestinos, mineiros e goianos, os bravos sertanejos em processo de territorialização.

Oficialmente chamada Núcleo Provisório dos Bandeirantes, a Cidade Livre foi um assentamento exterior ao traçado do Plano Piloto⁵³ que surgiu como uma zona comercial temporária – cujo sentido remete ao “livre de impostos”, mas pode-se considerar que se estendeu a várias outras formas de agenciamentos de liberdade individual. A Novacap determinava que ao fim da construção de Brasília o nucleamento seria “arrasado” (portanto ser temporário), mas enquanto as obras do Plano Piloto estivessem em andamento e a capital ainda não inaugurada, esse nucleamento estaria destinado à iniciativa privada na prestação de serviços e oferta de bens de consumo aos trabalhadores dos acampamentos, funcionava com concessão gratuita da terra por 4 anos e estava livre de impostos. Segundo James Holston, *pelo plano original da Novacap a Cidade Livre era o único povoamento temporário autorizado a oferecer residências para quem não estivesse alojado nos acampamentos de obra*. A Cidade Livre foi o primeiro destino dos migrantes, a base do processo de ocupação candanga, local de chegada e zona aglutinadora dos trabalhadores e recém migrados, com residências e lojas construídas em madeira carregava em sua tipologia uma imagem de provisoriedade, já que seria reduzida segundo Israel Pinheiro, então presidente da Novacap: “Em abril de 1960, mando os tratores para esmagar tudo”. Para a Novacap, aquela que organizou a concessão de lotes e administrou o estabelecimento de atividades comerciais no nucleamento, após a data estabelecida por Israel Pinheiro, os comerciantes teriam o direito à transferência de seus negócios para terrenos comerciais destinados dentro do traçado urbanístico do Plano Piloto, as avenidas comerciais w3 sul e norte, principalmente, e os demais residentes deveriam retornar para seus estados de origem, ou seja, deveriam “desaparecer”.

Enquanto isso chegava/carradas de pau de arara
Chegava toda semana / gente para trabalhar
Serviço tinha pra tudo / só não tinha onde morar

⁵³ O local escolhido pela Novacap para assentar o Núcleo Provisório Bandeirante, centralidade comercial necessária para a viabilização da construção de Brasília, recaiu no cruzamento entre duas rodovias de tráfego intenso que faziam a ligação de cidades goianas com a futura capital e seus canteiros de obras e acampamentos.

Na Cidade Livre não coube / só tinha que se espalhar
nestas alturas invasão / se deu logo a começar
Foi gente que ninguém conta / sem ter onde morar
Tudo era trabalhador / sem lugar para acampar

S. Tião

A efervescência da cotidianidade da Cidade Livre e sua vocação de centro urbano foram consolidadas com um crescimento urbano vibrante, intenso e rápido que em pouco tempo se tornou incontornável com mais de 20.000 pessoas. Na Brasília em construção, o trabalho era eminentemente masculino, a variação de idade era pouca - entre 18 e 35 anos - e a maioria esmagadora dos candangos provinha dos estados nordestinos. Nessa perspectiva a Cidade Livre supriu uma função primordial, que era prover serviços básicos para esse contingente populacional de trabalhadores: lojas, bares, feiras, restaurantes, pontos de venda de material de construção, cabarés⁵⁴, barbearias, açougues, farmácias, escolas, cinema. Segundo consta havia ainda locais para cultos da igreja batista, um local para cultos kardecistas e uma igreja católica. Centenas e depois milhares de construções de madeira iam se fixando, tanto dentro da área demarcada pela Novacap, quanto nas proximidades da estrada de ferro. A presença feminina, tanto pela existência de famílias dos comerciantes e operários que residiam na Cidade Livre, quanto pela vida articulada pelo mercado sexual e pela boemia territorializada ali, agenciou uma vida social dessemelhante de outras espacialidades nas obras de Brasília. Essas mulheres tornaram-se uma forma de espacialização da vida social da ideia de sertão, experimentaram uma atividade de tensionamento entre territórios: os dos homens, o do trabalho, o do projeto de utopia e o modo concreto de estar e de se relacionar com o contexto que fabricamos. Eram uma

⁵⁴ “A diversão era resumido o seguinte, tinha só duas *classe*: o operário propriamente dito e os *engenheiro*, administrador de obra (...) a diversão deles (engenheiros e “doutorado”) era num único prédio que tinha de alvenaria, que era um hotel perto do Palácio da Alvorada, que depois pegou fogo. Ali tinha uma boate ou coisa parecida e eles iam para ali e à noite tinha uns *cabaré* que eram *montado* só para eles, vinha só mulheres *escolhida*(...) eles buscavam em Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia. E o trabalhador não tinha aonde sexualmente...aonde ir. Eles *tinha* que ir pra Luziânia ou para Formosa. E quando acontecia a folha de pagamento que eles *ia*, dava falha de serviço. E com muito custo eles *convenceu* na época quem governava Brasília era o Israel Pinheiro ... ai ele concordou em montar o cabaré depois da estrada de ferro no Núcleo Bandeirante, e ali foi montado (...) e ai quando saia pagamento aquilo lá virava um inferno, ia todo mundo pra lá (...) era uma casa com fila de quase 300 homens (...) tinha um portãozinho, o cara ficava ali e a mulher gritava “tou livre!” e o cara abria o portãozinho e entrava e daí a pouco outra mulher gritava... e a fila ia andando, praticamente a noite inteira.” Depoimento de Perdiz, retirado do curta metragem “A Saga das Candangas Invisíveis” (2008) de Denise Caputo.

representação de conceito da terceira margem, nessa fabricação de mundos e entrelaçamento da vida social no ideal de cidade de Brasília. A presença feminina estabelecia um princípio de conexão com uma realidade natural, sexual, espiritual de grande importância nesse sertão masculino, extenuante e brutalizado da construção civil. O mercado sexual do Alto da Mercedes⁵⁵ exercia no campo simbólico e no campo desviante do plano político do mito-poesia (HOLSTON) de Lúcio Costa uma realidade de experiência sociológica, de liberdade, de corpo, de desejo, de desprendimento.

A importância que a Cidade Livre tinha no processo de territorialização dos migrantes em Brasília era incontestável e válvula de um complexo jogo, múltiplos territórios, onde pairava o domínio da ruptura, clivagem e do controle, na insistência da presença da Novacap, ao tempo em que era território livre do desejo social. O desejo de produção de relações sociais, na produção de realidades que não estão no mundo das ideias, mas numa produção de sentidos de significantes que criam realidades. Para Deleuze, somos “máquinas desejantes” onde se criam fluxos de agenciamentos, e a Cidade Livre frente ao contexto dos acampamentos de construção se produziu num campo aberto, em movimentos de abertura para novos agenciamentos e não de fechamento à restrições ou imposições de uma estrutura maior. Nietzsche chama desejo de “vontade de potência”, cuja vontade produzia arranjos de multiplicidade, no mover-se no real, no objeto real – produção de cidade. Importa menos definir para onde ou pra quem esse desejo ia, na fuga de um lugar muito preciso de categorização. Importa entendermos o movimento de territorialidade. A Cidade Livre eleva a ideia de sertão que deve ser arrasado (virar “mar”, virar cidade) para se aproximar do conceito da terceira margem, que faz Brasília virar sertão e produção de realidade. Era o próprio desejo de potência de uma autonomia e por mostrar-se avesso àquele modelo de civilização que Brasília mitologizava.

De devires capitalísticos e da criação que, mesmo se encaixando nos registros dominantes, estavam em ebulição e em constante “desembarque” de um grande contingente de pessoas em produção, perdas e procuras. Uma determinada ordem social

⁵⁵ “O lugar certo para isso chamava-se Alto das Mercedes. Mercedes não indicava o nome de uma mulher, mas de uma grande placa da Mercedes-Benz fincada no final da Cidade Livre, depois da linha do trem. Lá era o paraíso masculino, onde se aglomeravam os barrados das mulheres de vestidos de tule colorido e batons vistosos. (SILVA:2011, p.46)

com agenciamentos singulares, estabelecendo uma espécie de relações complementares e de dependência.

A Cidade Livre atraía também gente de todo o Brasil, com um predomínio de mineiros e nordestinos. Quando os novos candangos não podiam morar com suas famílias nos acampamentos das obras, vinham para as áreas comerciais, dominadas por árabes e nordestinos, ou para as invasões que foram surgindo, Morros do Urubu e do Querosene, Vila Esperança, Vila Tenório, IAPI, Divinéia, Vicentina e Sarah Kubitschek. (...) os lotes eram distribuídos em regime de comodato e, como a escritura não era definitiva, deveriam ser devolvidas à Novacap no final de 1959; que não se davam alvarás para residências, que deveriam ser destruídas quando Brasília fosse inaugurada – primeira **cidade destacável**, a Cidade Livre era construída para ser destruída. (ALMINO in SILVA: 2011, p.43)

A luta pela permanência no território da Cidade Livre e a mobilização popular para tal, frente a várias categorias profissionais, residentes e comerciários⁵⁶, escreveu uma história de Brasília que registra a atuação de cidadãos na urbe para além do desenho de Lúcio Costa. A trajetória do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante lança força para nossa ideia de lugar deixado por ocupar, para depois ocupar e então desocupar, um afastamento de Estado de caráter agregador que se elabora muito mais em um Estado de democracia populista onde camaleonicamente se situa entre negociador, repressor e conciliador. Essa atuação camaleônica acentuava a relação distante entre a Brasília desejada - a monumentalizada, dos paulistas, cariocas e estrangeiros, e a Brasília indesejada – a dos sertanejos: nordestinos, goianos e mineiros, essa dos candangos; a Brasília de uma ordem social singular e coletiva.

A partir da ameaça de demolição da Novacap, das demarcações físicas dos territórios proibidos e da aproximação com a data de inauguração da nova capital, os moradores da Cidade Livre organizados primeiramente numa Associação Comercial e posteriormente numa Associação dos Habitantes Pioneiros do Núcleo Bandeirante, se organizaram na ideia de fixação no local e urbanização de seu espaço de desejo. Pretendiam além de manter a cidade, e lá permanecerem, garantir implementação de infraestrutura e acesso a outras pautas assumidas por JK. Kubitschek assumiu politicamente a fixação do Núcleo Bandeirante e durante seu exercício de poder deu início ao processo de

⁵⁶ “Havia três tipos de moradores na Cidade Livre, no que tange aos direitos legais de fixar-se ali temporariamente: aqueles empresários que tinham contratos, garantindo-lhes estabelecer empresas comerciais (...); os que pagavam aluguel aos empresários; e os favelados, que simplesmente invadiam terrenos.” (HOLSTON:1993, p.265)

urbanização, sem legalizar a cidade por decreto. Seu sucessor, Jânio Quadros interrompeu as obras de urbanização e iniciou um movimento de erradicação e demolição. Jânio Quadros trabalhava dentro da lógica racional utópica, pretendia a erradicação e arrasamento daquela margem que se formava ali, de sertão. Assim nasceu o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante – MPFUNB – que absorve significado histórico na luta pelo direito à cidade em Brasília.

As tarefas centrais da luta pela fixação eram coordenadas pelos membros da diretoria do MPFUNB, além de contar também com comissões internas (de política, propaganda, finanças, donas-de-casa, estudantes e comerciantes), que tomaram corpo a partir de junho quando se intensificou a articulação com os políticos no Congresso. (SOUSA in PAVIANI: 1998 p.187)

O exemplo de luta por moradia e permanência do Núcleo Bandeirante aponta para a capacidade de pressão e de mobilização contra a repressão mantida pela Prefeitura do Distrito Federal e para a atuação estratégica frente a parlamentares. Os moradores atuaram complementarmente, entendendo a lógica do Estado e apoiando-se nela – num primeiro momento dentro da lógica de democracia populista de JK; posteriormente durante o governo de Jânio Quadros, os moradores e a polícia entraram em repetidos confrontos e o clima de violência afetou a estrutura do MPFUNB. Alguns associados, amedrontados com a violência e o ambiente urbano de luta, abandonaram suas casas e partiram em movimento de desterritorialização, o que gerou um esvaziamento do território do Núcleo Bandeirante. Após a renúncia de Jânio, o conflito pela regularização, urbanização e permanência foi deslocado para os gabinetes do presidente João Goulart e dos congressistas. Goulart, que já havia intercedido em favor da Vila Amaury⁵⁷ e buscava apoio para o sistema parlamentarista junto à bancada de esquerda, que articulava bem interesses específicos de luta com questões políticas mais gerais. Em 1961 um decreto ratificou a fixação do Núcleo Bandeirante como cidade-satélite de Brasília e em 1964 passou a integrar uma Região Administrativa. Foi esta a última cidade-satélite fundada antes do golpe militar de 1964.

Naturalmente surgiram vários outros acampamentos informais a contragosto da Novacap, que contrastavam com as zonas de atividades reconhecidas pela autarquia. Como

⁵⁷ A Vila Amaury surgiu da reunião de assentamentos dispersos próximos às empresas construtoras num local único (e temporário), com o “consentimento” da Novacap: a terra baixa da área que seria inundada com a construção do lago artificial. A vila tinha a autorização da Novacap em se estabelecer mas não dispunha de qualquer assistência a sua população. Depois da inauguração, a Novacap construiu a segunda cidade-satélite de Brasília para receber esses trabalhadores, chamada Sobradinho.

dito, até 1964 existiam alguns povoamentos ilegais, como a: Vila Sara Kubitschek, Vila Amaury, Vila Planalto e Vila do IAPI estes totalizando uma população de 18.129, que à época representavam 28,2% da população do Distrito Federal.

Dessa política restritiva derivou uma condição de nomadismo, gerando processos ambulantes de procedimentos e trocas de espaço, que ampliavam suas formas de resistência conforme alargavam as operações de construção – com a implantação de estradas, com a chegada de mais trabalhadores, com o aquecimento da economia paralela do setor secundário e terciário. O espaço nômade aqui compreendido através do tratado de nomadologia de Deleuze e Guattari, diz-se em relação a uma *lógica diferente* daquela imposta pela lógica da propriedade, onde não representa uma oposição dialética à lógica do Estado, ao pensamento formal do aparelho de Estado, apenas no sentido de antagonizá-lo, o Estado e suas hierarquias, mas de buscar rupturas e abstrações nas suas ações dentro daquele mesmo pensamento de cidade; dentro da cidade, não fora dela. Essa lógica diferente não está sempre do mesmo lado, no entanto e por isso se diz neste trabalho da movência das margens de sertão, utopia, distopia, etc. A lógica se move e está em indefinição perpétua, como os recortes de Brasília apontam.

Nessa lógica diferente, que parte de uma potência dessemelhante e no entanto, por vezes, se move e volta a um pensamento hegemônico de cidade, não foi o Núcleo Bandeirante quem inaugurou a cronologia da luta pelo direito à cidade, na disputa por enunciamentos coletivos de transformação da democracia “projetada” de Brasília em uma construção social, um lugar de exercício e de decisões coletivas; de um trazer dos territórios de utopia racional e de utopia crítica de um futuro da sociedade para um lugar da prática do direito, diante de polaridades políticas amontoadas em processos históricos. A pioneira cidade-satélite fundada foi Taguatinga (1958) que surgiu do deslocamento de moradores oriundos da invasão Vila Sarah Kubitscheck, localizada nas imediações da Cidade Livre. O histórico de prática política e de luta por permanência da Vila Sarah desvelam interessantes códigos territoriais e relações de poder, quando praticaram, subversivamente, táticas de captura de discurso para sua ação de mobilização e pressão no movimento de fixação territorial e de resistência organizada que mediavam. Quando, assim como outros casos, foram tratados como refugio descartável da “glória” da construção, criaram uma agenda incontestável e partiram para a margem da visibilidade com astúcia e singularização.



A Vila Sarah Kubitschek, que foi um assentamento informal, surgido por volta de 1958, está aqui lançado como um grande movimento de territorialização por oportunas práticas de espaço, e pela desenvoltura de ações táticas de resistência e permanência que atravessam nossa ideia de sertão e os conceitos de des-re-territorialização. Monta com a terceira margem de Brasília um devir cidade, um porvir satélite. A produção simbólica que permeou a luta pela não remoção da Vila Sarah atravessa essa leitura que fazemos dos modos de desafiar a autoridade e o aparelho de Estado, no caso usando o próprio. Isso quer dizer que a Vila Sarah brota de um antagonismo, parte de uma experiência de invisibilidade, mas sua luta tinha por objetivo transformar a política do governo, de fazer-se visível para o programa habitacional do governo do Distrito Federal e poder estabelecer uma experiência correlata de representatividade, fazer-se parte integrante de um sistema de organização e dominação. As lutas e ações da associação da Vila Sarah são carregadas como a da primeira cidade-satélite de Brasília, em territorializações das distopias do projeto de Lúcio Costa – Taguatinga. A cidade-satélite foi uma prática de governo que depois virou retórica, e também exemplo de legitimação e captura do próprio discurso simbólico do governo na fundação posterior de outras cidades como Ceilândia, nomeada a partir do programa distrital Campanha de Erradicação de Invasão.

A ocupação batizada pelo nome da então primeira dama. D. Sarah Kubitschek, fazia parte da tática⁵⁸ de captura do discurso oficial e manipulação do próprio emblema da nova capital – seu “benfeitor” Juscelino Kubitschek. Essa ação tática fez margem na desterritorialização de um sertão, de distopia, um espaço excluído, ingovernável; foi reterritorializar na retórica do governo. A vila foi resultado de um fluxo de migrantes oriundos de regiões do Nordeste fortemente atingidos por uma seca intensa, no auge das construções da nova capital. Em sua chegada, foram impedidos pela guarda da Novacap de se estabelecerem na Cidade Livre (que já era receptáculo dos que vinham em busca de trabalho), assim, foram detidos por barreiras na estrada que dava acesso à Cidade Livre.

⁵⁸ A distinção elaborada por Certeau entre tática e estratégia ajuda a falar do tema das ocupações dentro de nosso quadro teórico. Michel de Certeau faz reflexão acerca dos modos de produzir o espaço e se relacionar com ele. Para ele, a tática não obedece à lei do lugar, opera dentro do movimento do oportunismo, onde “podem apenas usar, manipular e subverter esses espaços”. A estratégia é uma racionalização que distingue um ambiente “próprio”, reivindica autonomia numa relação com “exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU: 1998, p.98-99)

Sem ter para onde ir, inadequados e assujeitados, tomaram um terreno de assalto próximo ao acesso à cidade e lá montaram seus barracos.

Milhares de pessoas concentraram-se em menos de oito dias, improvisando uma cidade sem luz, água, esgoto, ruas, tudo funcionava de maneira precária. A escolha do nome Vila Sarah Kubitschek fazia parte da estratégia dos ocupantes. Esperavam, com essa homenagem à então primeira dama, impedir que a Novacap utilizasse a Guarda Especial de Brasília (GEB) para remover a invasão. (OLIVEIRA apud LUIZ , 2007).

Após um período de crescimento populacional, pois o fluxo de migrantes não cessava, e pela constante ameaça de expulsão, os moradores espalharam, taticamente, rumores de que por comando de “Dona Sarah” aqueles que ocupassem o terreno teriam seus direitos de posse por ela garantidos, *Em suma, a tática é a arte dos fracos* (CERTEAU: 1998, p.101) e tal tática fez com que inchasse o fluxo de moradores da Vila, que imediatamente foi invadida por uma grande quantidade de candangos até então fixados na Cidade Livre, que desejavam a propriedade de terreno (um investimento de posse) ou porque estavam sem fixação alguma. Os fracos então já eram muitos e queriam visibilidade a todo custo. A direção estratégica da Novacap ficou sem meios de agir violentamente contra os ocupantes o que segundo Holston, foi um “xeque-mate”:

Esta eficiente estratégia [*para o Holston isso é estratégia*] seria repetida muitas vezes nas várias lutas pelo direito de residência. Com poucos recursos, a associação baseou sua estratégia naquilo que era livre para manipular – os símbolos do governo –, pois supunha, corretamente, que as autoridades teriam mais dificuldades em marchar contra seus próprios emblemas. (HOLSTON: 1993, p.262, comentário nosso).

Imediatamente após as primeiras construções da Vila Sarah, correu a notícia que era só marcar um terreno para se ter direito de posse sobre o mesmo. Com a notícia surgiram as negociações em torno de um “lote de invasão”:

(...) gente que marcava um ou dois terrenos, bem perto da faixa de rodagem, e que ficava aguardando, sem nada construir, apenas cuidando para que outros não construíssem em suas “marcas”. Os que chegavam atrasados (...) aceitavam a proposta de venda dos oportunistas, comprando os terrenos “marcados” a dez, quinze e vinte mil cruzeiros. (RIBEIRO:2008, p.245)

Ao incorporar o discurso oficial, o grupo criou o exercício de compor e decompor, estabeleceu um modo de subjetivação (o devir Brasília, enquanto um olhar consciente sobre o território e o desejo, o fluxo, de pertencer à cidade oficial) e desenhou seus objetos e suas táticas. No caso da Vila Sarah Kubitschek, sua biografia se resguarda em determinações tácitas: a partir da mobilização e da invocação do nome da primeira dama e da “saia justa”

na qual se viu, Juscelino delegou à Novacap a criação de uma cidade-satélite, a 25 quilômetros do Plano Piloto - Taguatinga. E para lá iriam todos os invasores indesejados, os favelados de Brasília, sob a custódia da Novacap?

Relembrando, lançamos nesse trabalho que o sertão se apresenta como um tensionamento entre dois campos, cidade e sertão, e que em Brasília ele faz a terceira margem com seus processos de produção social da cidade, se fez no território de ausência, na proibição de entrada dos migrantes aos espaços dos privilegiados. Na Vila Sarah Kubitschek essa margem também se fez na emergência discursiva do direito a moradia, permanência e resistência frente às estratégias de expulsão da Novacap, que na esteira dos acontecimentos produziu múltiplas formas de dar sentido a isso. Agora a Novacap apresentava uma nova utopia relativa, um contorno para o enfrentamento com a remoção “pacífica” da população para aquela que seria a primeira cidade-satélite de Brasília, com promessas de investimentos e implementação de equipamentos coletivos. O que inicialmente foi recusado e repudiado, por fim foi contornado pela Companhia na insistência e no reforço dos argumentos hegemônicos da lógica do capitalismo: a posse “legítima” de terra. Os motivos para ficar eram muitos, haviam constituído ali uma territorialidade própria que mesmo diante das condições precárias que apresentava, localizava-se à beira da Cidade Livre, local de trabalho e comércio, de pulsante sociabilidade, acessível a diversos serviços ali disponíveis.

A respeito do movimento de transferência e erradicação da Vila Sarah, os moradores queixavam-se dos métodos e dos critérios, ambos os casos permeados por uma precária comunicação e compartilhamento de informações a respeito da área de destino. Daí o temor da distância em relação ao Plano Piloto e da carência de serviços básicos e infraestrutura. Os lotes em Taguatinga eram vendidos para “trabalhadores e servidores modestos”, visando a constituição de uma coletividade voltada para a propriedade pertencente à família – estavam impedidos de vender esses lotes, os compradores, porque a compra não era definitiva (SOUSA, MACHADO, JACCOUD in PAVIANI: 1996). Assim, as famílias contraíam uma dívida estendida por anos até que o governo decidisse pelas condições finais da compra. O poder do Estado aqui enquanto produtor de realidades numa racionalidade tecnocrática, cria uma circunstância imprecisa ao transferir uma população sem-teto para uma área de destinação, sem no entanto enfrentar a situação de fato. As famílias destituídas de condições de compra são transferidas igualmente, gerando uma

ocupação irregular dentro da própria ocupação. Seguindo essas práticas, deixa sem recursos aqueles já desatendidos no tecido institucional que vem sendo costurado, este que torna famílias inaptas para o compromisso de mercado com o governo, e portanto inaptas para a vida social segundo os critérios legalistas, pairadas na ausência de qualquer política habitacional e fundiária nas páginas monumentais de Brasília. As invasões mantem-se na condição de *posse defensiva* (idem) em assentamentos chamados de Vila Matias e Vila Dimas.

A grande dificuldade foi selecionar os recebedores de lotes na nova urbe, uma vez que estava previsto o acesso a eles apenas para trabalhadores e servidores de baixa renda, e muitos favelados estavam excluídos desses critérios formais. Assim, a cidade já nasce com as chamadas "invasões" (Vila Dimas e Vila Matias), pois havia muitos sem-teto que não se adequavam à legalidade instituída para a distribuição de lotes, ou seja, a cidade forjava já no seu nascimento a desigualdade social (...) a criação de Taguatinga era apenas uma mudança geográfica de sua condição de excluídos. (SOUSA, MACHADO, JACCOUD in PAVIANI:1996, p.61)

Ao ser inaugurada, dois anos antes de Brasília, Taguatinga já contava com uma administração local nomeada pela Novacap, responsável pela concessão de lotes e pelo cuidado dos serviços urbanos; a mobilização política alcançada pela associação de residentes da Vila Sarah Kubitschek não sobreviveu à transferência de seus membros para Taguatinga (HOLSTON). Foi inserida na estratégia de produção de cidades-satélite, estratégia essa que teve longa vida dentro dos órgãos de planejamento do GDF e que mantém uma lógica e um mecanismo de atuação que perduram até hoje.

As lutas por permanência em Brasília aqui apresentadas são marcadas por uma guerra de reconhecimento de seus direitos à cidade, na dimensão da habitabilidade. No entanto, o entendimento de cidade é múltiplo, se relaciona com a perspectiva do agenciamento. Esses agenciamentos não começam nem se concluem, se encontram sempre no meio, buscando a terceira margem em seu estado de movência; agem sobre o corpo individual e sobre o corpo social, numa produção de cidade, de subjetividade e de prática urbanizadora. Como dito anteriormente, assim como a Vila Sarah Kubitschek, ocorreram outras manifestações que contestavam esse direito de morar, essa dicotomia social e espacial acirrada pelo status e vantagens exclusivas distribuídas para o Plano Piloto. Essas vilas adquiriam para o Estado margens distópicas de alienação, uma abertura de desterritorialização do projeto inaugural de Brasília em um estado de disputa discursiva. Para a Novacap aquelas pessoas representavam o faroeste, eram sertanejos e seu resto do

tempo – a Companhia ali via um sertão se instalando. Para os sertanejos/candangos seus sertões eram muitas margens, margens de utopia – uma busca por um ideal, experimentações de distopia criadas a partir da não realização da utopia e da remoção para cidades e periferias. Margens de heterotopias que os fizeram permanecer e criar novos mundos, afeitos aos devires e incorporando modos de resistência e de fabricação de desejos. As margens em movência produzindo esses sertões e essas Brasília, sobreposição de margens, transfusão e fugas.

Voltando ao pensamento das táticas de resistências, essa resistência se manifesta em tudo que unimos afetivamente, politicamente, em inteligência, criação e desejo. Essa resistência no recorte aqui proposto vem em uma ocupação que permanece no limite enquanto ocupa. É o acampamento dos pioneiros, colado ao prédio moderno institucional, que existe enquanto eles coexistem, se insere nessa existência em um outro tempo, um outro diálogo, e se coloca na frente (ou nas bordas) de um modelo desenvolvimentista, e cria aí sua luta. Não pode existir. A resistência ao mesmo tempo em que espelha, inverte códigos normativos. Quando desconectada da sociedade, cria suas próprias instituições e organizações buscando explorar novos espaços, em seu estado de disputa por agenciamentos e apropriações.

O discurso de Brasília fez crer que o Brasil se modernizaria, mas o que fez foi deixar em evidência frente às velhas estruturas arcaicas sociais brasileiras. O discurso sendo produzido, para novamente se superar em uma crise de antiguidade, agora nos arredores da capital, atuando sempre para redirecionar a vida, com a intenção de higienizar a paisagem, apagar uma pregnância de sertão. Ao tempo em que o cidadão candango transformou-se no cidadão brasiliense foi assim construindo outra subjetividade, e essa perspectiva de apagamento da pregnância do sertão, foi, urbanisticamente falando, moderna e arcaicamente construída também na mentalidade da população.

O sertão é bom. Tudo aqui é perdido, tudo aqui é achado .. O sertão é confusão em grande demasiado sossego... ^(GSV:p.57)



14 | Migrantes chegando à Cidade Livre (fonte: Arquivo Brasília)

Pulando para outro recorte, agora mais recente, iremos observar como transpostas décadas de uma ocupação invisível, uma forma de vida insistente, um espaço produtivo de territorialidade, fez o desejan-te-incorporador de uma das maiores empreiteiras de Brasília, se deparar com a presença territorializada no sertão de índios. Índios que num contexto contemporâneo lutaram por uma estratégia de criação de um mundo, um mundo estruturado na anticaptura. De certa forma, um mundo não assujeitado enquanto corpo social, pois se coloca politicamente à margem de uma manipulação comum, unitária, consensual. A ideia de corpos assujeitados, no pensamento da filosofia, refere-se ao corpo social pulverizado no tecido institucional da sociedade. Remetendo à figura do Estado em cujos anseios está o controle, através de um “gerenciamento planejado da vida das populações” e da vida, segundo Foucault (DUARTE: 2008).

A luta candanga por moradia, por “estar em casa” em Brasília, sobrecarrega o minucioso território utópico com mecanismos de estratificação social criando margens de desterritorialização constantes. O planejamento de Brasília que acreditava atravessar o vazio, o ainda por fazer, na verdade negava o Brasil e negava aqueles que o construíam. E esses mecanismos foram bem sucedidos em vários casos, diante de conflitos ou simplesmente de aparições indesejadas de “cabanas operárias”, onde a Novacap e a Prefeitura do Distrito Federal conseguiram manejar, normatizar e legitimar uma política explícita de periferização⁵⁹, como já visto. Não é por menos que hoje se apresenta como uma das cidades mais estratificadas do Brasil tanto socialmente quanto espacialmente.

No Distrito Federal, não apenas a população de baixa renda se estabeleceu na periferia das cidades-satélite, como essa periferia concentra a maior parte da população da cidade. O DF é a unidade da federação mais desigual do país⁶⁰: em média o morador do DF

⁵⁹ A Campanha de Erradicação de Invasões, é exemplo de uma iniciativa oficial de “desfavelamento” do Plano Piloto, cria em 1971 a CEI-lândia [Ceilândia], na suposta intenção de absorver invasões. “Prometida como um espaço digno de habitabilidade (...) somente seis anos depois de criada é que Ceilândia oferece água encanada aos seus moradores e, a partir de 1983, a rede de esgotos começa a ser instalada.” (RESENDE, in PAVIANI: 1998, p. 219)

⁶⁰ “Dados apresentados pelo IBGE revelam que o DF tem a maior concentração de renda do país. A conclusão é do Censo 2010 e, de acordo com os números apresentados, o DF apresentou Índice de Gini de 0,600 — quando mais próximo de 1, mais concentrada é a renda da região.” Retirado de http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/12/19/internas_economia,339977/df-e-a-unidade-da-federacao-com-maior-concentracao-de-renda-do-pais.shtml

é o mais rico do país, e o Produto Interno Bruto per capita da região também é o maior do país (o triplo do restante do Brasil e quase o dobro do registrado no Estado de São Paulo).⁶¹

Ao longo de 54 anos desde sua fundação, a produção de cidade nada se distancia da perspectiva inicial dos aparelhos de Estado, no duplo processo de transformar o solo urbano em mercadoria de troca e renda especulativa através do rigoroso controle do seu uso e na elitização através da ocultação dos “cadáveres” e o recalque da história. A marcha de ocupação do solo especulado de Brasília teve, enquanto invenção recente, a criação do Setor Noroeste, área de expansão residencial “prevista” por Lúcio Costa quando solicitado a atuar novamente em Brasília, 25 anos após sua inauguração. O texto, chamado “Brasília Revisitada 1985/87 – Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana” foi anexado ao processo de tombamento de Brasília pela Unesco, que inscreveu em 1987 o plano piloto (e os bairros do lago) na sua Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Basicamente constava de referências-base para o que se considerava “o essencial da concepção urbanística” de Brasília, que foram traduzidas na preservação da “interação de quatro escalas urbanas”: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. A questão da dimensão da habitabilidade, e o pressuposto de que a expansão da oferta de moradia se faria através da implementação de cidades-satélite, torna o próprio discurso de Lúcio Costa no documento ambíguo:

Assim, a partir do surgimento precoce e improvisado das cidades-satélite, permaneceu até agora a intenção de manter entre esses núcleos e a capital uma larga faixa verde, destinada ao uso rural. Tal abordagem teve como consequência positiva a manutenção, ao longo de todos esses anos, da feição original de Brasília. Mas em contrapartida a longa distância as satélites e o Plano Piloto isolou demais a matriz dos dois terços de sua população metropolitana. (COSTA, in BRASÍLIA REVISITADA apud REVISTA PROJETO 100, ano 1987)

Dentro do documento, a escala residencial é compreendida no que diz respeito às superquadras dispostas ao longo de um eixo, chamado Eixo Rodoviário-Residencial; as superquadras são consideradas o grande elementor inovador de Brasília e seu diferencial em relação a outras cidades brasileiras como solução de desenho urbano para habitação. Em Brasília Revisitada, dentre vários pensamentos sobre “não descaracterizar o plano piloto” num subcapítulo chamado *Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto*, Lúcio

⁶¹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420_brasilia50anos_fp.shtml

Costa defende que, se necessário fosse, o plano piloto deveria expandir-se na direção de dois bairros ainda inexistentes aos quais nomeou Oeste Sul e Oeste Norte, localizando-os num mapa singelo e de escala inadequada. A questão do adensamento em áreas próximas ao plano piloto, voltou-se para a demanda de populações de baixa renda, *praticamente expulsas da cidade* (COSTA). A sugestão de implementação de uma última fronteira habitacional multifamiliar diretamente vinculada à área tombada da cidade, deveria dar-se mediante análise de demanda habitacional e atender a uma população de estrato social diversificado (classes baixa e média) conforme Lúcio Costa explicita:

Na implantação dos dois novos bairros a oeste – Oeste Sul e Oeste Norte – foram previstas **quadras econômicas** (pilotis e três pavimentos) para responder à **demanda habitacional popular** e superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto.

(...)

Convém insistir no atendimento à *necessidade de habitação popular* através da implantação em grande escala de quadras econômicas (...) inclusive para as possibilidades de fabricação em série dentro das tecnologias desenvolvidas pelo arquiteto João Filgueiras Lima, e que já conta com fábrica montada em Brasília. (grifo nosso)

Assim, para Lúcio Costa a carência de produção habitacional voltada para as classes baixas no Distrito Federal abrange tanto expansão dos eixos de ligação do plano piloto com as cidades-satélite quanto uma oferta habitacional de multiplicidade social para as áreas privilegiadas localizadas dentro do plano piloto, também, enquanto uma posição ideológica. Mas como historicamente já se pode compreender a forma de pensar e agir da associação entre o governo distrital e a indústria da construção civil no DF, houve uma captura desse discurso, relativizou-se o conteúdo, sequestrou-se a crise social de Brasília e foi concebido o decalque do empírico já produzido nas superquadras⁶². Revisitando suas

⁶² O desenho das superquadras do Plano Piloto era um “carimbo”: sequência contínua de áreas de habitação multifamiliar no formato de quadriláteros de cerca de 280m de lado. Dispostas ao longo de uma via expressa, mas sem acesso direto a ela, as superquadras são marcadas pela arborização densa e uma cinta verde emoldurando cada uma delas. O Setor Noroeste diz-se “permeado” pelos mesmos moldes (e não poderia ser diferente já que ele é vendido, inclusive, como área planejada por Lúcio Costa), mas comumente chamadas de “pseudo-superquadras”, são apontadas por não atenderem completamente a formalidade da proposta de Lúcio Costa, o que se apresenta como mais uma estratégia de produção e renovação do discurso utópico da cidade-modelo para fins comerciais.

criações antigas, Brasília se entrega à nostalgia e reabsorve sua própria ilusão em um empreendimento chamado “Setor Noroeste – o Primeiro Bairro Ecológico do Brasil”.

Assim foi celebrada a intimidade entre a obsessão da ADEMI/ DF – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – e o desejo do aparelho de Estado, que aprovou a implementação do Noroeste em 2008. O diálogo entre a ininterrupta realização de uma ocupação especulativa e o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – legitimou o Setor Noroeste, um projeto para 40 mil habitantes que hoje tem o valor do metro quadrado entre 7 e 12 mil reais⁶³ com imóveis que chegam a custar mais de 3 milhões. É um empreendimento de valores absurdos, que celebra uma agenda de governo entregue às forças do mercado e da especulação imobiliária, visando atender uma fatia de empreendedores (muito mais do que de moradores). Empreendimento “ecológico” que iria marchar, ironicamente, sobre uma área de 800 ha de cerrado nativo e de nascentes numa importante zona de recarga hídrica.

Mas fora das estratégias do Estado para viabilização do Noroeste é evocada uma outra modalidade de resistência. O Noroeste é um empreendimento marcado pelo afrouxamento de meios legais de confronto com sua viabilização, a acomodação de uma grilagem especulativa, que vinha sendo legitimada pelo tecido institucional por diversas “esferas legais”, faz margem com o sertão quando enfrenta um dos arquétipos mais antigos de exclusão nos processos de desenvolvimento econômico e seus subprodutos sociais. Na marcha para a construção do Noroeste, e no paralelismo espacial de sertão que a geografia às vezes proporciona, no bairro mais ecológico e abastado de Brasília é noticiada a implementação do Setor Noroeste viria a comprimir a presença de 32 indígenas, territorializados na área há mais de 4 décadas, e que já haviam marcado seu território na geografia daquela área:

A história mais recente da presença indígena em parte da área da antiga Fazenda Bananal, atualmente mais conhecida para a exterioridade como Santuário dos Pajés, situada na Asa Norte de Brasília, na microbacia hidrográfica do córrego Bananal, recua ao período do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), quando se deu a construção e a inauguração da atual Capital Federal do Brasil.

(...)

⁶³ Consulta online feita em junho/2014 no <http://www.wimoveis.com.br/>

Na época (da construção de Brasília), a Fazenda Bananal não havia sido totalmente urbanizada e eles se estabeleceram nas redondezas da área atualmente reivindicada como terra indígena. Como nos canteiros das obras da cidade não havia um lugar adequado para manterem certas práticas religiosas secretas, encontraram na área que hoje em dia corresponde ao Santuário dos Pajés, e em suas circunvizinhanças, um lugar mais apropriado para esta finalidade.⁶⁴

Distribuídos em nove famílias há mais de 50 anos residem na área. A comunidade é de caráter pluriétnico, com liderança de Santxiê, de origem Fulni-Ô. A Fazenda Bananal, mais tarde batizada de Santuário dos Pajés, funda-se nos anos de construção de Brasília através de candangos oriundos de Pernambuco da mesma etnia Fulni-Ô; que impedidos de praticar suas rezas e rituais nos acampamentos das construtoras, aos finais de semana movimentavam-se para um espaço de cerrado, para uma margem da realidade do canteiro de obras que num desafio de reterritorialização, entenderam esse lugar como seu local sagrado.

Como é bem sabido, a questão de terra indígena no Brasil é uma das mais antigas, distópicas, complexas e, dentro de nossa perspectiva histórica, sempre esteve na fronteira entre espaço, território, processo de construção de nação, base ideológica, alteridade. Os nucleamentos indígenas sempre foram sertão para seu colonizador. A omissão do Estado na questão indígena da Fazenda Bananal, data do início dos anos 90, quando é iniciado um processo junto à Fundação Nacional do Índio – Funai, num pedido de reconhecimento de sua presença no local e consequente demarcação dessas terras ocupadas por indígenas que vinha sendo ameaçada com a invasão de posseiros⁶⁵.

⁶⁴ Segundo dados do Laudo Antropológico (2011) os primeiros indígenas a chegarem ao local na década de 50 foram os pais de Santxiê, de etnia Fulni-Ô vindos de Pernambuco; na década de 70 chegam ao santuário indígenas da etnia Tuxá vindos da Bahia; nos anos 80 a etnia Kariri-Xocó saída de Alagoas se estabelece em busca de tratamento médico, e por último, também nos anos 80, mudam-se os índios Guajajara, de origem maranhense, que estavam acampados em outras áreas do DF cujas famílias já compartilhavam laços com outras etnias: 2 indígenas xavantes, 1 tupinambá e ainda 2 integrantes não indígenas, sendo brancos.

⁶⁵ Tal processo esteve de posse da Terracap, sob o número 111.000.628/1997, e segundo consta na bibliografia consultada, o órgão nunca devolveu o processo, caracterizando-o como documento extraviado.



15 | Foto tirada pelo escritor argentino Adolf Bioy de candangos indígenas, quando de sua visita a Brasília (1960) (fonte: Thais Brayer)



16 | Candangos trabalhadores da construção civil (fonte: Arquivo Brasília)

O Ministério Público Federal entrou com questionamentos e ação civil pública contra a Funai, a Terracap e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) para coibir as atividades de implementação do Setor Noroeste, tendo sua liminar cassada pelo STF em 2009. Desde então foram incontáveis embates, e o ano de 2011 ficou marcado pela intensificação da luta dos indígenas e da Frente de Apoiadores do Santuário dos Pajés, como é conhecida a rede de apoio à causa: pela defesa da reserva de cerrado e pela luta pelo direito a moradia, contra a represália violenta da polícia e as medidas extrajurídicas da Terracap.

(...) os apoiadores do Centro de Mídia Independente (CMI), produziram, com recursos próprios, um longa-metragem chamado *Sagrada terra especulada – A luta contra o Setor Noroeste* e (...) *Ditadura da Especulação* (...) (a rede de apoio é) ampla e muito heterogênea, com estudantes da UnB, moradores das redondezas, ativistas e militantes dos mais diversos movimentos sociais, como ambientalistas, feministas, pessoas que participaram dos movimentos Fora Arruda, Passe-Livre, apoiadores de mídias e veículos independentes, (...)⁶⁶(BRAYER:2013, p.95)

Com um projeto bilionário nas mãos, a Terracap e o governo do Distrito Federal lançam os destinos dos índios no Bananal: toda a extensão do Noroeste pertence legalmente à Terracap tornando os índios invasores de terras públicas. A Terracap foi um desdobramento da Novacap, um departamento imobiliário da mesma que em 1972 tornou-se autônoma e empresa pública vinculada a Governadoria do Distrito Federal, tendo por finalidade:

(...) gerir o patrimônio imobiliário do Distrito Federal, mediante utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal.⁶⁷

Sobre a importância da Terracap nas políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal o próprio *site* da companhia “esclarece”:

(...)

- **Função social da terra:** a Terracap cede ao GDF áreas para implantação de programas sociais de habitação destinados à população de baixa renda;

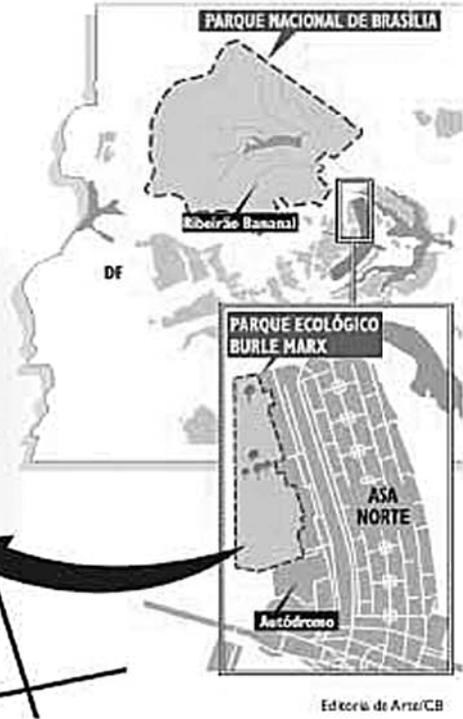
⁶⁶ O longa *Sagrada terra especulada – A luta contra o Setor Noroeste* foi vencedor do Troféu Câmara Legislativa, em 2011 e o curta-metragem *Ditadura da Especulação* levou o prêmio do júri popular de melhor documentário no Festival de Cinema de Brasília em 2012. Respectivamente disponíveis em <http://vimeo.com/28597529> e <https://www.youtube.com/watch?v=gl3SBN-ikuw>

⁶⁷ <http://www.terracap.df.gov.br/internet/index.php?ctuid=977&scoid=474&scant=474>

ONDE FICA

O Setor Noroeste terá concepção parecida com a do Plano Piloto. Com a diferença de que está previsto um comércio local para cada duas quadras residenciais.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA



17 | Publicidade imobiliária de vendas para o Setor Noroeste



18 | Santuário dos Pajés



Assim, a materialização de Brasília e sua concepção em um paradoxo, vem desde sempre acompanhada da monopolização da ocupação, distribuição e controle de posse, compra e venda de lotes, regularização urbanística e ambiental; desde sua elaboração até a atualidade está subordinada às mesmas instituições: Novacap e Terracap. A presença de uma empresa pública, como a Terracap, monopolizando a venda de terras dentro de governos locais ou estaduais não é nenhuma aberração no Brasil, ao contrário; no DF a Terracap age como incorporadora, como um fomento ao regime de incorporação imobiliária para a construção de futuras edificações. Não efetua a construção propriamente dita, mas faz toda a intermediação de propostas, ações e medidas jurídicas que viabilizem o empreendimento.

Contudo, "empresas" como a Terracap somente são criadas em momentos especiais, pontuais, para a realização de grandes obras públicas. A própria União (Federal) tem secretarias de patrimônio e de controle de terras sob o controle do governo federal, mas que não agem, nem de longe, como "incorporadoras" que fazem "promoções" e "lançamentos" de empreendimentos de interesses de construtoras e corretores de imóveis. O monopólio dessa função de estado é totalmente questionável, e se transformou num poderoso "balcão de negócios". Seu desvirtuamento é escandaloso.⁶⁸

Interessante perceber que o sertão, essa fuga de Brasília que faz surgir um sertão, só aparece aos olhos da cidade e da legalidade quando se coloca como obstáculo ao valor de troca da terra. A área imensa, tida como área de preservação de manancial ao lado do Parque Nacional de Brasília, na verdade estava sendo guardada por fins especulativos. Não havia interesse na preservação pelo seu valor ambiental, seu valor de troca era, para o governos e seus investidores, muito superior ao valor de uso. Era como se encaixava na estrutura produtiva de Brasília. Para a cidade corrigida, aqueles índios estavam em local inadequado; caso fosse uma área desvalorizada e sem interesse especulativo, seria apenas mais uma margem de tantos sertões. Aqui era um impeditivo a um capital imobiliário fortíssimo.

No caso do Setor Noroeste, a Terracap e o Ibama, trabalharam amplamente no favorecimento do empreendimento, cujo licenciamento ambiental ocorreu sem os estudos e soluções para o território indígena, estando a Terracap responsável por implementar o

⁶⁸ Citação do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Frederico Flósculo em BRAYNER: 2013, p. 41.

“bairro que faltava concluir o Plano Piloto” e um novo parque adjacente a ele, conforme determinação do então governador do Distrito Federal José Roberto Arruda e seu vice Paulo Octávio.⁶⁹ A pressa no andamento dos trâmites “legais” e jurídicos para a liberação, na justiça, da venda dos lotes do empreendimento, provocou um deslocamento na linguagem jornalística do maior veículo impresso de Brasília (SCHVARSBURG: 2009), onde os índios de obstáculo ao empreendimento tornam-se sujeitos invasores, intransigentes ao recusarem a oferta de terras próximas à cidade-satélite de Recanto das Emas e os estudantes viram-se agressores; numa linguagem aberta de criminalização e ridicularização para a questão a que se estava tratando. A causa e o debate do território indígena é tratado com desatenção, com objetividade empresarial e totalmente sacrificável frente à urgência da Terracap. O leilão de loteamento das parcelas do Setor Noroeste em 2010 dispara, assim, a ocultação dos “cadáveres” e surgem notícias sobre a troca da luta pela terra por acordos financeiros.

Assim, para o Estado e para os empreendedores e investidores, ali acontecia a distopia da cidade ideal, era a utopia corrompida e erodida, era a disputa empírica por uma valiosa área alvo de especulação do solo urbano. Todavia um elemento tabu se inseria aí. Os índios ali criavam uma heterotopia, era um recorte espacial e temporal frente a um ordenamento e aceleração do capital, faziam uma leitura de sua singularidade que os empoderava em sua territorialização ao mesmo tempo em que propunham um não-lugar na ordem capitalística da fabricação de cidade. A sociedade ali não reservava lugar para eles, a natureza de seu comportamento é desviante demais – não são cidadãos, não são criminosos, não são heróis. E de modo geral, para o olhar de fora, viviam um ideal de civilização, fora das condições entendíveis da sociedade.

Atualmente a reserva resiste, utilizando de ferramentas de luta na esfera da macropolítica, aguardando um processo justo de demarcação do Santuário dos Pajés e na resistência heroica que acaba se convertendo em resistência ao real, lutando pela expansão da vida, e contra a captura cultural de uma condição de artifício para sua existência. Esses

⁶⁹ Eleito governador do GDF pelo DEM em 2007, em 2010 foi preso após escândalos de corrupção deflagrados pela “Operação Caixa de Pandora” comandada pela Polícia Federal. A operação investigou uma rede de pagamentos a parlamentares do Distrito Federal com dinheiro oriundo de empresas que faziam negócios com o governo, culminou com sua prisão. Seu vice e sucessor foi o megaempreendedor imobiliário Paulo Octávio dono da PaulOctávio Investimentos Imobiliários. Vale relembrar que a operação da PF constatou que cada deputado da base governista recebeu em torno de R\$ 420 mil de propina para votar a favor da aprovação do PDOT, legislação urbanística que aprova a construção do Noroeste.

nômades tem um território, que os cria e vice-versa, estão na cidade. Através de suas formas de organização e administração, carregam em si uma generalização dentro da sua particularidade, e uma generalização histórica de repetição. Assim como inúmeros exemplos que trazem à tona o discurso de civilização, modernização, conquista e transformação social brasileira, a concepção e realização de Brasília tem representatividade histórica nesse pensamento. Os indígenas do Setor Noroeste, que transplantam sua realização prática de resistência cultural, ambiental e de limpeza étnica demarcam a perspectiva dual do que se acredita e se faz em nome de uma nação “desenvolvida e modernizada”. Mas principalmente, tornam-se um espelhamento que caracteriza a sociedade por suas práticas, e que assim produz sua crítica – usa a máscara do outro, em seu lugar.

A Funai, a polícia, muitas pessoas ligadas ao poder local e outras que desconhecem, ignoram, desdenham das motivações dos índios de manterem-se na área não foram capazes de entrar no diálogo que há décadas Santxiê e o Santuário buscam estabelecer para serem reconhecidos. Desse modo, a despeito do que era dito por alguns grupos da sociedade brasiliense, **os índios em um processo de territorialização, humanizaram o meio ambiente, deram sentido a sua vida no local**, casaram, morreram, tiveram filhos, construíram seu templo com a ajuda dos apoiadores, objetivaram sua presença no local materializada nas ações no sentido de manter o equilíbrio com o ambiente, como onde o sagrado pode ser e é possível.(BRAYNER: 2012, p.99, grifo nosso)

A presença indígena na atual área de maior especulação imobiliária do Distrito Federal, e a política do desmando político, da autoridade militar, da criminalização da resistência; elaboraram um dizer forte no pensamento e na escuta de resistência e combate à especulação imobiliária e reiteraram a fantasia que era o mito da construção de Brasília – onde a cidade-monumento é para poucos. Para os índios e para os candangos, mantem-se a teoria da cidadania diferenciada – includente na filiação e excludente no acesso ao direito à cidade em suas estruturas e práticas de poder. Heterotopia de desvio, são indivíduos com comportamentos desviantes, desviantes de um modernismo funcional, de morfologias especializadas. É um campo simbólico de luta de manutenção de uma outra construção de Brasil, que põe em crise o projeto de espaço segregador e de progresso.

O século XX lança uma compreensão sobre o pensamento social e urbano brasileiro com o recorte brasiliense, no meio do entendimento dessa história de Brasil. Compõe-se da história da construção de Brasília e da ocupação “desses sertões”, no acontecimento e na

criação do modelo modernista e desenvolvimentista de produção de cidades. Mas compõem-se também, e principalmente, de distopias espaciais, temporais e simbólicas dessa produção de cidades. De onde se entende que as cidades não são uma superação da forma de vida, são seu estado biológico e sociológico. Ali o sertão impera: *O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca...* (GSV:p.158)

Pelos recortes aqui apresentados, a consolidação da Cidade Livre e a implantação do Setor Noroeste, perde-se a crença no discurso paradigmático, quer ele seja o do (subdesenvolvimento) modernista, quer seja o da (incoerência) ecológica ou do processo desenvolvimentista e neoliberal. São discursos de poder, que teimam em produzir uma verdade e tornar invisíveis as condições existentes de estratificação e segregação social no Brasil, varrendo para longe essas condições. A mobilização de ocupar uma área e estabelecer ali seu território, chamando para a produção de uma forma diferente de cidade, geram tensionamentos e conflitos com os processos e os métodos de atuação do poder político, mas essa tensão não impede ou apaga as derivações contrastantes ao pensamento hegemônico atuante na esfera política e conseqüentemente urbana e social. Frente ao intenso e pulsante momento da construção de Brasília e na luta pela permanência em sua territorialidade, externa ao plano piloto, a Cidade Livre propõe a reflexão da força política de carregar e descarregar gente em prol de um interesse mitológico. Entendemos a partir disso que uma das condições de possibilidade do sertão em sua terceira margem com Brasília está espírito agreste e faroeste da empreitada. Como se dera ali a ordem natural das coisas – carregar e descarregar gente conforme um cronograma. De outro lado, a mesma sociedade controla, se distancia dos seus outros, das suas alteridades. Os índios na sua periferia ideológica e natural talvez alimentem algo próximo à “função utópica da periferia” – estabelecem uma prática de vida e de crítica aos processos de urbanização, ao modo como produzimos cidade. É uma crítica cultural totalmente desautorizada na materialização do discurso hegemônico.

E o modo como produzimos cidade não permite o sertão, *a cidade quer acabar com o sertão*. E, numa tentativa de entendimento da racionalidade dos processos de urbanização entendemos que é justamente nessas brechas que o sertão se reinterpreta – aonde ele não pode se fixar, um lugar sem fixação, uma margem outra. A terceira margem da cidade. É no transbordamento da cidade, aonde ela não consegue mais criar margens racionais, quando a desordem biológica parece subversiva demais, quando se aponta para um sentimento de

autonomia que vem justamente do afastamento de “autoridades”, numa luta de conquista por independência, forma-se uma margem, sem permanência, as margens em movência pelos lugares criando algo além deles, frutos de suas condições de possibilidade. Na movência dessas possibilidades de sertão, sem fazer as terceiras, outras margens. *Não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim*, esse trecho do conto da Terceira Margem do Rio, aponta a certeza – não do destino, mas do movimento.

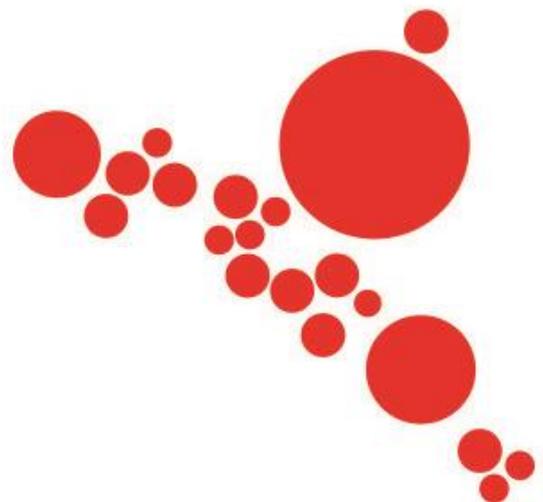
Brasília naturaliza um processo que se reproduziu, e se reproduz até hoje, de diversas formas, em diversos lugares, de cidades brasileiras. Entendo que o modo como esses recortes foram aqui apresentados, enunciados, afeta a própria imaginação sobre o espaço e sobre a pesquisa, e que esse modo de imaginação se revela na produção de alteridades dentro desses recortes. Brasília é uma cidade imaginada e finalizada com um destino, fato que a torna ora a utopia do belo e justo forjado pelo homem, ora uma versão distorcida desse mesmo pensamento, ora um território próprio de contestação da cidade instituída.

Parece necessário entender que do pensamento sobre sertão de como surge para o trabalho aqui apresentado, o construir chão para essa ideia de sertão em vista de um conceito de terceira margem, de uma interpretação de um passado buscando entender um presente em Brasília, enfim a tentativa aqui colocada de trazer a teorização frente a um acontecimento prático de lugar, de mundo é um esforço de transmutação da própria ideia, algumas vezes. A pragmatidade que às vezes caímos por armadilha de nossa própria necessidade de tentar entender e explicar uma produção teórica como uma dissertação. Parece inquestionável que a ideia de sertão não se consome na ideia de Brasília, não está traduzida e esgotada na serventia desse discurso. Buscamos a ultrapassagem dessa ideia. Estamos aqui sempre pensando nas margens que esse sertão pode fazer, no contexto onde se encontra. Em Brasília o sertão faz essa terceira margem com aquelas que o pensamento utópico pensou para uma cidade, fez uma utopias, distopias e heterotopias de terceira margem de formas diversas. A margem é um lugar de não fixação, faz forte apelo à ideia de movimento indefinido e infinito. O rio no movimento de seguir, continuar, afastar-se, aproximar-se, como se nesse movimento quisesse nos destituir da certeza das coisas, nos lembrando que margens são marcas e passagens que continuam. É rebelde a qualquer lógica. São como “as dores do corpo e as dores das ideias”. Aqui falamos de rio e margens no sentido sempre de compor/recompor territórios.

Todas as coisas de que falo estão na cidade
entre o céu e a terra
São todas elas coisas percíveis e eternas
como teu riso
a palavra solidária
minha mão aberta

Ferreira Goulart

TRAVESSIAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS





19 | Vila Planalto (fonte: Arquivo Brasília)

20 | Mulheres lavando roupa no Lago Paranóá (fonte: Arquivo Brasília)



Em Brasília, admirei.

Não a Niemeyer lei,
a vida das pessoas
penetrando nos esquemas
como a tinta sangue
no mata borrão,
crescendo o vermelho gente,
entre pedra e pedra,
pela terra a dentro.

Em Brasília, admirei.
O pequeno restaurante clandestino,
criminoso por estar
fora da quadra permitida.
Sim, Brasília.
Admirei o tempo
que já cobre de anos
tuas impecáveis matemáticas.

Adeus, Cidade.
O erro, claro, não a lei.

Paulo Leminski, Ruinogramas (1980)

Foram muitos os conceitos: utopia, distopia, heterotopia, territorialização, desterritorialização, reterritorialização .. que agenciaram essa travessia procurando por margens tão incertas e dessemelhantes da maneira como usualmente aprendemos a pensar uma disciplina para o urbanismo no curso de graduação. Todos esses conceitos buscaram inspiração principalmente nas reflexões de Deleuze, Guattari e Foucault – autores que atuam na matriz do pensamento filosófico contemporâneo e que, trazidos para o urbanismo, ampliam a abordagem tradicional disciplinar sobre a produção e manutenção da experiência urbana. Foi somente no meio da travessia dessa escrita, tateando por sentidos e conexões entre tantos pensamentos, que entendemos a potência do conceito da terceira margem (que já havia sido lançado no texto). De fato, na metade da travessia o conceito alcançou uma produção de sentido mais forte. E a terceira margem certamente foi fundamento para compor a intensidade teórica desse imbricamento entre sertão e cidade. Foi importante e revigorante assumir a impermanência dessa terceira margem como um lugar de não fixação para aprender a falar de cidade e sertão, que as coisas estão em constante apropriação e disputa. E agora, nesse “cortejo” de encerramento, nesse momento de reflexão sobre teoria/prática, linguagem/mundo, pensamento/modo de estar

voltamos a essa maturidade, pelo menos para esse processo que aqui emergiu - não há como entender uma produção de cidade sem isso, sem a noção de movimento.

Mesmo partindo de uma generalização e de uma ideia abstrata de sertão, o trabalho construído buscou estar atento e sensível para práticas do cotidiano, que mesmo quando não relatadas e descritas, estão implícitas no pensamento. São de fato o que mobilizam essa pesquisa, e de onde se busca nossa ideia de sertão, uma vez que impulsionam as movências e os exercícios de reinventar seus territórios. As reflexões lançadas sobre essas margens de alteridade cotidiana ao mesmo passo pretendem extrapolar a luta local e lançar entendimento a respeito de produção de corpo, cidade, pensamento, discurso, frente o poder do Estado e frente sua produção de privilégios espaciais. Não buscamos uma interpretação de um passado sem entender um presente em Brasília, e a tentativa aqui colocada de trazer a teorização frente um acontecimento prático de lugar, aproximado da desumanização das experiências cotidianas ao mesmo tempo as singulariza, naquelas experiências onde a cidade trabalha para excluir lugares e pessoas inadequadas.

Mas aqui, o se de diz do discurso e da retórica, usado e desgastado por décadas, nos afasta de uma experiência imediata e permite uma generalização conceitual. Esse percorrer pela história de Brasília mostrou que as dinâmicas e as produções dessa cidade-avião se movimentam, se transformam na medida de seu tempo e seu contexto. O conceito da terceira margem nos permite entender e descobrir esse tempo do desejo e de desterritorializações nas suas reterritorializações implicadas, que nos faz experimentar e buscar sempre uma reelaboração do olhar. Essa investigação nos fala de uma ideia – sertão – enquanto uma ideia brasileira de espaço. Essa territorialidade sertão possui significados absolutamente interligados com as práticas culturais e políticas de ordenamento espacial do Brasil. Relaciona-se com as dimensões territoriais e culturais do Brasil, está dentro e é indissolúvel da noção de espaço brasileiro e de como produzimos nossas cidades. Brasília não foi um espaço amnésico, vazio e sem história, a construção de Brasília é reflexo de uma história antiga de Brasil, e por isso, consegue dar tanta espessura e simbologia ao que estamos tratando aqui.

A reprodução da terceira margem impactou na ocupação do quadrilátero do Distrito Federal, que faz nosso conceito se relacionar com o 'entorno' de Brasília e não entende-lo enquanto um fenômeno da cidade desenhada por Lúcio Costa, exclusivamente. Ela se dá sertão em vários desdobramentos e outras terceiras margens, de territorializações e de

agenciamentos. São tantas margens possíveis e tantas travessias a serem feitas, pois cada um desses conceitos é mantenedor de expressões de singularidades que refletem espaços urbanos ora extremamente funcionais, autônomos, praticados, impraticados, marginais, opressores, acelerados, planejados, inacabados, banais, simbólicos, superados, apropriados, relativizados, etc.

E Brasília hoje continua falando de Brasil, ao mesmo tempo em que produz uma cidade e sua forma de pensar cidade que está indubitavelmente vinculada ao seu processo e suas condições de possibilidade, na maneira como Brasília aprendeu a acontecer desde então, seu *modus operandi*. Se nasceu de uma oposição dialética, no discurso de Lucio Costa sobre a dimensão do planejamento urbano no controle da lógica de propriedade, hoje Brasília se atualiza não a esse princípio, mas em sua operacionalização. Um exemplo está na grilagem e ocupação de terras públicas desenfreadamente durante todos esses 50 e poucos anos de vida. O que no início foi opressão em forma de exclusão social e espacial tornou-se o *modus operandi* de Brasília, hoje com um procedimento generalizado, atingindo até o que tornou-se conhecido como “regularização de rico”. A regularização fundiária de condomínios de classe média alta está legalmente prevista no PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – com a delimitação de áreas denominadas ARINEs – Áreas de Regularização de Interesse Específico. São invasões da classe média alta brasiliense, similares a qualquer outro procedimento de ocupação de solo urbano pela exclusão da bolha supervalorizada do Plano Piloto. São o quadrilátero Cruls e a Novacap como algumas das condições de possibilidade de solo grilado do DF e da criação de novas heterotopias e distopias, de reterritorializações e desterritorializações com vários sistemas de representação e códigos sociais, de justaposição de alteridades e reflexões do que é hegemônico ou não. Foram táticas que viraram estratégias e perduram até hoje e tem força simbólica, geográfica, identitária, de reafirmação de conceitos e preconceitos já presentes desde o recorte inicial quando falamos de Brasília.

Como já pensado, o urbanismo funcionalista de Brasília o tentou superar a todo custo, essa experiência urbana de desajuste e inadequação, uma alteridade posta como radical frente ao modelo de sociedade sonhada e sua espacialização em Brasília. Mas todos esses elementos, apropriações e agenciamentos que constroem sertões e cidades estão lá. Não existiam numa primeira formalização de desenho e de retórica, mas estão lá. Nos transbordamentos da ausência de cidade, e talvez principalmente neles – nesse “mato

longe da costa" e suas apropriações de espaço; a realização e transformação do plano instauram um e vários sertões que não estão necessariamente comprimidos em desenhos, segregados na distância, circunscritos aos usos. Está no deslocamento de sentido, no imbricamento de inadequações, no confronto de culturas e modos de vida, no paralelismo espacial, na desordem biológica dos acontecimentos da vida. Acomoda modos de vida desviantes que são inerentes a qualquer espaço urbano de vida. Desterritorializam geograficamente e sociologicamente, reterritorializam, constroem outro vetor de mudança, outros espaços de passagem e novas margens. Não se dissipam, são tabus da sociedade industrial e da sociedade contemporânea, são situações absolutamente comuns e triviais da cotidianeidade. E as cidades são infiltradas por outros espaços, outras práticas, que demandam atualização metodológica e teórica desses sertões desviantes. Voltando à citação de Glauber Rocha "a luta deve ser estética, econômica e política" talvez arriscando uma condição de território imaginado e utópico também.

Os recortes apontam para acontecimentos muito resumidos diante de tantas travessias possíveis, histórias, veredas do sertão, são tantas caminhadas e vagos combates que muitas vezes nos deitávamos em dúvidas e descobrimentos de novos territórios e novas formas de pensar esses imbricamentos que era penoso abortar ideias. Pela conveniência foi necessário. De uma ponta observamos: um projeto de pesquisa adquire uma vida própria e seus próprios devires de fabricação de dissertação, que por vezes escapam.

Entendemos que ainda falta muita pesquisa no trabalho de indagar o lugar que esse trabalhador ocupou e ocupa na constituição da cidade de Brasília. Percebemos em seu atual contorno, é uma pesquisa ainda voltada para uma narrativa de gênero definido: são muitas histórias dos homens. Para nós a construção da alteridade e da variedade, requer a descoberta de uma carga própria valiosa que atravessa também as histórias das mulheres, que à época da construção eram ainda subproduto do subproduto de apropriação. Tantas observações poderiam compor novos procedimentos metodológicos, próximas investigações, ao tempo em que a ideia de sertão poderia encorpar contornos de maior densidade teórica no caminho para um conceito mais permanente.

Podemos dizer, com a certeza que cabe dentro de um trabalho de experimentação, que na distância entre Brasília e Salvador, por onde percorremos caminhos durante essa escrita, e incorporando nossos próprios e fortes processos de desterritorializações, imbricadas aqui. E seguimos perguntando: a cidade acaba com o sertão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DE REGIÕES BRASILEIRAS / IBGE, Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br: o romance de formação do Brasil**. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2004.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010.

BRAYER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário do Pajés/Brasília DF**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2013.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, números 20 e 21. Instituto Moreira Salles, 2006.

CAÚLA, Adriana. **Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

_____ **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte, MG: Autentica Editora, 2011.

COSTA, Lúcio. **Brasília, a cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

CUNHA, Euclides da. **O Sertões: Campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1, Vol. 3 e Vol. 5. São Paulo, Ed. 34, 1997.

_____ **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 2013.

FISHMAN, Robert. **Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier**. London, The MIT Press, 1982.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France.** São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

_____ **De outros espaços: conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales,** março de 1967.

GORDIN, Michael, TILLEY Helen, PRAKASH, Gyan (orgs). **Utopia/Dystopia: Conditions of Historical Possibility.** United Kingdom: Princeton University Press, 2010.

GUATARRI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 1993.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografias do desejo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HOLSTON, James. **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

LUIZ, Edson Beú. **Os filhos dos candangos: exclusão e identidades.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada.** Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, Romulo de. **Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso.** Dissertação (mestrado): Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

PAVIANI, Aldo (org). **Brasília, moradia e exclusão.** Brasília: Editora UnB, 1996.

_____ **A conquista da cidade: Movimentos Populares em Brasília.** Brasília: Editora UnB, 1998.

_____ **Brasília 50 anos: da capital a metrópole.** Brasília: Editora UnB, 2010.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SAUTCHUK, Jaime. **Cruls: histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília.** São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SENA, Custódia, SUÁREZ, Mireya (orgs). **Sentidos do sertão.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

SHRANE, David G. **Recombinant Urbanism: Conceptual Modeling in Architecture, Urban Design and City Theory.** Londres: John Wiley&Sons Ltd, 2007.

SILVA, Hélio Mendes da. **De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2011.

WESELY, Michael. **Arquivo Brasília: Lina Kim e Michael Wesely.** São Paulo: Cosac Naify, 2010. 1500 ilustrações

XAVIER, Alberto, KATINSKY, Júlio. **Brasília – antologia crítica.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Revistas:

Revista CONTRAVENTO número 02. Núcleo do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: 2004

Revista REDOBRA número 09, 10. Grupo de Pesquisa Laboratório Urbano, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2013

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Sobre o sertão e a natureza do ser humano em Guimarães Rosa.** Revista eletrônica Interpretar-Arquitetura edição 17 <http://www.arg.ufmg.br/ia/>

Sites:

DUARTE, Andre Macedo. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica.** http://works.bepress.com/andre_duarte/17.

LIPPI, Lúcia. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro.** Revista História, Ciências e Saúde-Manguinhos, 195-215. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400011

OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques; BARRETO, Lilian Santos. **Laudo Antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, também conhecida como Santuário dos Pajés, localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal.** Dourados: 2011. Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2011/10/498392.pdf>

SENRA, Nelson de Castro (org); LIMA, Nísia Trindade. **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.** Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>

SCHVARSBERG, Alan. **A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense: uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital.** Brasília, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – UniCEub. 2009. Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2009/08/452273.pdf>